

# Avante!

Semanário  
Director:  
António Dias Lourenço

Ano 61 - Série VII - N.º 897  
28 de Fevereiro de 1991  
Preço: 80\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 L

Impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

## RTP: o escândalo continua. Agora são os debates...

Notas da Comissão Política do CC do PCP

## Poder Local: PCP apresenta conjunto de leis



A mesa da conferência de imprensa que, na terça-feira anunciou a apresentação do conjunto de leis sobre o Poder Local: Luís Sá, da CP do CC, Rui Godinho, vereador da CML, António Ganhão, presidente da Câmara de Benavente, e Ilda Figueiredo, vereadora da Câmara Municipal de Gaia

## Partido Comunista Português

70 anos  
1921 - 1991  
partido necessário  
projecto de futuro

## COMÍCIO

70.º aniversário do PCP

9 de Março

Campo Pequeno



## Encontro Nacional de Professores do PCP

Págs. 8, 9 e 10

O Encontro Nacional de Professores do PCP realizou-se no passado fim-de-semana no Instituto Superior Técnico, em Lisboa.

# PACOTE LABORAL

Interjovem  
apela à participação  
da juventude  
na jornada de 16 de Março



## Delegação do Partido Comunista da Checoslováquia visita Portugal

Entrevista com Pavol Kamis  
— Págs. 4 e 5/Em Foco

Pavol Kamis, presidente do Partido Comunista da Checoslováquia, e Karel Hajek, do Conselho Económico do PCCh, avistaram-se com o secretário-geral do PCP, Alvaro Cunhal e com Carlos Aboim Inglez, membro da Comissão de Controlo e Quadros, num encontro realizado no passado sábado na sede do PCP em Lisboa. A delegação do PCCh, encontra-se desde a passada sexta-feira em Portugal, a convite do CC do PCP, e deverá terminar a visita amanhã.

## V Congresso da CNA

É preciso contar com os agricultores portugueses

Págs. 6 e 7/Semana

## GOLFO

- Quem quer a guerra? Pág. 16/Semana
- Natureza e Humanidade são vítimas da guerra Pág. 6/Semana
- «Quando é preciso também sabemos pensar» — por Mário Castrim Págs. 2 e 3/Em Foco
- A guerra e a informação Págs. 2 e 3/Em Foco



Mil e seiscentos delegados participaram no domingo no V Congresso da CNA, em Lisboa



## Reunião da Comissão Política do CC do PCP

1. É já quase um lugar-comum exaltar a obra do Poder Local após o 25 de Abril. A verdade é que, embora de forma desigual nas várias regiões do País e consoante a correlação das forças políticas, se trata de uma obra notável. Esse facto não justifica, porém, bem pelo contrário, que se ignorem os problemas que as autarquias enfrentam, a necessidade de aumentar a sua democraticidade, reforçar a descentralização, instituir as regiões administrativas e fortalecer os direitos dos cidadãos face ao Poder Local. É nesse sentido que o PCP apresenta a proposta de um programa de iniciativas a considerar pela Assembleia da República nos próximos meses, nomeadamente com base em projectos de lei apresentados pelo PCP.

2. O PCP entende que importa proceder a uma verdadeira ruptura com a política autoritária e centralizadora do PSD. Essa política traduz-se designadamente num persistente bloqueio da regionalização e na apresentação de uma proposta de lei que desvirtua e contraria os objectivos que levam a Constituição a prever a instituição das regiões administrativas. Traduz-se também na transferência de verbas insuficientes e na imposição de encargos sem contrapartidas, designadamente com a comparticipação de escolas C+S, com o financiamento de centros de saúde e instalações de forças de segurança e com a tentativa em curso de passagem de 12 mil quilómetros de estradas nacionais para a responsabilidade dos municípios sem negociações sérias, bem como com a transferência de novos encargos com pessoal auxiliar, segurança das instalações e pequenas obras e melhoramentos nas escolas; na centralização de competências no Governo e Administração Central para garantir interesses de grandes empresas, como aconteceu com a retirada às Câmaras de poderes para licenciar grandes superfícies comerciais e para a plantação de espécies de crescimento rápido, com o peso acrescido de ratificações nos planos municipais de ordenamento do território e com o carácter centralista dos Planos Regionais de Ordenamento do Território, decididos e aprovados em Conselho de Ministros.

A todos os factos conhecidos temos que acrescentar, e protestar contra, a recente declaração de dirigentes e deputados do PSD confessando a intenção de não instituir as regiões administrativas ou, quando muito, aprovar apenas uma lei acerca das suas competências. O PSD já revelou, aliás, pretender que sejam muito reduzidas, enquanto o «governador regional», nomeado pelo Governo, teria vastos poderes, incluindo a

### Declaração sobre a situação do Poder Local e a proposta de medidas para lhe fazer face durante a actual legislatura

possibilidade de requisitar as Forças Armadas, o que contraria as missões que a Constituição lhe confere, ou de diminuir conflitos entre autarquias, matéria que é da competência dos Tribunais. É oportuno recordar que no seu Manifesto Eleitoral, na campanha de há quatro anos, o PSD afirmou acerca de si próprio, que era «indiscutivelmente o partido da regionalização» e fez promessas concretas. Cabe à opinião pública retirar conclusões...

Merece também protesto o facto de o Governo pretender e ter em preparação a revisão do regime jurídico dos loteamentos urbanos e do regime de licenciamento de construções, de forma a aumentar os poderes dos organismos dependentes do Governo como as Comissões de Coordenação Regional e a Direcção-Geral de Ordenamento do Território.

3. Impõe-se romper decididamente com esta política. Nesse sentido, o PCP apela para a mobilização da opinião pública democrática e para a unidade dos eleitos autárquicos e propõe um programa legislativo baseado designadamente na aprovação de um conjunto de projectos de lei que já apresentou na Assembleia da República.

4. Nesse sentido, e para aumentar a democraticidade do Poder Local e reforçar a descentralização, o PCP propõe a aprovação dos seguintes projectos de lei que o seu Grupo Parlamentar apresentou na Assembleia da República:

\* O projecto de lei que «**reforça os poderes das Assembleias Municipais e garante maior operacionalidade às Câmaras Municipais**», atribuindo às Assembleias Municipais a competência para discutir e aprovar tarifas; impondo à Câmara Municipal um prazo de resposta aos requerimentos apresentados pela

Assembleia Municipal e pelos seus membros; fazendo terminar a situação que hoje se verifica de, em relação a matérias determinantes, a Assembleia estar limitada à rejeição ou aprovação sem emendas do que a Câmara lhe envia, como acontece com o Plano e Orçamento. Neste projecto de lei o PCP propõe também que a **deliberação sobre os vereadores em regime de permanência deva pertencer aos órgãos do município em Intelta liberdade e responsabilidade.**

\* O projecto de lei que «**atribui aos municípios o poder de declaração de utilidade pública municipal para efeitos de expropriação**», pondo assim cobro a um sério estrangulamento à actividade dos municípios, considerando que a declaração de utilidade pública municipal das expropriações necessárias a obras de iniciativa dos municípios resulta da aprovação pelas Câmaras dos respectivos projectos, integrados em planos municipais já aprovados, ou de estudos prévios ou esquemas preliminares de obras a realizar, competindo às Assembleias Municipais a declaração de utilidade pública municipal, sob proposta dos respectivos executivos municipais.

\* O projecto de lei que «**adopta um quadro de medidas de apoio à instalação de novas freguesias**», dotando-as dos meios suficientes para o processo de instalação.

\* O projecto de lei que reforça as **competências e meios financeiros das freguesias** e assegura a consagração do exercício do mandato em regime de permanência aos membros das Juntas de Freguesia em certos termos e condições.

5. Para dar passos decididos no caminho da regionalização, o PCP propõe o desbloqueamento do processo de regionalização, para o que o PCP irá propor a **constituição de uma Comissão Eventual na Assembleia da República** que prepare com urgência o debate na especialidade, bloqueado há mais de ano e meio, de forma a que se faça a **votação final global da Lei Quadro da Regionalização até Maio** e se inicie ainda nesta sessão a fase seguinte de criação das Regiões Administrativas.

De igual modo, o PCP defende a consideração das suas propostas de criação nas **Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto de Autarquias Metropolitanas**, com carácter transitório ou não, conforme as áreas que vierem a ser definidas para as Regiões Administrativas, dotadas de poderes efectivos e meios financeiros adequados, legitimidade democrática conferida pelo voto popular e com competências em domínios hoje da responsabilidade da Administração Central.

6. Para fortalecer os direitos dos cidadãos face ao Poder Local, o PCP propõe a criação de condições para uma maior intervenção dos cidadãos nas actividades da Administração Pública, seja aprovando a «**Carta das Garantias dos Direitos dos Cidadãos Perante a Administração Local**», projecto de lei do PCP já agendado para o próximo dia 14 de Março, seja aprovando aquele que «**atribui à iniciativa dos cidadãos o poder de propor a realização de consultas locais**», garantindo que essas consultas possam ser decididas não só pelos órgãos autárquicos, mas também pelos cidadãos, para reforçar dessa forma a democracia participativa.

7. O PCP entende que se impõe reforçar os meios financeiros e as competências das autarquias e reconsiderar os critérios de distribuição de verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro para aplicação no Orçamento do Estado de 1992. Estas medidas devem processar-se, porém, na base de um trabalho conjunto entre a Assembleia da República e a respectiva comissão parlamentar, o Governo e a Associação Nacional de Municípios, tal como esta justamente reclama. Este objectivo não deve, em todo o caso, desviar a atenção das medidas mais imediatas e urgentes que o PCP justamente propõe, tendo em conta as aspirações de eleitos autárquicos e das populações.

8. Não basta elogiar a obra do Poder Local. É necessário viabilizá-la com medidas concretas e pôr termo ao centralismo e aos prejuízos que representa, no plano administrativo e financeiro, para as autarquias e para as populações.

O PCP tudo fará, na Assembleia da República, nas Autarquias e fora delas, para derrotar esta política e conquistar uma alternativa democrática e descentralizadora.

## Comunicado da Comissão Política sobre os debates na RTP

1. Depois de, na passada 3ª feira, a RTP/1 ter promovido no Programa «1ª Página» um debate com a participação exclusiva do ministro das Obras Públicas e de um dirigente do PS, está anunciado para a edição de amanhã daquele programa um outro debate novamente circunscrito a um membro do Governo e a um dirigente do PS.

2. Dado que a RTP não se sentiu na obrigação - que seria mais que curial - de tornar público o plano previsto de debates e de justificar os respectivos critérios, o PCP tomou a iniciativa de contactar para esse efeito a Direcção do 1º Canal da RTP, tendo recebido a informação de que, numa primeira fase, se prevê a realização de seis frente-a-frente entre membros do Governo e responsáveis dos partidos de oposição, participando o PS em três e o PCP, o PRD e o CDS em um cada.

3. Face a esta informação, o PCP considera que um tal esquema de debates constitui um ostensivo simulacro de pluralismo deliberadamente concebido para, por um lado, propiciar ao Governo e ao PSD novas e reforçadas possibilidades de intervenção televisiva e, por outro, para favorecer o PS relativamente aos outros partidos de oposição, no quadro da persistente promoção pela RTP de uma «bipolarização» tão falsa quanto artificial e que já tem uma inaceitável expressão nos mini-debates frequentemente promovidos pelos serviços noticiosos diários da RTP.

4. A Comissão Política do PCP manifesta uma profunda discordância com o esquema de participações que a RTP anunciou para a série de debates em curso, o qual, para além de outros aspectos, nem sequer tem em conta e respeita a influência política e eleitoral do PCP, terceiro partido em representação parlamentar.

Sem excluir a eventual realização de debates deste tipo, o PCP considera que, para favorecer um melhor conhecimento das posições das diversas forças políticas sobre os problemas nacionais, seria mais adequada a realização de debates com a participação simultânea dos partidos com representação parlamentar.

5. O PCP, cujas múltiplas iniciativas continuam a ser objecto de persistente discriminação dos serviços noticiosos da RTP (nos dois últimos fins-de-semana voltaram a ser silenciadas importantes iniciativas suas, como o Encontro Nacional de Professores realizado a 23 e 24 de Fevereiro), continuará a denunciar firmemente a asfíxiante instrumentalização da RTP pelo Governo e pelo PSD mas dará igualmente combate a critérios de favorecimento relativo do PS com discriminação de outros partidos da oposição (que são visíveis no facto de, segundo um estudo recentemente divulgado, e incidindo sobre um mês de serviços noticiosos da RTP, o Governo e o PSD terem ocupado seis vezes mais tempo que todos os outros partidos, e por sua vez o PS ter ocupado 4,5 vezes mais tempo que o PCP, o CDS e o PRD).

6. Com a aproximação das eleições legislativas, o que reforçadamente constitui uma exigência democrática de primeira grandeza é o estabelecimento na RTP de uma orientação firmemente pautada pela isenção, independência e garantia de um efectivo pluralismo e confronto de opiniões e não a manutenção do enfeudamento daquele órgão à propaganda e interesses do Governo, acompanhado de intoleráveis discriminações designadamente contra o PCP.

25.2.91  
A Comissão Política do PCP

Lisboa, 26 de Fevereiro de 1991

A venda o número  
de Fevereiro  
edições  
Avante!

O Militante

Neste número

Modificações estruturais  
na classe operária



## Pax Americana

No momento em que escrevemos, já a notícia circulava há horas pelo mundo: o regime de Saddam Hussein iniciara a retirada do Kuwait. Sujeito à mais brutal ofensiva militar das últimas décadas - aliás assim mesmo definida pelo comandante da operação, o general norte-americano Norman Schwarzkopf - o ditador de Bagdad teve de recuar em toda a linha e, como exigia a Resolução das Nações Unidas, sem condições. O mundo podia respirar de alívio, apesar do horror de mais esta guerra e das trágicas consequências que o tempo se encarregar de mostrar a uma Humanidade, curiosamente, sempre estupefacta a posteriori com as suas próprias barbaridades.

Podia respirar de alívio, mas não respirou. A guerra continua a massacar o povo iraquiano e a destruir o Iraque com uma meticulosidade arrepiante.

Apesar de, vencido, o regime de Saddam haver feito o que se lhe exigia - retirar-se incondicionalmente.

Apesar de, com tal retirada, se haver cumprido o que estipulava a Resolução das Nações Unidas que legitimou o uso da força.

Apesar de, e na prática, se haver esgotado a legitimidade legal e a necessidade operacional que, até ali, foram invocadas para concretizar a operação Escudo do Deserto.

Sem *casus belli*, não se percebe porque prosseguem as forças multinacionais a sua devastadora ofensiva contra um país e um povo que a própria coligação anti-Saddam sempre cuidou em distinguir do regime que os lançou na terrível aventura do Kuwait. Nem se compreende que, ao menos, não se aproveite o fim concreto da guerra para comprovar o abstractamente propalado desejo de paz, tão afirmado antes do desencadear das hostilidades.

Ou então percebe-se e compreende-se, o que nos leva por outros caminhos. Todos percorridos de mentira.

Afinal as forças multinacionais não desencadearam a guerra do Golfo para libertar o Kuwait - como lhes autorizava a Resolução das Nações Unidas - mas para, elas próprias, poderem invadir e aniquilar um outro país soberano - o Iraque - sobre ele passando a praticar, a partir da sua não admitida rendição, a mesma inadmissível violência de que foi vítima o pequeno emirato.

Como o já quase assumido projecto de destruir Saddam e aniquilar o regime iraquiano, a coberto da libertação do Kuwait, é a única explicação plausível para o continuar da ofensiva, se ela realmente prosseguir, as Nações Unidas ficam a braços com um novo problema.

O de se ter chegado a um ponto em que tropas estrangeiras, multinacionais ou não, se acham no direito de invadir um país, arrasá-lo e impor-lhe o que muito bem entenderem. Em nome de quê, pouco interessa. A lógica é de Alexandre. Os argumentos, aqui, nem a dignidade de um nó górdio têm.

Mas toda a gente sabe que esta lógica não é de Alexandre. Nem das chamadas *forças multinacionais*. Ela é toda dos EUA, que sonham reerguer das areias do deserto os caboucos dum novo Império, que não só lhes cure as feridas de antigas humilhações (e isso é o menos, porque o imperialismo é lesto em esquecer o que não lhe convém), mas lhe confirme o almejado domínio do mundo.

Onde a legalidade internacional já não precise das Nações Unidas para definir parâmetros.

Onde as Resoluções que afectam o mundo continuarão a vir de Washington, mas já não do edifício da ONU. Sairão directamente da Casa Branca.

Onde a ordem planetária se confunda, harmoniosamente, com a célebre fórmula dos «interesses vitais norte-americanos».

Se os outros povos que andam para aí espalhados pelo mundo acharem que os seus quase cinco mil milhões de habitantes têm, pelo menos, tantos direitos como os trezentos milhões de norte-americanos, a Grande Democracia Estadunidense, o Big White Brother, poderá sempre explicar (com a reconhecida ingenuidade lanque) que tal exigência não faz sentido, pela liminar razão de que nem os próprios 300 milhões de legítimos norte-americanos gozam de tais comunismos: a maioria não vive tão bem como isso, há uma data de milhões desempregados, um número muito maior (70 milhões, se querem saber) vivendo abaixo do limiar da pobreza, a Guerra do Golfo para defender a democracia e a liberdade foi uma despesa de todo o tamanho, velar pelo mundo inteiro é um encargo que não deseja a ninguém, por isso tenham paciência, estejam confiantes e passem por cá mais tarde.

Se a pressa for muita e as exigências excessivas, também não haverá problema: os EUA deslocar-se-ão, rápida e eficientemente, aonde for necessário. Com os *marines*.

### Trabalhadores

## QUIMIGAL Menos direitos e mais repressão

A Companhia Petroquímica do Barreiro, uma empresa multinacional brasileira que se tornou recentemente a partir da desnacionalização e do desmembramento da Quimigal, é acusada pelos sindicatos de «espezinhar as leis» e impor, por exemplo, «sob ameaças de despedimento e retaliações, o agravamento do período de trabalho de 40 para 42 horas semanais».

Num comunicado à Imprensa, datado da passada sexta-feira, a comissão executiva do conselho nacional da Fequifa (Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás) sublinhava que em 25 do corrente seria entregue na Assembleia da República uma petição com 1421 assinaturas protestando contra o facto de não se manterem nas empresas criadas a partir da Quimigal, SA, todos os direitos, obrigações e regalias que detinham na empresa Quimigal, antes de desmembrada.

A Fequifa recorda que o processo de desmembramento daquela firma já levou à criação de 10 outras empresas: Agroquisa, Plasquisa, Quimiparque, Companhia Petroquímica do Barreiro, Nutasa, Cuf-Têxteis, Quimigal Adubos.

Do extenso comunicado em 8 pontos, que emitiu sobre o assunto a Federação da Química, destaca-se o ponto 5 onde se afirma textualmente que «a verdade das privatizações aí está para quem tinha dúvidas dos seus objectivos e

consequências: mais repressão e menos direitos».

A Fequifa, que protesta também pelo facto de as administrações tentarem substituir o acordo de empresa da Quimigal por outras regulamentações colectivas que não são tão favoráveis aos trabalhadores, assinala que o próprio Governo está a ser ultrapassado pelas novas gestões que ignoram a lei, «desafiando e rindo-se nas barbas dos órgãos governamentais competentes».

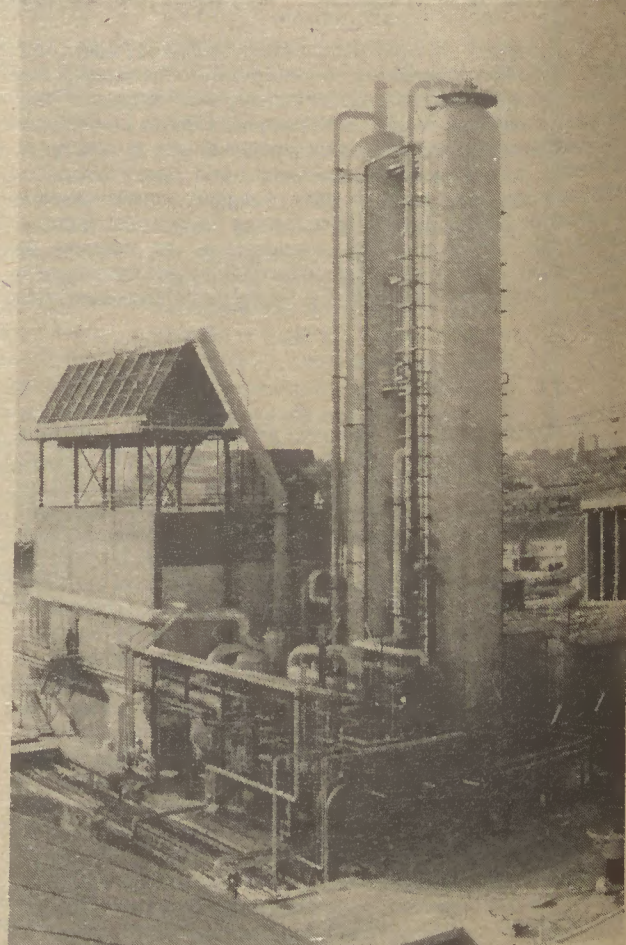
As empresas criadas a partir da Quimigal funcionam com o capital da antiga EP. Apenas a Companhia Petroquímica do Barreiro foi vendida ao grupo brasileiro da Petroquímica da Baía.

### Metalúrgicos marcaram jornada de luta para 26 do corrente

Os metalúrgicos, representados pelo sindicato de Lisboa e pela Federação, marcaram em plenário de activistas uma jornada de luta para anteontem, incluindo uma paralisação de duas horas no segundo período de trabalho desse dia.

Além de Lisboa e Setúbal, um plenário nacional de dirigentes, delegados e activistas sindicais marcou recentemente acções de luta no Porto, Guimarães, Barreiro, Coimbra, Torres Novas e Lisboa.

Além da firme recusa do «pacote laboral», foram objectivos da jornada:



Na Quimigal (arquivo) desmembrar é cair sobre os direitos do pessoal

- Exigir do patronato a alteração do seu comportamento negocial, visando uma actualização salarial justa, a manutenção dos direitos dos trabalhadores e a redução do horário de trabalho para o máximo de 40 horas semanais;
- Exigir do Governo que aban-

done o «pacote laboral», uma vez que o seu conteúdo representa uma série ameaça aos direitos fundamentais dos trabalhadores, pondo em causa o direito ao trabalho e à segurança no emprego, em oposição frontal à Constituição da República e ao regime democrático vigente.

## Os sindicatos e a guerra Centrais espanhola e portuguesa assinam comunicado conjunto em Madrid

Um apelo aos trabalhadores e aos cidadãos em geral para que continuem a participar, tanto em Portugal como na Espanha, nas manifestações e outras actividades «em prol da paz e pelo fim da guerra» consta de um comunicado conjunto, assinado este mês na capital espanhola pelas Uniãoes Sindicais de Lisboa e Madrid, ambas pertencentes, como estruturas intermédias, às centrais sindicais dos dois países - CGTP-IN e CCOO (Comisiones Obreras).

A resolução conjunta - assim é denominado o documento - destaca que «ambas as organizações se declaram radicalmente contra a guerra e a favor da paz».

Aquelas associações sindicais, que se têm encontrado com relativa frequência, no âmbito de várias iniciativas conjuntas, pronunciam-se pelo «fim imediato dos ataques e a abertura de negociações políticas tendentes à resolução do conflito; retirada iraquiana do território do Kuwait, e das for-

ças multinacionais lideradas pelos Estados Unidos, presentes na área do conflito; não participação de tropas portuguesas na guerra e retirada da frota espanhola; apoio a uma Conferência Internacional de Paz sobre os problemas do Médio Oriente; exigência de uma informação livre e verdadeira, e supressão da censura

que impede a formação livre de opinião».

### Provas desportivas sindicais em Madrid

A União dos Sindicatos de Lisboa anunciava, entretanto, que vários atletas portugueses participaram em Madrid, em nome da USL/CGTP-IN, numa

prova de atletismo organizada pela União Sindical da Região de Madrid (CCOO).

Os atletas portugueses indicados para participar na prova, seleccionados a partir dos resultados da prova do 1.º de Maio de 1990, são: João Marques, José Rodrigues e Rui Frias (seniores) e Alberto Páez e António Vaz (juniores).

## Pesca Pelo porto na Quarteira

O Sindicato dos Pescadores do Distrito de Faro, com sede em Portimão, veio a público recentemente defender a construção do porto de pesca na Quarteira. Afirma que todos os que desejam o desenvolvimento daquela vila algarvia «devem unir-se a todas as organizações que de facto pretendem fazer avançar aquele projecto», ultimamente posto em causa pelo Governo.

Num comunicado de 11 do corrente, aquele Sindicato sublinha que «a recente legislação sobre a utilização da Marina de Vilamoura e antepoço veio criar algumas apreensões e confusões, mas permitiu também a mobilização da classe piscatória para a defesa da sua actividade».

O Sindicato faz notar que a Quarteira é um centro piscatório de grande importância,

embora ultimamente, devido «às maiores discriminações», tenha entrado numa via de quase desaparecimento.

De acordo com o Sindicato dos Pescadores do Distrito de Faro, os «lesados» estão a abandonar a pesca.

O Sindicato apela à unidade dos quarteirenses, «para que o porto seja uma realidade», e reclama a alteração do recente regulamento da Marina.

Trabalhadores

Números revelam em 1990

# Para mais de 300 mil só no comércio houve um autêntico «tecto salarial»

As coisas vão mal também nos serviços. Desde a recusa de negociar em bons termos, passando pelo despedimento ilegal e pela agressão, sindicatos e trabalhadores continuam a ter que bater-se por direitos elementares

Mesmo para aqueles que não subscreveram, o ano passado, os acordos no âmbito da Concertação Social, os indicadores aí aprovados para os aumentos salariais acabaram por funcionar não nessa qualidade, mas na de verdadeiro tecto salarial.

Ao sublinhar o facto, o CESL (Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa) acrescentava a semana passada que, «num universo de 315 mil trabalhadores, os salários reais subiram 0,5 por cento em 1990» naqueles sectores.

Esse aumento real foi calculado pelo CESL a partir das 63 convenções colectivas de trabalho que negociou em 1990.

As respectivas tabelas, cujas retribuições mínimas abrangem pessoal do comércio, escritórios e serviços, registaram no segundo daqueles sectores, (escritórios), em 1990, a subida real mais significativa — 0,7 por cento — com aumentos de 14 por cento ao longo do ano.

O aumento real mais baixo verificou-se no comércio grossista com 0,2 por cento, rondando os aumentos salariais apenas os 13 por cento.

No comércio a posição foi intermédia, acrescenta o CESL. Os aumentos reais ficaram-se pelos 0,4 por cento, com subidas salariais que oscilaram entre os 13,5 e os 13,6 por cento.

### Requerida conciliação nos livreiros

Entretanto, a federação sindical que representa aqueles sectores (FEPGES) requerida ao Ministério do Emprego e Segurança Social a conciliação no processo de revisão do CCT (contrato colectivo de trabalho) aplicável ao sector dos editores e livreiros, que abrange 5 mil trabalhadores a nível nacional.

A Fepces acusa a Associação Portuguesa dos Editores e Livreiros de «absoluta incompreensão». O CCT depara sistematicamente nos seus processos de revisão anuais com

a recusa da melhoria das condições de trabalho.

A Fepces acha «o facto tanto mais estranho quanto estamos (estaríamos) perante empregadores cuja actividade comercial é a cultura».

As associações patronais e os empresários voltaram a repetir este ano a mesma actualização dos anteriores.

A associação sindical sublinha que o salário actual de um primeiro-caixeiro é de 48 400 escudos.

O patronato, apesar disso, continuou a insistir em aumentos de 13,5 por cento: «Indicador mínimo», segundo a Concertação Social.

A Fepces propõe aumentos salariais de 19 por cento.



## Prepara-se a jornada de 16

A CGTP-IN, que reuniu segunda-feira passada a sua comissão executiva, em Lisboa, prepara a jornada de 16 de Março, à qual a Interjovem acaba de dar a sua adesão.

A reunião desta semana, a que nos limitamos hoje a aludir, guardando para a próxima semana os previsíveis resultados dos debates, destinava-se a «apreciar a situação político-sindical e a fazer o ponto da situação quanto à concretização das deliberações tomadas» no plenário da semana passada.

O projecto distribuído à comunicação social, em 22 do corrente, sobre os assuntos a debater na reunião dos dirigentes da CGTP, destacava a legislação laboral, acções reivindicativas e guerra do Golfo; Conferência Sindical Nacional (anunciada para 20 e 21 de Junho próximo); debate sobre a reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais; debate sobre Segurança Social; debate sobre os direitos dos trabalhadores.

### Interjovem mobiliza

Ao apelar aos jovens trabalhadores no sentido de participarem em massa na próxima jornada de luta marcada para 16 de Março pela CGTP-IN, a direcção da Interjovem, reunida recentemente em Lisboa, «aprovou uma resolução em

que se exige à Assembleia da República que desencadeie o processo de discussão pública relativamente à lei de autorização legislativa, no estrito cumprimento da legalidade».

Ainda sobre a questão do «pacote», a direcção (conselho nacional) da Interjovem comenta e critica aqueles diplomas que, em seu entender, mais directamente afectam os jovens:

«São eles os que se referem ao regime jurídico do trabalho de menores, ao alargamento do período experimental e à redução e adaptação do tempo de trabalho.

«No que se refere ao primeiro projecto de diploma citado, a Interjovem recorda que, embora haja nele aspectos positivos, que respondem a reivindicações suas, ele admite a possibilidade de adolescentes com 14 anos poderem ingressar no mercado de trabalho. Essa possibilidade é de todo inaceitável.

«O alargamento do período experimental não se justifica, do ponto de vista da Interjovem, na medida em que viria contribuir para o agravamento da precariedade de emprego. Defende, por isso, a redução do período experimental ou, pelo menos, a sua manutenção nos actuais 30 dias. Reclama igualmente que os limites fixados actualmente através dos instrumentos de regula-

mentação colectiva sejam respeitados.

«Relativamente à redução e adaptação do tempo de trabalho, a Interjovem considera que as soluções previstas, designadamente a possibilidade de alargamento da jornada de trabalho de 8 para 10 horas e de 44 para 50 horas semanais, prejudicaria o tempo de lazer, o relacionamento familiar e a participação social dos trabalhadores, sejam eles jovens ou não. Por outro lado, os trabalhadores-estudantes teriam dificuldades acrescidas para frequentarem as aulas.»

### Agressão a soco na Braz & Braz

Quando por motivos legais se dirigia à administração da empresa Braz & Braz em Lisboa, um membro da comissão de trabalhadores (CT) e dirigente do CESL, João Barata, que acabava de receber uma nota de despedimento, foi agredido a soco, junto do elevador das instalações, pelo administrador António Simões e «por um sobrinho deste», afirma o CESL, que é «pessoa totalmente alheia à empresa».

João Barata teve que ser assistido no hospital e, de acordo com o CESL, «será em breve observado pelos serviços médico-legais da Polícia Judiciária».

O caso, entregue à Justiça, foi antecedido, segundo o Sindicato, por «ofensas verbais» dos agressores.

O CESL comenta: «Este acto de inconcebível

violência culmina as acções intimidatórias que o nosso Sindicato, como é seu dever, tem vindo a denunciar. Tudo o que se passa nos bastidores da empresa Braz & Braz, independentemente de visar a ruína financeira daquela velha unidade comercial, tem como objectivo importante coarctar os direitos democraticamente conquistados pelos trabalhadores e pelos seus sindicatos».

### Despedimento

Uma quinzena antes (o comunicado do CESL sobre a Braz & Braz é de 15 do corrente), era despedido sem base legal no restaurante «Al Tage» (ex-Convés) o dirigente sindical Inácio Astúcia.

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul, com sede em

Lisboa, protestava contra aquela ilegalidade e sublinhava que o trabalhador despedido tem 21 anos de casa.

Segundo a lei vigente e o contrato de trabalho (CCT), a empresa que comprou recentemente o ex-Convés — a Stanmount Properties, com capital árabe — deve assegurar, sublinha o Sindicato — «os postos de trabalho existentes na data da transmissão do estabelecimento».

Ainda recentemente estavam em curso acções tendentes à readmissão do dirigente sindical no seu posto de trabalho.

A federação sindical do sector anunciava, entretanto, em 20 do corrente, uma greve nas cantinas e refeitórios dos distritos de Lisboa, Setúbal, Santarém, Portalegre, Évora e Beja.

Em causa estavam aumentos superiores a 13,5 por cento e a redução do horário de trabalho, nomeadamente.

## Congresso da Função Pública propõe revisão intercalar em 1991

O 4.º Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, efectuado quinta e sexta-feira passadas na Figueira da Foz, aprovou uma série de importantes documentos, entre os quais se destaca um caderno reivindicativo imediato que «propõe a melhoria do poder de compra através da negociação de uma revisão intercalar em 1991, caso a inflação seja superior à prevista pelo Governo (11 por cento)».

Sem esquecerem temas

políticos gerais, como a guerra do Golfo, a política do actual Governo, CEE, etc., os congressistas reunidos numa altura em que se verificam fortes acções de luta em locais muito diversos da Função Pública (Museus, IEF, Instituto Geográfico e Cadastral, Ministério do Planeamento e Administração do Território, etc.) deram especial relevo à reestruturação e revalorização das carreiras profissionais, designadamente, «com a aplicação ime-

diata do NSR (novo sistema retributivo) a todas as carreiras onde isso ainda não aconteceu», bem como o «pagamento urgente do descongelamento dos escalões em Janeiro de 91».

Para 1992, devem conseguir-se aumentos nas tabelas que permitam «o crescimento real dos salários». A estabilidade no emprego deve ser garantida. É exigível uma melhoria nas condições de trabalho. A negociação colectiva tem que ser defendida. Os sin-

dicatos devem participar «em todos os processos de reestruturação em curso e sobre matérias de interesse para a Administração Pública».

Entre diversas e muito variadas questões abordadas pelos congressistas e que constituiram motivo de debate, destaca-se o «pacote laboral». No entender dos delegados, o Governo deve abandonar «a actual iniciativa legislativa» nesse campo, pois se encontra «viciada de inconstitucionalidade formal e material».

**Trabalhadores****ABOLETADA A CRISE DOS TRANSPORTES AERÉOS****TAP ameaça direitos e congela salários**

Muito se tem falado da grave crise que atravessam as companhias de transporte aéreo, alegadamente provocada pela guerra no Golfo. Quebras no tráfego, cancelamentos de operações e prejuízos avultados são aspectos evocados para justificar o despedimento de milhares de trabalhadores. Neste cenário surge também a TAP argumentando com dificuldades acrescidas, numa tentativa expressa de impor medidas que põem em causa direitos laborais há muito consagrados na empresa. Para Alberto Lemos e Luísa Ramos, da célula da TAP do PCP, trata-se de uma «mistificação» que visa dar cobertura à aplicação do chamado «Projecto de Mudança» delineado muito antes de deflagrar o conflito.

É um facto que, desde o início do conflito, foram canceladas 315 operações, ou seja, mais de 100 voos, mas, segundo afirmou ao «Avante!» Luísa Ramos, membro da direcção do SITAVA, a TAP não terá sofrido grandes prejuízos já que a propalada crise serve frequentemente de pretexto para otimizar a sua frota e obrigar a opinião pública a aceitar sem protestos o cancelamento de alguns voos regulares e a sua integração noutras com escala. Assim, a transportadora conseguiu escoar o mesmo número de passageiros reduzindo o custo de operações pouco rentáveis. Já antes da crise do Golfo a empresa teria vantagens na reprogramação da sua frota.

A verdade dos números prova que a companhia aérea nacional registou em Janeiro último um aumento de 6,1 por cento no fluxo de passageiros e de 3,6 por cento no volume de carga transportada, relativamente ao mesmo período do ano transacto. Em termos de receitas o aumento verificado situa-se na ordem de um milhão de contos.

Alberto Lemos explica que a TAP não tem sido muito afectada pela crise do Golfo porque vai colher o tráfego essencialmente nas zonas de emigrantes portugueses, para além de que Portugal está afastado da região do conflito, o que terá mesmo provocado um aumento do número de turistas que trocam o Norte de África pelo nosso país.

A confirmar estas afirmações estão as linhas da Alemanha e França para Portugal que não registaram qualquer redução, mas antes recuperação do tráfego. Ainda a favor da TAP joga o facto de ter sido recentemente considerada por uma sondagem internacional como uma das companhias europeias mais seguras em termos de ataques terroristas, devido ao não envolvimento de Portugal no conflito.

**«Limpar terreno»**

Deste modo, embora se tenham verificado algumas quebras, estas referem-se sobretudo às expectativas e previsões para 1991, e na opinião da Comissão de Trabalhadores, «não justificam minimamente reduções e cortes na área do pessoal».

Já em Novembro passado, o conselho de gerência da TAP apresentou o «Projecto de Mudança» que inclui um série de medidas orientadas no fundamental para a retirada de alguns direitos aos trabalhadores, o que mereceu o repúdio geral, segundo afirmou ao «Avante!» Luísa Ramos, membro da direcção do SITAVA.

Concretamente, o actual conselho de gerência pretende, numa espécie de antecipação à aplicação do pacote laboral apresentado pelo Governo à Assembleia da República, aplicar de imediato a flexibilização dos horários e a reposição do sistema de seis dias de trabalho contra dois de folga, anterior ao 25 de Abril, eliminando o regime vigente de quatro dias de trabalho e dois de descanso para os trabalhadores por turnos.

Na opinião da Comissão de

Trabalhadores, trata-se de um plano para «limpar o terreno», que se integra na estratégia da privatização daquela transportadora aérea. Como forma de pressão, o CG afirma que o Governo só procederá ao saneamento financeiro da TAP caso os sindicatos aceitem revogar o acordo de empresa.

Nas negociações directas, o conselho de gerência demonstrou igualmente algum oportunismo. De acordo com Luísa Ramos, na primeira reunião realizada em Janeiro último o CG ofereceu à partida 11,5 por cento de aumentos salariais e admitiu reconsiderar estes valores no caso de os sindicatos aceitarem o clausulado incluído no «Projecto Mudança». Entretanto, começa o conflito no Golfo e na reunião seguinte o CG modifica a sua proposta e faz depender directamente os aumentos salariais da aceitação de medidas restritivas dos direitos dos trabalhadores.

Gera-se então um impasse nas negociações que desembocou numa concentração de protesto com cerca de mil e quinhentos trabalhadores que repudiaram atitudes unilaterais do CG lesivas dos seus direitos, exigindo a imediata reposição do regime de férias previsto no Acordo de Empresa e a negociação da actualização dos salários.

**Dívidas antigas**

Sem pretenderem ignorar as consequências da guerra, Alberto Lemos e Luísa Ramos frisaram ao nosso jornal que é muito mais grave e prejudicial a incapacidade demonstrada pelos CGs de gerir eficazmente a



empresa, a inexistência de uma política aérea para os transportes, bem como o não cumprimento por parte do Estado das suas obrigações para com a TAP.

O Estado é em grande parte o principal responsável pela crise financeira com que se defronta a TAP, uma vez que deve à empresa indemnizações compensatórias que nunca foram pagas, resultantes, por exemplo da ponte aérea entre as ex-colónias e Portugal efectuada após a descolonização. Somadas as dívidas, a TAP deveria ser reembolsada em cerca de 40 milhões de contos, montante previsto na injeção de capitais, anunciada há meses para viabilizar a empresa. O saneamento financeiro continua, no entanto, sem se concretizar e certa-

mente que o Governo o liga às decisões de privatizar 49 por cento do capital social da TAP e de liberalizar a exploração das rotas internacionais.

De acrescentar que no período entre 1984/85, a TAP foi obrigada pelo Governo de então a contrair empréstimos no exterior para a compra de aviões, como forma de conseguir divisas para o País, sujeitando-se às consequentes flutuações do dólar, o que contribuiu para o agravamento da situação financeira. Se não existisse este passivo a TAP estaria hoje numa posição confortável já que as receitas cobrem perfeitamente as despesas, como nos referiu Alberto Lemos. Note-se que anualmente a empresa movimentava cerca de 150 milhões de contos.

**70 anos**  
**PCP**

**tempo de antena do PCP**

**Quarta-Feira****6 de Março****RTP-I**  
depois do Telejornal  
das 19.30 h**RDP Antena 1**  
depois do Noticiário  
das 13 h**Partido Comunista Português****partido necessário projecto de futuro****Comunicação Social  
Jornalistas e Gráficos  
reclamam e criam Comissão**

Num comunicado conjunto, saído de uma reunião efectuada em 16 do corrente no Porto, o Sindicato dos Jornalistas e a Federação dos Gráficos e Imprensa tratam dos assuntos que mais preocupam os jornalistas e os outros trabalhadores da Imprensa. Uma comissão mista foi criada no âmbito das conversações.

Depois de afirmarem, novamente, que «os órgãos do poder não podem nem devem assistir com passividade ao desmantelamento das empresas, à degradação das condições de trabalho, às ameaças de destruição de publicações prestigiadas que já foram do sector público, jornalistas e gráficos, sob o título «Crise não é fatalidade — Poder político não pode cruzar os braços», afirmam que, «com o desmantelamento das empresas jornalísticas e a consequente divisão entre trabalhadores do sector industrial e editorial, pretende-se enfraquecer o tradicional espírito existente na área da imprensa

escrita. A lógica actual dos grupos económicos de concentração dos parques gráficos, que produzem todo o tipo de publicações, pretende igualmente conduzir à quebra total desses laços de solidariedade e tentar colocar gráficos e jornalistas em campos opostos».

**O CCT dos jornalistas não é revisto desde 1987**

Gráficos e jornalistas, representados pelas respectivas associações sindicais, recordam que desde 1987 que o contrato

colectivo (CCT) dos jornalistas não é revisto, devido à recusa patronal de negociar essa revisão. Perante essa situação, agravada pela «**resistência à celebração de acordos de empresa**», «os trabalhadores da comunicação social têm a consciência», afirmam, de que «é necessário unir esforços na perspectiva de abrir a via da negociação de acordos de empresa e de grupos económicos».

Na reunião, de que dá conta o comunicado conjunto, foi decidido:

- Exigir o rigoroso respeito pelos direitos laborais, sociais e profissionais de todos os trabalhadores;

- Reclamar a atenção e intervenção dos órgãos do poder central e local, para garantir a viabilidade dos títulos privatizados ou a privatizar, parte importante do património cultural histórico do País;

- Alertar para a necessi-

dade de clarificar todos os passos dos processos de privatização que em muitos casos nem sequer estão a respeitar a legislação e normas estabelecidas pelo Governo;

- Exigir a suspensão do concurso destinado à alienação do capital público do «Diário de Notícias», enquanto não forem claros os processos utilizados até ao momento;

- Obrigar o poder político a encarar a Comunicação Social como um sector de importância vital na existência dum sociedade democrática, na garantia da liberdade de expressão e de informação, consagrados na Constituição da República. Nesse sentido, uma comissão mista, constituída por elementos de ambas as organizações sindicais, pedirá uma audiência ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro e aos grupos parlamentares para apresentar as conclusões deste encontro».

**Assembleia da Republica**

**No próximo dia 19**

**Interpelação do PCP ao Governo comprovará: «Os portugueses podem viver melhor»**

Confrontar o Governo com os resultados da sua política, nomeadamente com as soluções cuja aplicação se tem revelado um fracasso, apresentando simultaneamente propostas e alternativas nas principais áreas onde são mais sensíveis os problemas com que se defrontam os trabalhadores e o País, tais são, sumariamente, os principais objectivos da interpelação do PCP ao Governo agendada para 19 de Março.

Centrada nas questões do crescimento e do desenvolvimento económico e social, a interpelação decorrerá sob o lema «Os portugueses podem viver melhor», e constituirá um ensejo — é esse o desafio lançado pelo PCP ao Executivo — para avaliar a margem de manobra da nossa economia para promover uma mais rápida e equitativa melhoria das condições de vida do nosso povo e em especial das camadas mais desfavorecidas.

É que, como foi salientado por Carlos Brito na conferência de imprensa para apresentação pública da interpelação, se não existem dúvidas quanto ao inegável crescimento económico verificado nos últimos anos já o mesmo porventura não se pode dizer quanto à tradução desse crescimento na melhoria do bem-estar dos portugueses.

**Agravamento das desigualdades**

Para os comunistas, aliás, a questão nem se quer se colo-

ca, uma vez que é sua convicção, expressa pelo seu líder parlamentar, que se operou um aprofundamento das desigualdades sociais e das assimetrias regionais, continuaram a alastrar as zonas de pobreza, acentuaram-se as diferenças que nos separam dos outros países da CEE e prosseguiu a degradação do ambiente, como não se deram passos significativos na superação das crónicas fragilidades, desequilíbrios e défices da economia portuguesa.

Esta situação é tanto mais grave quanto é certo, como foi lembrado na conferência de imprensa, que desde a nossa adesão à CEE entraram no País qualquer coisa como cerca de 700 milhões de contos provenientes de fundos comunitários, verba colossal cuja aplicação se desconhece. Melhor dizendo, do que se sabe, segundo Carlos Brito, é que não serviram no essencial para a modernização da estrutura produtiva, nem para o desenvolvimento regional, nem para a formação da força de

trabalho especializada ou para a melhoria do potencial científico e tecnológico do País.

**Fracassos do Governo**

Mas a interpelação do próximo dia 19, liderada, por parte da bancada do PCP, pelo seu Secretário-Geral Adjunto, Carlos Carvalhas, visa ainda colocar no centro do debate algumas questões concretas, cuja importância é considerada essencial para avaliar adequadamente a política do Governo do PSD.

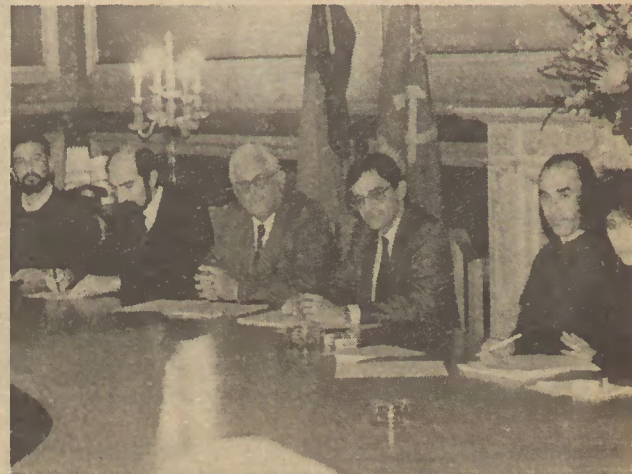
Nesse sentido, de acordo com as informações prestadas aos jornalistas, os deputados comunistas mostrarão que durante os Governos de Cavaco Silva, num contexto de crescimento económico, a participação dos salários no Rendimento Nacional baixou para menos de 42 por cento, o que significa que em 1990 os trabalhadores portugueses receberam menos 350 milhões de contos do que receberiam se, pelo menos, se tivesse mantido a distribuição funcional de 1985.

Demonstrada será também, por outro lado, a profunda injustiça de que enferma a política de rendimentos do Governo, uma política que nos últimos três anos promoveu um aumento médio dos salários reais de apenas cerca de me-

tade dos ganhos de produtividade registados no mesmo período, enquanto as remunerações dos trabalhadores, analisadas em paridade de poder de compra, continuam não apenas a ser as mais baixas da CEE como tendem a afastar-se do nível registado noutros países.

Cavaco Silva, se estiver presente no debate como é desejo dos parlamentares comunistas, será ainda confrontado com a sua recusa em baixar a duração normal de trabalho para 40 horas semanais (já hoje uma realidade em todos os países da comunidade) e com o facto de apesar dos trabalhadores portugueses serem os que menos ganham nem por isso deixam de estar sujeitos a descontos obrigatórios dos mais elevados, superiores, por exemplo, aos de Espanha, Irlanda, Itália e Dinamarca.

Questões fundamentais, na óptica do Grupo Parlamentar do PCP, e que por esse motivo não deixarão de estar presentes no debate, são ainda a situação habitacional do País e a inflação associada ao fracasso da política de modernização da estrutura produtiva e das



Com a sua Interpelação ao Governo, os deputados comunistas pretendem demonstrar que está ao alcance de Portugal um crescimento económico vinculado à modernização da economia, à justiça social, à preservação do ambiente e ao desenvolvimento regional

exageradas margens de lucro em vários sectores da nossa economia.

A circunstância de o crescimento económico no sector industrial não ser acompanhado de uma efectiva modernização da estrutura produtiva nem de uma alteração significativa na especialização produtiva, não deixará igualmente de ser le-

vada a lume no decorrer do debate parlamentar, do mesmo modo que não faltarão os elementos comprovativos de que em matéria de política agrícola o Governo falhou rotundamente nos seus objectivos, persistindo, após cinco anos de integração comunitária, as fragilidades estruturais da agricultura portuguesa.

**Serviço Militar Obrigatório Governo sonega estudos**

Questão da maior importância e oportunidade, a Lei do Serviço Militar voltou a centrar num curto espaço de tempo a atenção dos deputados no debate parlamentar. A ausência de algumas condições mínimas para a sua realização, porém, levaram a que a postura do Governo nesta matéria fosse olhada com desconfiança e a que a seriedade e adequação do debate fosse posta em causa.

Desde logo, como tratou de explicar o deputado João Amaral ao expor o ponto de vista da sua bancada, por que foi um debate que o Governo procurou fazer passar como sendo apenas sobre a duração do serviço militar obrigatório, numa obediência à sua estratégia eleitoral, quando do que verdadeiramente se trata é da política de defesa nacional e, no quadro desta, de avaliar o sentido e alcance do serviço militar obrigatório.

Acresce a isto, o facto de a proposta governamental ser ambígua no prazo proposto — tanto podem ser quatro como oito meses, numa amplitude que dá para satisfazer os que querem reduções drásticas como aqueles que as acham irresponsáveis —, a que importa juntar ainda a indisponibilidade evidenciada pelo Governo até ao momento para dar a conhecer à Assembleia da República os estudos encomendados sobre esta problemática às Forças Armadas, apesar de insistentemente ins-

tado a fazê-lo, mantendo assim sobre o assunto um escandaloso mutismo.

Um mutismo que certamente não é alheio à incapacidade revelada pelo Governo para equacionar nos seus devidos termos a política de defesa nacional, onde «tudo o que é essencial — as palavras são de João Amaral — continua por fazer», pese embora as importantíssimas alterações ocorridas na Europa nos últimos anos.

Com efeito, como lembrou o deputado do PCP, o conceito estratégico de defesa nacional permanece intocado, apesar da sua evidente desactualização, como ultrapassada está, por outro lado, a Lei de Programação Militar aprovada em 1987 para o quinquénio de 1987 a 1991.

A metodologia adequada, no entender da bancada comunista, exigiria, pois, como primeiro e indispensável passo, que fosse aprovado um novo conceito estratégico de defesa nacional, a partir do

qual seria definido o conceito estratégico militar, a definição das missões das Forças Armadas e a definição do sistema de forças e do dispositivo. «É deste complexo conceptual — sublinhou João Amaral — que depende a definição da estrutura e modelo de organização das Forças Armadas, incluindo os contornos do serviço militar».

Serviço militar cujo conceito deve respeitar a concepção organizacional das Forças Armadas consagrada na Constituição, a qual é, como recordou o deputado do PCP, baseada no Serviço Militar Obrigatório, o que coloca num plano inconstitucional quaisquer soluções profissionalizadoras.

João Amaral defendeu ainda que o conceito de SMO não poder ser equacionado em termos cujo resultado final fosse o de diminuir o empenhamento da juventude portuguesa na prossecução dos objectivos de defesa nacional, fazendo notar, por outro lado, que é mais que duvidoso que um SMO que se resume à instrução (recorde-se que o novo conceito tal como o Governo o apresenta assenta na combinação de um SMO de instrução com um novo regime de voluntariado) seja compatível com a referida norma constitucional relativa à organização das Forças Armadas.

**O leilão do «Diário de Notícias» Falta de transparência — Governo nada resolve**

A alienação das acções do «Diário de Notícias» voltou a ser tema em foco na Assembleia da República por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP que a este propósito procurou obter esclarecimentos quanto ao modo pouco transparente, segundo informações vindas a público, que tem vindo a rodear o leilão daquela empresa de comunicação social.

A questão foi de novo suscitada na última sessão de perguntas ao Governo pelo deputado Miguel Urbano Rodrigues que pretendeu nomeadamente saber as razões que levam o Governo a privatizar uma empresa que, no dizer do próprio ministro, está «de excelente saúde».

Classificando-o como o «mais estranho dos leilões promovidos pelo Governo na sua escalada privatizadora», o deputado comunista falou ainda da eventual venda do DN por metade do seu valor e inquiriu o secretário de Estado Albino Soares sobre a data de realização da OPV e sobre a sua posição relativamente à possibilidade de ser o Grupo Lusomundo a adquirir o Diário de Notícias, o que, a suceder, depois da compra do «Jornal de Notícias», equivaleria a que este grupo viesse a assumir uma posição monopolista na imprensa do País.

Se as perguntas foram claras e directas o mesmo já não se poderá dizer quanto às respostas de Albino Soares que se limitou a afirmar o seu desconhecimento quanto aos candidatos às acções, a garantir que tudo se faria com transparência e a discorrer longamente com explicações burocráticas sobre os alegados motivos do adiamento da OPV.

Em face da resposta obtida, que considerou como «totalmente insatisfatória», Miguel Urbano Rodrigues sublinhou que «mal vão as coisas numa sociedade quando o Governo só depois de instado se sente na necessidade de vir a público dar informações ao País sobre problemas que são tema de escândalo», reafirmando a ideia de que o processo está rodeado de pouca transparência e que os jornalistas são en-

carados pelo Executivo como mera mercadoria.

O Grupo Parlamentar do PCP, segundo foi anunciado, vai entretanto propor uma audição sobre a matéria para que sejam ouvidos o ministro adjunto, responsáveis da Lusomundo e bancos que eventualmente venham a participar na OPV.

**Sistema retributivo da Função Pública**

Questionada pela bancada comunista, na mesma sessão de perguntas ao Governo, foi ainda a secretária de Estado do Orçamento a propósito da aplicação do novo sistema retributivo da Função Pública.

A questão foi levantada pela deputada Apolónia Teixeira que pôs em destaque a forma como o novo sistema retributivo «nasceu torto», facto que em sua opinião ajuda a explicar o modo como foram goradas as expectativas criadas às carreiras mais numerosas da Administração Pública.

A deputada do PCP chamou nomeadamente a atenção, através de vários exemplos, para os ridículos aumentos na transição para o novo sistema, falando ainda dos atrasos na publicação de diplomas que descongelam condicionamentos à progressão no sistema e da prolongada não aplicação deste às carreiras do regime especial.

Pronunciando-se sobre a situação dos trabalhadores da Direcção-Geral das Contribuições que não pertencem à carreira da administração tributária, Apolónia Teixeira lamentou que, mais de três meses passados sobre o ofício do chefe de gabinete do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais onde se reconhece explicitamente razão àqueles trabalhadores, tudo se mantenha na mesma, permanecendo por conseguinte inalteráveis as suas justas reclamações.

Terra

# Problemas no Douro... e o arroz à espera

À hora do fecho da nossa edição não sabemos se o Primeiro-Ministro Cavaco Silva recebeu a numerosa delegação de trabalhadores agrícolas da Região Demarcada do Douro que, estava previsto, se deslocaria ontem a Lisboa para explicar os seus problemas. De concreto, conhecemos a apresentação destes últimos pela COSANC (Comissão Coordenadora dos Sindicatos Agrícolas do Norte e Centro). Que condensamos.

A razão desta deslocação à residência oficial do Primeiro-Ministro tem a ver com a falta de resposta às exigências manifestadas pelos trabalhadores agrícolas no sentido de o Governo publicar a Portaria de extensão do Contrato Colectivo de Trabalho para a Agricultura do Concelho de Vila Real a toda a Região do Norte e Centro do País.

Para os sindicatos agrícolas «a paciência chegou ao fim e os compromissos assumidos pelo ministro do Emprego e Segurança Social não passaram de meros actos de simpatia disfarçada, na altura, mas a que faltou a vontade política do Governo em resolver um problema social de milhares de trabalhadores agrícolas que se arrasta desde 1979».

Finalmente para os sindicatos agrícolas «chegou a hora de demonstrar ao Governo e aos tecnocratas do Ministério da Agricultura que os trabalhadores agrícolas já esperaram o suficiente e acusam o Executivo de Cavaco Silva de pregador da demagogia por se mostrar incapaz de resolver os problemas dos trabalhadores e fazer «orelhas moucas» às reivindicações de uma camada de trabalhadores discriminada pelos sucessivos Governos».

## Importação desnecessária prejudica orizicultores

A direcção da APOR - Associação Portuguesa dos Orizicultores, reunida recentemente nas instalações da sede em Montemor-o-Velho constata-

ou que «a nível nacional há grandes problemas de escoamento e comercialização do arroz por parte dos orizicultores nacionais, originada fundamentalmente por os industriais terem excesso de arroz devido às importações maciças desnecessárias, durante e depois das colheitas. Como exemplo, ainda recentemente produtores de arroz do Sul, por falta de escoamento, vieram oferecer a uma empresa de transformação sediada em Gátões — Montemor-o-Velho cerca de 5000 toneladas de arroz para venda, que a empresa industrial em causa recusou».

Por outro lado «na zona do Baixo-Mondego, nos preços já pagos a alguns produtores, a descida em relação ao ano passado é na ordem dos 30\$00 em quilo».

A situação dos orizicultores na zona Sul da F. Foz (zona do Pranto) «é extremamente grave». Na realidade grande parte dos produtores desta zona (com médias de explorações rondando um hectare) ainda tem o arroz em casa, com dificuldades no armazenamento, e uma situação económica a agravar-se dia a dia.

A APOR vai solicitar, com carácter de urgência, audiências ao ministro da Agricultura, director regional da Agricultura e comissão parlamentar de Agricultura e Pescas da Assembleia da República, no sentido de expor a situação.

Finalmente, a APOR - Associação Portuguesa dos Orizicultores decidiu participar com uma delegação no Congresso da Confederação Nacional da Agricultura — CNA — que se realizou no passado fim-de-semana em Lisboa e de que, aliás, damos circunstanciada notícia.



V Congresso da CNA

## É preciso contar com os

O V Encontro das Organizações da Lavoura e dos Agricultores de Portugal — Congresso da CNA realizou-se no passado domingo em Lisboa, na Aula Magna da Reitoria, com a presença de mais de 1600 delegados vindos de Norte a Sul do País. É um número suficientemente significativo para dispensar comentários acerca da representatividade e importância desta organização de agricultores que, neste Encontro, elegeram os seus Corpos Gerentes para o próximo triénio de 1991 a 1993.

Fazer o balanço da 1.ª fase da adesão de Portugal à Comunidade, debater a actual situação da lavoura perante as perspectivas da 2.ª fase de adesão e a revisão da PAC, bem como tomar posição perante a ameaça da baixa dos preços agrícolas para a campanha de 91/92 anunciada pela Comunidade (que, a concretizar-se, será muito gravosa para os agricultores e a nossa agricultura), foram os objectivos principais do Encontro.

Os trabalhos decorreram em plenário das 10.00 às 12.30 e das 17.00 às 18.30 (sessão de encerramento) e em cinco secções das 14.30 às 16.30, a primeira, abordando as questões do vinho e da carne; a segunda, do vinho, vinha e fruticultura; a terceira, a floricultura, horticultura e horto-industriais; a quarta, os cereais e oleaginosas e a quinta, a floresta e baldios. Foi um mundo de problemas a ser debatido, em cuja análise, apreciação, estudo e discussão se entrecruzou o discurso tecnicamente fundamentado, o testemunho de experiência feito, a exposição global das questões, a abordagem pormenorizada e a simples expressão do desabafo. O que é certo é que praticamente nada ficou por discutir, no que concerne aos problemas concretos com que se defrontam os agricultores e a agricultura em Portugal.

As críticas ao ministro da Agricultura e ao governo foram severas e circunstanciadas, nomeadamente na intervenção do dirigente da CNA, João Vieira que, após recordar as expectativas de há uns anos atrás, no princípio da adesão comunitária, acusou:

«O Governo procedeu, ao longo destes 5 anos, a sucessivos levantamentos das barreiras alfandegárias, com o desarmamento dos direitos aduaneiros, supressão de direitos niveladores (bovino, suíno, vinho), eliminação da contingentação (vinho, suíno) e a fixação de baixos preços limiares e de entrada (batata).

«Esta política foi em geral justificada em nome do combate à inflação, como sucedeu com a decisão do Conselho de Ministros de 13 de Julho passado, em que foram suspensas as restrições quantitativas à importação da CEE e

países terceiros de suínos vivos, à importação de países terceiros de vinhos de mesa (quando já era previsível uma ótima vindima) e suspensas a "aplicação de direitos niveladores ou de outras taxas compensatórias das diferenças de preços" nas importações de carne de suíno, aves, ovos, lactínios e aguardente vínica, quando provenientes da CEE.

«Mas certamente que nenhum consumidor português viu baixar o preço da carne ou do vinho.

«Isto, Sr. Ministro, não é uma política de sustentação dos nossos rendimentos. É uma política de afundamento, nosso e da nossa agricultura», acentuou.

## Subida de rendimentos?!

A tão propagandeada subida dos rendimentos dos agricultores foi também severamente desmontada por João Vieira, que afirmou a propósito:

«Recentemente os jornais noticiaram com algum relevo que os rendimentos teriam subido significativamente em 1989 e 1990. É bom que ninguém crie ilusões.

«Em primeiro lugar as pequenas subidas de 1989 e o provável pequeno acréscimo de 1990, não compensam nem de longe nem de perto as quebras ocorridas desde 1985. Por um lado, essas subidas devem-se à boa vindima de 1989 e a uma diminuição da mão-de-obra agrícola total.

Por outro lado, e isto é muito importante, os números sobre os nossos rendimentos são calculados na base da RICA, isto é, de explorações agrícolas com contabilidade.

«Ora nós sabemos que estas são, em geral, grandes e médias explorações que têm rendimentos claramente acima da média portuguesa.

«Falar dos rendimentos da agricultura hoje, aqui, impõe que se digam mais três coisas:

«Primeira, que nós, agricultores portugueses, continuamos a ter rendimentos que são cerca de 1/4 (25%) dos rendimentos médios dos agricultores europeus;

«Segunda, que segundo o Relatório do Parlamento Europeu comentando as negociações para o período começado em Janeiro de 1991 "as medidas propostas pela Comissão para a 2.ª Etapa de Adesão, (...) obrigarão os agricultores portugueses a um esforço adicional que se repercutirá, sem dúvida, de forma negativa nos seus rendimentos...";

«Terceira, que no período que decorreu desde a Adesão em 1986, a nossa distância desses rendimentos europeus não encurtou, alargou-se, o que não parece ser o caminho para "uma verdadeira coesão económica e social" que o Sr. Ministro e outros dizem ser necessária para "construir a Europa";

«Mas se temos os menores rendimentos agrícolas da Europa, sossega-nos a consciência que a indústria e o comércio que nos vendem adubos, rações, pesticidas, sementes e maquinaria, e que nos compram os produtos, apresentam lucros a um nível europeu!» sublinhou o dirigente da CNA, que acusou ainda o Estado português de pagar «como um país do Terceiro Mundo (sem ofensa para o Terceiro Mundo), recebendo e cobrando impostos, taxas e o IVA a um nível também europeu!» E muitas vezes mais que europeu — que o digam os floricultores... E dirigiu-se directamente ao governante:

«Sr. Ministro, em vez de falar da necessidade de "sustentação dos rendimentos dos produtores", concretize essa sustentação com os instrumentos que a Comunidade colocou ao seu alcance e do Governo. Ponha em prática o Reg. (CEE) 768/89, de Ajudas



À VENDA

edições  
Avante!

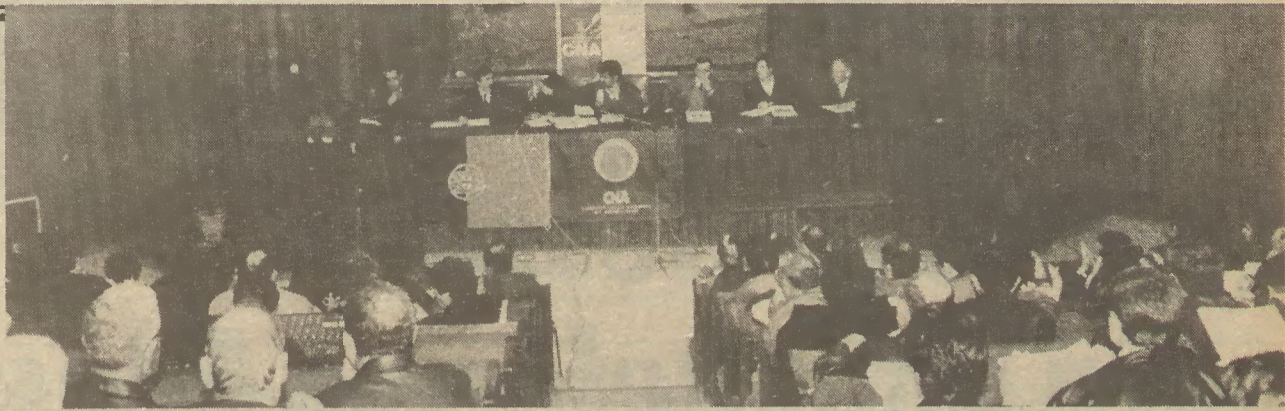
PROGRAMA

PCP

ESTATUTOS



Terra



# agricultores portugueses!

Transitórias ao Rendimento das Explorações Agrícolas com dificuldades, no contexto da reforma da Política Agrícola Comum (PAC) e novas condições de mercado!»

## O Estado cobra... e não paga

Após denunciar a falta de pagamento, por parte do Es-

tado, dos subsídios, prémios e indemnizações devidos aos agricultores (citando, inclusivamente, a incrível incompetência governamental - para não lhe chamar outra coisa... - na distribuição dos 3,76 milhões de contos atribuídos pela CEE para indemnizar os prejuízos das chuvas de 1988, onde houve milhares de agricultores que tiveram prejuízos e não receberam, e outros que não tiveram prejuízos e receberam

compensações...), o orador falou da questão do investimento, continuando a dirigir-se ao titular da pasta da Agricultura:

«Mas como acelerar o investimento, Sr. Ministro, se os agricultores portugueses pagam as mais altas taxas de juro da Comunidade? Se todos os outros agricultores têm juros bonificados, se na Holanda, na Alemanha, se paga 9%, se na Bélgica se paga

11%, se os agricultores franceses pagam 8%, como têm a coragem de nos dizer a nós para investir, com juros de 22 a 30%?

Entretanto, «o Sr. Ministro reconhece que somos "um país de pequenos e médios agricultores, onde só o associativismo, nas suas diversas formas e vertentes, permitirá que se equacione de uma forma global e efectiva, a solução para dois dos aspectos bá-

sicos do desenvolvimento agrícola: a montante, o funcionamento de serviços, de factores e tecnologias, de informação e de formação, a jusante, a transformação e a comercialização.»

Só que «há um custo social nos custos de financiamento da cooperativa agrícola que deve e tem de ser suportado pelo Estado. Se isso não acontecer, se o Governo, como o Salomão da Bíblia, quiser tra-

tar igualmente a cooperativa e a grande empresa agro-industrial ou fornecedora de factores e serviços, então é certo e sabido que o cooperativismo perde a corrida. Ou é engolido, como vem acontecendo por essa Europa fora, pela voragem dos grandes grupos multinacionais. E como já vem também sucedendo entre nós. (Se for preciso nós damos exemplos, Sr. Ministro)», finalizou o orador.

■ H. C.

## -Intervenção de Joaquim Casimiro

# O escândalo da marginalização

«Não estamos contra por gosto ou porque sejamos do contra. Estamos porque nos obrigam. Porque fazem leis que nos prejudicam. Porque tomam medidas que nos afectam. Porque esquecem o que há a fazer em defesa dos agricultores e da agricultura portuguesa». Palavras de Joaquim Casimiro, dirigente da CNA, quando apresentou no V Encontro da Confederação Nacional da Agricultura, realizado no passado domingo na Reitoria da Universidade de Lisboa, o Relatório de Actividades 1987-90, acrescentando um pormenor importante: «Estivemos e estamos contra muita coisa. Mas sempre precisamos ao mesmo tempo o que queremos, o que afirmamos e o que há a fazer».

O Governo é que não quer ouvir a CNA, como também o demonstrou Joaquim Casimiro que, a dado passo, perguntava: «O que nos falta, sr. ministro? Um professor de Latim na nossa Direcção? Um deputado do partido do Governo como Secretário-Geral?» finalmente o dirigente da CNA reforçou o apelo para a assinatura de um abaixo-assinado a reclamar aos órgãos de soberania uma urgente mudança do comportamento do Governo nesta matéria.

Na denúncia que fez da escandalosa marginalização imposta pelo Governo à CNA, Joaquim Casimiro pormenorizou:

«É um longo rol de factos e acontecimentos que tornam evidente estarmos perante um determinado, persistente e sistemático objectivo por parte do Ministério da Agricultura de marginalizar a CNA, de fazer apagar a CNA, de prejudicar a CNA, a vossa Confederação Nacional de Agricultura, senhores agricultores, e de muitos milhares que por esse País fora aderem às nossas iniciativas, participam nas nossas lutas.

«Relembro resumidamente: «A nossa exclusão do Conselho Económico e Social junto da CEE. E depois o Go-

verno, que faz o mal e a carunha, serve-se dessa exclusão, decidida por ele, para não nos dar apoios financeiros e outros. Com o argumento de que a CAP está junto da CEE deu-lhe um prédio em Lisboa e vai participar com dezenas de milhares de contos para um novo edifício-sede. Aceita o destacamento para essa organização de quadros dos seus serviços. Afasta-nos da Comissão Consultiva do PROAGRI e, tudo indica, está a constituir uma Comissão Nacional de Agricultura, onde mete todo o cão e o gato, inclusive uma dita Associação Central de Agricultores Portugueses, criada por meia dúzia de grandes proprietários absentistas residentes em Lisboa, e exclui-nos mais uma vez a nós.

«Como explicam, senhor ministro, senhores do Governo, esta situação?», perguntou o dirigente da CNA, que prosseguiu:

«Entretanto, nós temos relações frequentes e construtivas com todos os Grupos Parlamentares e a Comissão de Agricultura da Assembleia da República. Temo-nos encontrado frequentemente com vários deputados do Parlamento Europeu de diversas forças políticas. Somos recebidos pelos Partidos Políticos e Forças Sociais. Estamos representados nos Conselhos Regionais de Agricultura em todo o País, onde damos uma contribuição que julgamos importante. Estamos presentes através de muitas das nossas filiais nos PDARs. As nossas Associações de Braga, Viana do Castelo, Santarém e outras, colaboram regularmente com as Direcções Regionais do Ministério da Agricultura promovendo centenas de cursos de formação profissional.

«O que é que nos falta, sr. ministro?

«Um professor de Latim na nossa Direcção?

«Um deputado do Partido do Governo como Secretário-Geral?

«O não estarmos apadrinhados por Organizações industriais? Não temos culpa que as empresas de celulose só à CAP queiram dar 50\$00 por metro cúbico de madeira entrada nas fábricas. E também não temos nenhuma percentagem no milho entregue às fábricas de rações. Assim se obriga a contribuir todos os

agricultores portugueses para essa organização. Assim também se percebe melhor algumas das suas posições.»

E o dirigente da CNA concluiu:

«Sr. ministro, a exclusão da CNA da Comissão de Avaliação do PROAGRI tem alguma coisa a ver com a inaudita afirmação de um responsável do seu Ministério, de que o PROAGRI "não é milho para parciais" visando assim dar cobertura a um apoio preferencial às associações "bem comportadas" que não criticam o Ministério, ou que têm grandes influências políticas no Ministério da Agricultura?

«O sr. ministro proclama a sua "firme opção por um diálogo numa base muito alargada" e como "postura de princípio: a franca abertura a um diálogo amplo, como forma de envolver todos os protagonistas do sector".

«Quem assim fala parece não ser gago.

«Mas deveis saber que desde Janeiro de 1987 a CNA fez por escrito mais de uma dúzia de pedidos de audiência ao sr. ministro da Agricultura.

«E até hoje nem a resposta veio a dizer, a ter a coragem de dizer que não», sublinhou.

## O protesto em abaixo-assinado

Joaquim Casimiro prosseguiu o seu veemente protesto contra a marginalização imposta pelo Governo à CNA, afirmando:

«Somos dos que pensam que as soluções para a agricultura portuguesa exigem um profundo, sério e objectivo diálogo na sua identificação e na sua concretização. Entre o Estado e os agricultores. Entre as diversas e riquíssimas formas assumidas pelo associativismo agrícola nacional. Entre a agricultura, a agro-indústria e o comércio grossista e de retalho. Entre os agricultores e todos os profissionais que directa ou indirectamente são envolvidos pela actividade agrícola, e aqui, um papel essencial para os técnicos agrícolas, nos seus diferentes graus de formação, nas suas diferentes especialidades.

«Diálogo que não significa desvalorizar ou contradizer a luta dos agricultores em defesa dos seus interesses. Antes sublinha e pressupõe a importância decisiva da luta». E realçou:

«Não podemos deixar de aproveitar este Congresso, com a presença de destacadas figuras do mundo agrícola português, da Europa agrícola, para denunciar o comportamento discriminatório do Governo, e sobretudo do Ministério da Agricultura, face à CNA, violando preceitos constitucionais. Infringindo regras do nosso regime democrático. Pondo em causa legítimos direitos de agricultores, cidadãos portugueses, a escolherem a CNA como associação socioprofissional representativa dos seus interesses.

«E não podemos aceitar serem as nossas lutas razão

para nos recusar o reconhecimento:

«E não aceitaremos nunca o reconhecimento à custa do sacrifício dos interesses dos agricultores e associações agrícolas, que a nós se ligaram», advertiu, acrescentando:

«Podem não estar de acordo com as nossas posições sobre política agrícola. Mas não parece legítimo negar a evidente, clara e significativa representatividade da CNA no campo do associativismo agrícola português. A não ser que ela se meça por chantagens e falsas ameaças embrulhadas no "brilho" que o apoio oficial ou oficioso em meios humanos e financeiros permitem. Ou pela imagem fabricada por inúmeras presenças em páginas de jornais ou ecrãs televisivos, que persistentes e avolumados favores dos órgãos de comunicação social estatizados empolam ou deformam.»

Finalmente o orador afirmou:

«Quería aqui, em nome da Direcção da CNA, reforçar o apelo para a assinatura do abaixo-assinado a reclamar aos Órgãos de Soberania uma urgente mudança de comportamento do Governo nesta matéria.

«Somos uma organização de agricultores, aberta a todos os que conosco querem uma vida melhor para os portugueses, um futuro melhor para Portugal.

«Com a CNA, com os agricultores, conta o País. Assim saibam ouvir as nossas palavras», concluiu Joaquim Casimiro.

PCP

## AS CONCLUSÕES DO ENCONTRO NACIONAL

# Com os professores para uma Reforma Educativa democrática

Democratizar a educação e o ensino significa lutar pelo reforço da gestão democrática das escolas e contra as medidas legislativas que visam liquidá-la e substituí-la por formas de gestão autoritária — sublinha o documento de conclusões aprovado por unanimidade no Encontro Nacional de Professores do PCP. A iniciativa, que reuniu docentes dos vários graus e sectores de ensino, decorreu no último fim-de-semana, no salão nobre do Instituto Superior Técnico (IST), em Lisboa. Poucos dias antes o Governo tinha aprovado o «novo regime jurídico de direcção, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar, do ensino básico e secundário». Aí surge a figura do «director-executivo»...

Mas regressemos às conclusões do encontro do Técnico, apresentadas por Lurdes

Silva. Tendo como título principal «Com os professores, para uma reforma educativa

democrática», o apontamento começa por sublinhar o «valor estratégico da educação», referindo a propósito:

«A educação tem um valor estratégico acrescido nas circunstâncias históricas actuais de Portugal. Dela todas as portuguesas e os portugueses podem e devem legitimamente esperar não só o pleno desenvolvimento das suas potencialidades individuais, independentemente da raça, religião ou origem socioeconómica, mas também o contributo relevante que ela pode dar para o desenvolvimento global do

país, nas suas dimensões económica, social, cultural, científica, tecnológica e ecológica.»

E mais adiante:

«O PCP tem agido no sentido de que a educação, o ensino e a formação sejam entendidos na sociedade portuguesa como grandes prioridades sociais e nacionais, não só por respeitarem ao conjunto da população e, em particular, à juventude na conquista de melhores níveis de vida e de emprego, mas também por contribuírem para o desenvolvimento económico, para a modernização do aparelho produtivo, para a inserção com êxito de Portugal no contexto de uma cooperação internacional cada vez mais extensa e em rápida evolução, preservando em simultaneidade a independência nacional e os valores da nossa cultura.»

### Crise mantém-se

Noutra passagem, o apinhado de conclusões dos professores comunistas recorda:

«A Revolução do 25 de Abril criou expectativas legítimas de acesso à educação e ao ensino e de sucesso educativo em camadas muito amplas da sociedade portuguesa.»

«Entretanto, a evolução quantitativa do número de alunos que ascendem aos diferentes níveis de ensino, sendo muito significativa está ainda longe do desejável e uma evolução qualitativa positiva do sistema tem sido entravada e mesmo objectivamente

contrariada em diferentes momentos, por diferentes modos, como consequência da aplicação de sucessivas políticas de direita inadequadas e injustas.»

### Desvalorização do ensino público

O Encontro Nacional de Professores do PCP concluiu que «no plano qualitativo, o principal sintoma da falta de qualidade do sistema escolar, da sua desadaptação em relação às crianças e aos jovens é dado pelas elevadíssimas taxas de reprovação com todo o cortejo de custos pessoais e sociais que tal implica. Em 1987, a taxa média de reprovações nos 9 anos que passaram a constituir a escolaridade obrigatória era de 32,5% e não há evidências de que tal situação se tenha alterado significativamente até hoje.»

Os professores reunidos no Técnico chamam a atenção para os seguintes aspectos:

«Há sectores educativos nitidamente marginalizados — a educação pré-escolar (cujas taxas de cobertura era ainda de 30% em 1987/88), o ensino especial, a alfabetização e a educação permanente de adultos — pelo baixo investimento com que o Governo contempla esses sectores.»

«Há uma desvalorização sistemática do ensino público e um privilegiar do ensino particular especialmente nítidas no ensino superior e no ensino profissionalmente e na educação pré-escolar, onde, ao mesmo tempo que se asfixia e limita o desenvolvimento das escolas oficiais, todo o apoio (inclusive financeiro, nacional e comunitário) é dado às iniciativas privadas de qualidade e interesse social frequentemente duvidosa ou seguramente má.»

«As condições de vida, de trabalho e de formação dos professores continuam a ser deficientes, precárias e não estimulantes, em muitas situações, contribuindo para o alastrar do mal-estar na profissão, para o desinvestimento profes-

sional, para a acumulação com outras actividades e mesmo para o abandono da docência.»

O debate realizado no Técnico salientou também que «a fraca capacidade atractiva da profissão se manifesta num novo surto de falta de professores habilitados em alguns grupos disciplinares, ainda mais acentuada em regiões tradicionalmente carenciadas em professores.»

Tal tendência, «a não ser combatida por medidas adequadas, agravar-se-á nos próximos anos com o aumento do número de alunos que é previsível.»

### Por uma reforma educativa democrática

As propostas dos docentes comunistas, apontadas à democratização, modernização e desenvolvimento da educação



## Um grande debate nacional

Um grande debate nacional — esta a proposta que o PCP dirige à opinião pública e que foi destacada no Encontro realizado em Lisboa pelos professores comunistas. Um grande debate nacional sobre as questões da educação e do ensino, que os docentes do PCP comentam assim:

A defesa de uma educação e de um ensino de qualidade para os portugueses e para Portugal, a luta por melhores condições de vida e de trabalho para os professores e por uma profissão docente mais dignificada, a defesa de uma reforma educativa democrática que concretize os princípios consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo e na própria Constituição da República, impõem hoje o reforço da intervenção do PCP em relação às questões educativas, nas escolas, no seio do sistema educativo, mas também no seu exterior, como grande problema nacional que representa.

A continuação da direita no Governo e a partir de 1987 a obtenção mesmo de uma maioria absoluta por parte do PSD, traduziu-se nos últimos anos em condições particularmente desfavoráveis e na realização de uma política educativa contrária aos princípios

democráticos constitucionalmente consagrados.

As próximas eleições legislativas abrem à possibilidade real da direita ser afastada do Governo e dos partidos democráticos, designadamente o PS e o PCP, alcançarem em

E com o seu empenho político podem dar, também, um contributo para que essa maioria parlamentar democrática, pela convergência e o entendimento dos partidos à esquerda do PSD, como o PCP defende, se transforme numa maioria política efectiva, que dê suporte à formação de um novo governo democrático, que realize uma política democrática.

As questões da educação e do ensino constituem hoje um

### ● Preparação das propostas educativas que integrarão o Programa Eleitoral do PCP

conjunto uma maioria na Assembleia da República.

Os professores, com a sua acção e pela sua luta, podem dar um importante contributo para ser alcançado o objectivo básico e fundamental da direita ser posta em minoria na futura Assembleia da República.

dos principais problemas nacionais.

Em torno dessas questões o PCP está empenhado em empreender e desenvolver um grande debate nacional que alargue o conhecimento concreto da relação que existe entre a oferta e a procura da edu-

cação, que proceda ao balanço da situação qualitativa do ensino e da educação a nível nacional e da sua evolução nos últimos anos e que aprofunde, a nível dos professores e de outros sectores que acompanham mais de perto os problemas educativos, o sentido da política educativa necessária para o futuro de Portugal.

É nesta perspectiva que apelamos à participação de todos os professores, nos debates e outras iniciativas que irão ser promovidos nos próximos meses e que se inserem no âmbito da preparação das propostas educativas que integrarão o Programa Eleitoral que o PCP vai propor ao País.

Partido aberto à vida, o PCP reconhece a dificuldade e a complexidade de muitos dos problemas que estão por resolver na área da educação e do ensino. Mas reconhecendo as dificuldades, não as teme nem lhes foge. E sobretudo confia que as melhores soluções são as que se encontram pela via do debate esclarecido e do diálogo continuado e as que privilegiam o interesse de todos sobre os interesses particulares de alguns.

## A intervenção dos comunistas

O PCP tem sempre destacado a importância da intervenção democrática do País, dos portugueses e pela afirmativa e soberana, num processo que respeite os nossos interesses e que permita uma profunda mudança.

A intervenção dos comunistas tem sido persistentemente orientada para a defesa da Constituição da República, dos princípios democráticos e nacionais (Assembleia da República, Conselho Nacional de Educação, etc.)

A nível sindical os comunistas têm procurado reforçar o seu compromisso com os professores, para a defesa dos seus interesses e reivindicações, através de intervenções em todos os professores, cooperando com os jovens, as autarquias locais e com o ensino de qualidade e um ensino de qualidade.

(Do documento de conclusões do Encontro Nacional de Professores do PCP, 23/24 Fev. 91)

## ... e os professores

Presente em várias intervenções, o papel do professor — as suas condições de trabalho, os problemas da formação, valorização e dignificação profissional, o Estatuto e sua regulamentação — esteve em foco neste Encontro Nacional de Professores comunistas. A síntese possível das ideias e das preocupações manifestadas na reunião do passado fim-de-semana está no documento de conclusões aprovado no Técnico. Aqui fica essa significativa passagem.

Os professores desempenham sempre um papel decisivo no desenvolvimento do sistema educativo, particularmente mais acentuado ainda, quando se pretende realizar reformas e inovações.

O actual Governo, apesar

de todas as palavras em contrário, tem marginalizado os professores e tem mostrado desconfiança em relação ao seu trabalho e à sua acção.

Os professores têm sido mantidos à margem do processo da reforma educativa — a

# Em Foco

Avante!

Ano 61 — Série VII  
N.º 897

28 de Fevereiro de 1991

3.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

# GUERRA NO GOLFO GUERRA NA TV



**G**uerra no Golfo, guerra na TV — a informação que temos foi o tema do debate que aconteceu no Porto, na passada semana, o primeiro de um ciclo de «Diálogos com o PCP», promovido pelo Sector Intelectual do Porto, que contou com a participação do camarada **Mário Castrim** e de **Correia da Fonseca**, críticos de TV, de **Artur Queirós**, ex-jornalista do «Jornal de Notícias» que se encontrava em Bagdad nos primeiros dias de guerra, e de **Germano Silva**, igualmente jornalista do JN e responsável pelo «Jornal» no Porto.

Foi moderador o camarada Rui Lima Jorge, que deu mote para o tema em discussão: «Esta guerra que estamos a ver, ou a não ver, através da televisão e dos órgãos da comunicação, é de facto a grande fraude informativa dos anos 90? Estamos a ser informados ou desinformados, há manipulação, há censura?» As respstas vieram depois. O balanço detalhado de como a RTP nos «informou» da guerra, o relato vivido por quem assistiu aos primeiros bombardeamentos e viu desde a primeira hora, ao contrário do que foi veiculado pelos órgãos de informação, zonas residenciais de Bagdad completamente destruídas, as interrogações de quem procura informar a verdade e conhece a censura e a manipulação da informação, foram o ponto de partida para o alargado debate de ideias que se prolongou por mais de duas horas na Cooperativa Árvore, onde se encontravam cerca de duzentas pessoas.

# Guerra no Golfo guerra na TV

## — a informação que temos

Mário Castrim, a abrir, falou da TV, da «guerra em directo» que nos quiseram convencer que iria ser pela primeira vez transmitida, um mito rapidamente transformado (por falta de imagens que não interessava aos EUA fazer ver, porque, por si só, poderiam levar a opinião pública a virar-se contra a guerra) em apenas palavras, discussões, encontros e desencontros. Do texto que então leu o camarada, o «Avante!» publica a quase totalidade nesta edição.

De seguida, o jornalista Artur Queirós, que se encontrava no Iraque como enviado especial do JN, recordando a quatro dias antes do início da guerra, lembrou o dia do encontro do secretário de Estado americano com Tarek Aziz, em Genebra, «em que pela primeira vez foi informado na televisão do Iraque que, dois dias depois de estarem no Kuwait, Saddam Hussein ofereceu ao Sr. George Bush a hipótese de se retirar se a Liga Árabe e os países da região não fizessem qualquer crítica à acção do Iraque». Segundo a televisão iraquiana, contou Artur Queirós, aconteceu exactamente o contrário: Mubarak, pressionadíssimo pelos americanos,

fez um ataque cerrado ao Iraque e pessoalmente a Saddam Hussein, o que fez gorar completamente essa iniciativa. Uma outra proposta apresentada pelo Iraque aos Estados Unidos no sentido de retirar do Kuwait, mas com contrapartidas, «que tinham a ver com o esforço de guerra contra o fundamentalismo islâmico e que lhes foi pedido pelo Ocidente» nem sequer foi aberta, segundo informou a televisão do Iraque. Tarek Aziz deu, no dia seguinte, informações «terríficas» sobre o encontro de Genebra, afirmando que, durante todo o tempo que esteve a conversar com o secretário de Estado americano, foi ameaçado de ataques nucleares pelos Estados Unidos. Era este o ambiente que se vivia alguns dias antes, segundo contou o jornalista.

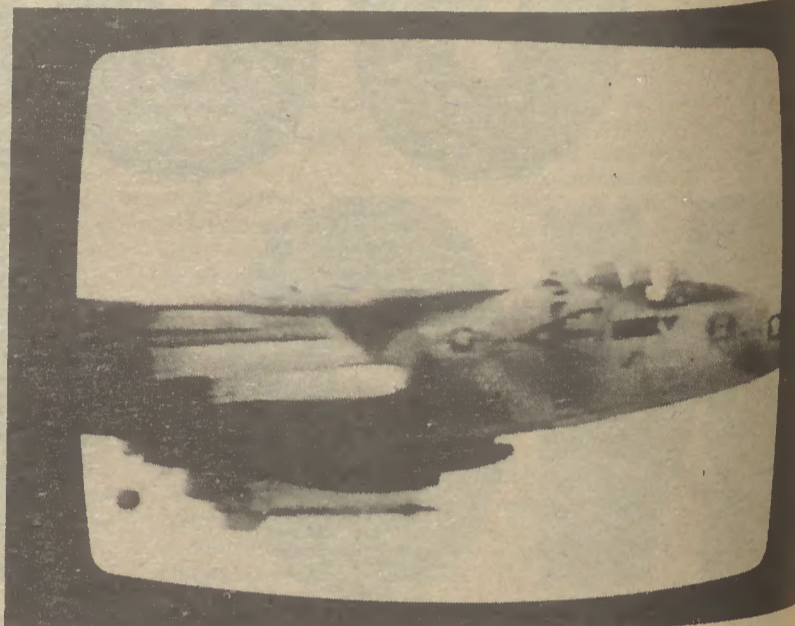
Iniciativas de paz, como por exemplo uma vinda da Nicarágua, através do ex-Ministro dos Negócios Estran-

geiros, o Padre Miguel Descoto, e do líder da Frente Sandinista, foram completamente ignoradas. Como lembrou Artur Queirós, quando entrevistou Miguel Descoto já este lhe dizia que «estavam a soar os tambores da guerra e que não havia qualquer hipótese de evitá-la porque os Estados Unidos só queriam a guerra». O próprio líder do Parlamento iraquiano, que lhe concedeu uma entrevista horas antes do início do conflito, lhe havia afirmado a sua certeza de que ainda naquele dia seriam atacados e Bagdad seria o alvo principal.

### As operações «cirúrgicas»

E Artur Queirós contou como pôde ver, logo desde o início que os bombardeamentos não tiveram nada de «cirúrgico». «Uma coisa que me aterrorizou, porque eu vi tanta desgraça naquela cidade que quando ouvi a France Antène dizer que aquilo tinham sido bombardeamentos cirúrgicos, fiquei além disso indignadíssimo, porque de facto eu era um habitante de Bagdad e fui agredido, como é evidente, como os cidadãos que lá vivem».

Logo à direita do hotel funcionava o mercado árabe. Ali não havia alvos estratégicos, era uma zona de mercados, um bairro árabe, colmeias humanas — caíram ali bombas. «No dia seguinte de manhã, fui dar uma volta pela cidade — disse Artur Queirós — e vi que no bairro residencial construído pela empresa Soares da Costa tinham caído bombas e um prédio de



quinze andares tinha sido cortado a meio como se fosse de papel — metade tinha desaparecido». Não era um alvo militar, era, numa zona residencial, mais um dos muitos prédios habitados que foram destruídos logo nos primeiros bombardeamentos. «Não foram bombardeamentos cirúrgicos. Isso é uma mentira tenebrosa, uma enorme falta de respeito pelas pessoas», disse Artur Queirós, para confirmar que desde a primeira hora o que tem acontecido «é o massacre das populações do Iraque», onde tem caído, em média, uma bomba por segundo, segundo as próprias estatísticas dos americanos, isto num país onde há pouco mais do que dez grandes centros urbanos (eles não andaram com certeza a bombardear o

deserto). Como estará um país onde isto está a acontecer há mais de um mês?

Ainda sobre a «informação» que recebemos dos primeiros dias de guerra, Artur Queirós fez questão de lembrar que quando chegou a Amã, dois dias depois, ainda não tinha havido baixas, quando logo no primeiro dia de guerra sete pilotos declinaram a sua identidade na Rádio Bagdad.

Germano Silva colocou ainda à discussão uma outra problemática: a da verdade. Essa verdade que qualquer correspondente de guerra procura relatar. «O que amedronta as pessoas é a verdade da guerra, a morte, o sangue, que muitas vezes, a maior parte das vezes, não interessa a determinados dirigentes». É que, como disse



### ■ Mário Castrim

## «Quando é preciso também

**A** aqui estou eu para lhes falar sobre os malefícios da televisão. Preferia os malefícios do tabaco, mas desses já Tchekov tirou patente.

É grande a minha perturbação. O que é que lhes vou dizer? Que novidades? Que descobertas? Que notícias para aprendermos a vida e a História? Esqueçamos pois toda a ideia de que lhes trago novas doutro mundo. Chegou o tempo de acabarmos com os monólogos e de fazer da vida uma reflexão em colectivo.

Um pormenor apenas da minha experiência no Porto.

Ontem tomei um táxi. O condutor deu, sobre um assunto que nada tinha a ver com a guerra, a sua opinião e depois comentou, como se se desculpasse: «Não sou inteligente, mas quando é preciso também sei pensar».

E quem não tirou curso de inteligente recorda algumas coisas nas semanas que precederam a guerra, aprendidas através da televisão. Por exemplo, que a guerra contra o Iraque ia ser uma guerra limpa, justa e em directo.

Nada de mortes inúteis, nem de crueldades. Cada alvo militar veria cair do céu o devido castigo. Ao fim de três dias a questão ficava resolvida e o marine regressava a casa para o aconchego da sua coca-cola e do seu hambúrguer com mostarda. Ainda a tempo de saber quem matou Laura Palmer.

Quanto à justiça, nem carecia de demonstração. O Kuwait recuperava a sua completa soberania, quer dizer, o petróleo seguiria nos pipe-lines que conduzem aos bolsos do sheik hereditário como a sífilis.

Deve dizer-se que o que mais interessava às pessoas era o facto de se tratar de uma guerra em directo. A primeira da História. Não nos fora dado assistir à destruição de Cartago, para já não falar da destruição de Sodoma e Gomorra, pois aí a transmissão foi proibida por Jeová!

Não vimos nem Wagan, nem Guadarrama, nem Smolensko, nem Stalinegrado, nem Guadalcanal. De Waterloo apenas ficou uma gravação áudio com a palavra de Crambrone. Ah, mas agora, no Iraque, vamos tirar a barriga de misérias. Seria mais do que uma guerra em directo, seria uma guerra de pantufas.

Pouco tempo faltou para ver por terra o mito da guerra eficaz: os

americanos haviam anunciado a liquidação de 90% da força iraquiana — mas a verdade é que tinham bombardeado instalações fantasmas e tanques de plástico. Bush caíra no maior conto do vigário da História.

Os ataques iriam conhecer aspectos infernais. Os mortos iam amontoar-se. Cem mortos aqui, duzentos ali. O escândalo viria a conhecer a repugnância com o abrigo bombardeado. Caíra o mito da guerra limpa. Afinal, este *Omo* não lava mais branco.

A guerra justa começou em breve a sofrer tratos de polé. Os americanos aumentavam a parada. Não queriam apenas libertar o Kuwait: queriam castigar o Iraque; queriam desmembrá-lo como nação; queriam impor uma nova ordem no Médio Oriente...

### A guerra «em directo»...

E quanto à tão falada guerra em directo?

Na primeira noite, ainda conseguimos ver um pouco da tempestade que desabou sobre Bagdad. Depois desceu a pesada cortina da censura. A guerra em directo, afinal, resumira-

-se a qualquer coisa que vacilava entre o pesadelo e o fogo de artifício. A RTP descobriu um míssil Cruzeiro a ser disparado. Até que enfim, uma imagem em directo! Afinal, o disparo fora filmado antes da guerra, num ensaio...

A maré negra do golfo viria a fornecer oxigénio aos blocos operatórios, perdão!, aos blocos informativos da RTP. As reportagens eram fabricadas pelos serviços do Pentágono. Hora após hora, dia após dia, semana após semana, fomos bombardeados com o fogo de artifício de Bagdad, com o míssil a cruzar os ares, com o pássaro estafegado pela maré negra. Sem imagens vivas para transmitir, a televisão gaguejava.

Mas o Canal 1, onde a notícia morre primeiro, recorreu aos seus enviados especiais. Artur Albarran, sorriso pepsodent, e Barata-Feyo foram para Amã, onde não se passava nada. Seruca Salgado passava férias em Jerusalém, livre de ataques devido ao seu carácter de cidade santa; Moura Pinto ficou na Turquia; ultimamente, Mário Crespo assentou banca em Telavive.

Não há imagens. Há só palavras. Deixou de haver televisão para haver apenas rádio. Fala-se com a guerra ao telefone. A guerra em directo acabou por se tornar numa guerra do *podló... chamá-lo*. A avaliar por aquilo

que eu pago, imagino a conta da RTP no fim do mês.

A televisão em todo o mundo sonhara transformar cada lar num bunker e a guerra num espectáculo ou seja, numa festa para os olhos.

A própria palavra *espectáculo*, etimologicamente, significa «o que se vê». Por isso, é o mais íntima possível a relação entre a realidade e a televisão. O espectáculo é a imagem.

Sem imagens, caíra por terra, finalmente, o mito da guerra em directo.

As pessoas começaram a distanciar-se. Nos Estados Unidos os protestos começam a tombar sobre as principais estações — a CBS, a NBC, a ABC. Os telespectadores americanos estão fartos de ouvir falar da guerra, as audiências baixam e, com isso, baixa a publicidade, as estações regressam aos folhetins (os soap opera), ao basebol, às variedades, à pastilha elástica para os olhos. Os americanos estão proibidos pelos médicos de pensar durante muito tempo. Isto, evidentemente é o que pensam as estações de TV americanas. O que não corresponde totalmente à verdade. Mas se não corresponde totalmente à verdade, por que evitam elas de falar na guerra? São privadas, nada as impedia, etc., etc.

A independência da RTP americana, perdão, da televisão ameri-

# A guerra em debate

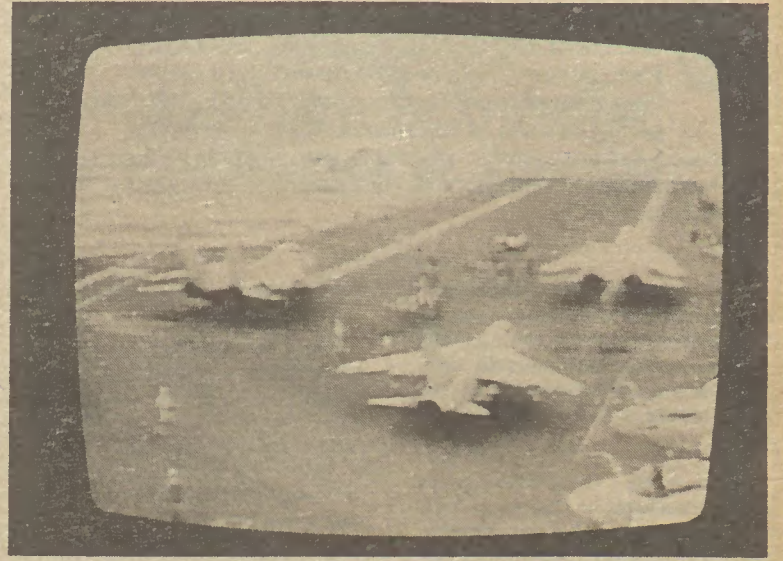
No passado fim-de-semana, a Guerra do Golfo esteve de novo em debate no Porto, em três colóquios que contaram com a participação do camarada Miguel Urbano Rodrigues, deputado do PCP à Assembleia da República, que se realizaram nos concelhos de Ermesinde, Maia e Vila do Conde.

Após ter analisado os antecedentes culturais históricos e económicos da crise do Golfo, Miguel Urbano, citando documentação publicada num importante livro de Pierre Salinger — eminente escritor americano e ex-porta voz da Casa Branca durante a presidência de John Kennedy — obra lançada há dias em Paris, demonstrou que a responsabilidade pelo desencadeamento da guerra cabe fundamentalmente aos Estados Unidos, que a prepararam com larga antecedência. O deputado comunista acusou os EUA de terem empurrado o Iraque para a invasão e ocupação do Kuwait e de haverem impedido uma solução árabe para a crise quando impuseram o envio para a Arábia Saudita de tropas americanas (não pedidas pelo rei Fahd) e exigido da Liga Árabe a condenação do Iraque. Segundo Salinger, isso aconteceu quando Saddam Hussein já havia decidido retirar do Kuwait.

Miguel Urbano Rodrigues, apesar de reconhecer a extrema gravidade da situação, manifestou a esperança de uma solução pacífica para a crise. «O dia de hoje, 23 de Fevereiro», afirmou então, «será possivelmente o da escolha entre a paz e a continuação de uma guerra que começa a assumir os contornos de genocídio». Segundo o deputado social-democrata inglês Manfred Opel, lembro Miguel Urbano, os bombardeamentos americanos já haviam provocado no Iraque até 2 de Fevereiro, 300 mil mortos.

Como afirmou Miguel Urbano Rodrigues, se houver cessar-fogo e a paz for restabelecida, com base no cumprimento pelo Iraque da Resolução 660 do Conselho de Segurança da ONU, será legítimo tirar duas conclusões: o êxito da mediação soviética ficaria a assinalar o início da recuperação do papel da URSS no cenário internacional como grande potência e do seu prestígio entre os povos do terceiro mundo; e, apesar da arrogância das exigências do presidente Bush, os EUA sairiam politicamente derrotados da guerra que quiseram e provocaram. O presidente Bush seria responsabilizado no seu país e fora dele por uma política que levou o mundo à beira de uma tragédia e contribuiu já para agravar a recessão norte-americana. Os EUA foram lançados numa aventura militar que visava atingir dois objectivos: o controlo das fontes de petróleo do Médio Oriente e a afirmação de Israel como potência hegemónica na região.

Se não houver paz, o desfecho será uma tragédia para a humanidade, concluiu o deputado do PCP ■



no plano da sobrevivência». «É preciso fazer qualquer coisa, ou recusar fazer qualquer coisa para não assumir uma inteira cumplicidade com o crime que está a decorrer. Essa é uma situação que a mim, que sou apenas um espectador, me desperta um enorme interesse, uma grande solidariedade e uma grande preocupação», afirmou para terminar.

Depois foi o debate, que continuou com a troca de impressões sobretudo relativamente à censura e à manipulação, «uma variante traidora da censura», que tem uma outra componente — a de **condução**, do **encaminhar** para aquilo que se quer dizer. A necessidade do jornalista «estar lá» mesmo com a censura, de não desistir, a força que é necessária para conseguir trabalhar nestas condições e conseguir ultrapassá-la foram ali salientadas.

Muitas guerras estão em causa no Golfo, como também no decorrer do debate foi afirmado, provavelmente a maior será a guerra militar, logo se-

guida de uma guerra ideológica, que começou muito antes da intervenção e que teve como objectivo ir preparando as populações a nível planetário para a aceitação da guerra. Uma situação de censura declarada para a qual os comandos militares e a administração norte-americana teve o cuidado de ir preparando os jornalistas em primeiro lugar, para aceitarem como facto natural a sua existência.

Uma censura que se estende a toda a indústria de informação, que passa também pelo cinema, pela música, pela televisão, pelos livros que são publicados, no sentido de tentar «instituir o modo de ver ocidental, o modo de ver americano». Não será esta «a mãe de todas as censuras?», interrogou-se alguém.

Fazer tudo para que esta situação seja ultrapassada, para que Portugal possa deixar de ser um dos países onde a população está mais enganada, mais mistificada por este ciclo da manipulação/condução, foi o sentimento que ficou deste encontro no Porto. ■

Germano Silva, se uma sociedade é bem informada ela toma consciência dos factos e muitas vezes é preciso esconder a verdade, esconder os factos para que se não forme uma opinião pública consciente dos horrores da guerra. A guerra do Vietnam foi a última guerra relatada pelos jornalistas, disse, esta não o será, como não o foram o Panamá e Granada, pois o poder militar e político restringirá a informação. Não será permitido que os jornalistas cubram os acontecimentos das batalhas.

«Até que ponto o jornalista pode ser apenas o veículo de transmissão de boletins oficiais?», interrogou-se por fim.

## A pior censura

Pegando na deixa, Correia da Fonseca iria ainda desenvolver a questão da censura e da manipulação da informação patentes na que dispomos no decorrer deste conflito, uma censura tanto mais grave e perigosa, quanto «mantém o público convencido de que está a ser informado».

Lembrou as maneiras de fazer censura: a «clássica», a dos cortes, do lápis azul, dos espaços em branco, e aquela que substitui o relato da verdade pela sua falsificação. «Esta é a pior censura, a que não se assume, é a manipulação, a impostura, é aquela que mais nos deve preocupar neste momento».

Sobre a Televisão, disse Correia da Fonseca que «o exercício da informação deve provocar alguns problemas aos jornalistas que ali trabalham». «O que está a acontecer é a maior, a última, a mais feroz cruzada e a mais terrível cruzada do Ocidente contra populações que ainda por cima já estão gravemente desfavorecidas

# sabemos pensar»...

cana, é outro mito que circula por aí. A verdade é que nenhuma televisão é mais estatal do que a americana. Tão estatal ela é que nem precisa de pretender ao Estado. Ela é o Estado. De facto, as grandes forças económicas que dominam o Estado são as mesmas que dominam a televisão.

A prova do grande interesse de largos estratos da população, pela situação no Golfo está no êxito da estação de Atlanta CNN — Cable News Network. Com 55 milhões de assinaturas, a CNN transmite noticiários, apenas noticiários, 24 horas por dia e não apenas para os Estados Unidos mas para mais de 100 países. Isto quer dizer que a colonização americana, já evidente noutros domínios, ganha maior significado nesta abrangência da informação.

Seria do maior interesse a existência de outras CNNs. Sabe-se que existe um projecto para a CNN europeia. Quando, é que ninguém sabe.

O êxito da CNN deve-se, em grande parte, ao facto de ter mostrado aos americanos que existe mais mundo para além das Montanhas Rochosas e mais personagens além do Rato Mickey, do Pato Donald e do Bush. Esse mundo apareceu-lhes como um espectáculo. A Guerra no Golfo seria a apoteose desse espectáculo grandioso.

Não falarei das guerras que, a ni-

vel oficial, nos Estados Unidos, foram movidas a Peter Arnett, por ter continuado em Bagdad, por ter denunciado os ataques a alvos civis e a brutalidade dos raids aéreos. Arnett era antiamericano, progressista, pacifista (meu Deus, pacifista!) e fazia o jogo de Saddam. O Pentágono, que estava na origem da criação da CNN, que a protegera escandalosamente, fazia os possíveis para que as rédeas da informação lhe não fugissem. E aqui entramos no ponto quente da questão: o mobil do crime que custou a vida a uma jovem, morta na flor da idade chamada a Guerra em Directo.

## Um deserto imenso e turvo

Sabemos que foi a força popular que apressou a retirada dos Estados Unidos do Vietnam. Sabemos todos como, para isso, foi determinante a acção da TV. Dos campos de batalha, embora em diferido, chegavam as imagens dos sofrimentos e das desgraças dos soldados americanos. Um horror. A televisão, já a cores, mostrava o sangue dos boys. Em verdade, em verdade vos digo — dizia ela —

que este sangue não é calda de tomate, é sangue a valer.

E era. Brutalmente, o sangue deixava de ser a preto e branco. Era sangue vermelho. Talvez mesmo em câmara lenta pudéssemos ver a dança dos glóbulos.

Corro também eu o risco de ser acusado de antiamericanismo primário. Aceito a risco. Mas Vincent Toledano não o corre e é ele quem diz:

— Para os responsáveis do Pentágono, a Televisão foi, em grande parte, responsável pela derrota no Vietnam, a primeira guerra televisivada. Por isso, o Pentágono controla hoje todas as informações vindas do Golfo. Os telespectadores são as primeiras vítimas da maneira como as cadeias americanas cobrem esta primeira guerra em directo.

Assim foi o assassínio da jovem Guerra em Directo. As famílias dos jovens destacados para o Golfo não vão ver morrer os seus filhos em directo. Para evitar complicações a Schwazskopf, palavra alemã que singularmente quer dizer Cabeça Preta. Foi bem aprendida a lição do Vietnam. O sangue não correrá nem a vermelho, nem a preto e branco. Não haverá sangue. Tempo virá para o sofrimento, mas então, para o Cabeça Preta, já será um sofrimento sem conseqüências.

Na falta de imagens em directo, a CNN passou a transmitir palavras, discussões, encontros e desencontros.

O mesmo fez entre nós a RTP. Conversas intermináveis, análises e depoimentos. Durante um mês passaram nos televisores personagens de todos os matizes como Nuno Rogeiro, Paulo Marques, Virgílio de Carvalho, Luís Delgado, Lemos Pires, Ângelo Correia, Jaime Gama, Virgílio de Carvalho, Ângelo Correia, Virgílio de Carvalho, Carlos Fino, Nuno Rogeiro, Paulo Marques, Carlos Fino, Ângelo Correia, Nuno Rogeiro, Luís Delgado, Virgílio de Carvalho. Mas não só, valha a verdade, devemos ser justos, também apareceram muitas outras figuras, como por exemplo Virgílio de Carvalho, Nuno Rogeiro, Ângelo Correia, Carlos Fino, Paulo Marques, Luís Delgado, etc., etc. De vez em quando, o Telejornal contava com a presença, como comentadora, da embaixadora de Israel, dando assim provas da sua imparcialidade e do seu desejo de variar os preconceitos e as críticas.

Um escândalo. O melhor comentário, a exposição mais viva e mais humana sobre a guerra pertenceu a Artur Queirós que foi à Televisão no programa **Bom Dia**; que teve, nesse mesmo dia, uma breve intervenção no **Jornal da Tarde**. E que nunca

mais foi visto nem ouvido na televisão.

Repito: um escândalo. Num país que apresenta o mais baixo índice de consumo de jornais, a RTP teria um papel essencial no esclarecimento da situação. O Telejornal é o único meio de informação que chega à esmagadora maioria do povo português. É triste vê-lo dia a dia a editar-se, dia a dia a desacreditar-se. O seguidismo relativamente aos Estados Unidos é a nota mais marcante. E mais chocante.

A guerra em directo, para nós, portugueses, não passa daquele deserto imenso e turvo onde vagueiam tanques americanos e palavras portuguesas.

Bush declarou que «este é um caso pessoal entre mim e Saddam». Já outra vez dissera que «este caso é entre mim e Noriega». Cuidado. Este homem tem muitos casos pessoais. Qualquer dia arranja um caso pessoal comigo e com todos os que se encontram nesta sala. Acho que é tempo de nos irmos precavendo.

Talvez nós, portugueses, não sejamos inteligentes — mas a verdade é que sabemos pensar quando é preciso. ■

(O título e os subtítulos desta intervenção de Mário Castrim são da responsabilidade da Redacção).

Entrevista com o presidente do Partido Comunista

# A ideia socialista não morreu

**P**avol Kanis, presidente do Conselho Federal do Partido Comunista da Checoslováquia, está desde sexta-feira em Portugal numa visita oficial, a convite do CC do PCP. Inteirar-se da experiência do nosso Partido e da realidade portuguesa são os objectivos fundamentais da sua deslocação. Em entrevista ao «Avante!», este dirigente comunista fala da actual situação no seu país e das grandes dificuldades que enfrenta actualmente o PCCH.

«Avante!» - Nos últimos dois anos ocorreram grandes mudanças na Checoslováquia, tal como sucedeu noutros países socialistas da Europa. Qual a sua opinião sobre as causas e natureza dessas transformações?

**Pavol Kanis** - Os acontecimentos que tiveram lugar no Outono de 1989 na Europa Central de Leste provocaram autênticas transformações históricas. É de lamentar que essas transformações tenham significado a derrota de um grande ideal social, o que nos leva a repensar a concepção da nossa política e o projecto de sociedade em que desejaríamos viver. É claro que essa derrota tem as suas causas históricas e está ligada com a política de quadros e com a esfera económica. Considero que é necessário compreender o desenvolvimento da Europa Central depois da Segunda Guerra Mundial, quando os países vencedores a dividiram em zonas de sua influência. A própria divisão da Europa entre os EUA e a URSS, como podemos interpretar os acordos de Yalta que colocaram a Checoslováquia sob a influência da União Soviética, determinou desde logo os contornos históricos do desenvolvimento ulterior da nossa sociedade.

Na Checoslováquia começou-se a construir o socialismo depois da Segunda Guerra Mundial, na sequência das revoluções popular e democrática, nos anos de 1945 e 1948. Podemos dizer que em 25 de Fevereiro de 1948

começou em pleno a construção do socialismo.

Nestes quarenta e dois anos, a Checoslováquia atingiu grandes êxitos apesar do novo poder instalado não os querer admitir. Hoje, toda a história do nosso partido e da sociedade socialista é interpretada pela feroz propaganda anticomunista, como se de um período negro se tratasse. Constatamos que esta manipulação psicológica alcançou os seus objectivos, por exemplo nas eleições de 1989, e tem tendência a agudizar-se.

«Avante!» - Que razões estiveram na base da derrota do Partido Comunista da Checoslováquia em 1989?

**P.K.** - É lícito afirmar que a principal razão se liga com as deformações verificadas no exercício do poder pelo partido, em especial com o afastamento da direcção do partido e do Estado das amplas massas populares. Por isso, em 1989, muitos militantes do partido desejaram a derrota daquela direcção, embora ninguém admitisse que a sociedade seguisse o rumo actual. Nesse ano, numa sondagem realizada em Dezembro, apenas três a quatro por cento da população se manifestou a favor de uma sociedade capitalista. Assim se conclui que as pessoas optaram pelo socialismo democrático, embora o processo então desencadeado tenha sido de claro regresso ao capitalismo.

A população viveu neste último ano e

## O Homem lutará sempre por condições

meio numa situação paradoxal porque a revolução efectuou-se apenas na esfera política. A verdade é que o nosso partido perdeu o poder nas eleições a favor de novos movimentos políticos, mas neste período as pessoas continuaram a viver no regime social do socialismo. Foi talvez um momento em que se visionou a sociedade ideal, com completas liberdades políticas, excepto para o partido comunista, e com importantes garantias sociais que vinham do anterior regime.

Contudo, neste momento começam a ser aplicadas as novas leis da chamada «Restituição» que devolvem aos antigos donos todos os bens nacionalizados depois de 25 de Fevereiro de 1948. Daqui resulta uma situação muito complicada e estamos praticamente no caos jurídico. Como se compreende, o Estado não dispõe de meios suficientes para atribuir aos expropriados, quando os seus bens já não existem na forma natural. Deste modo, em nome da reparação de alegados erros históricos, estão a cometer-se grandes atentados contra as gerações vindouras, que pagarão caro estas leis. Muito em breve deverá ser aprovada no parlamento a lei das privatizações, das quais apenas um por cento irá para as mãos dos checos, devido aos fracos recursos financeiros da população. O resto será inevitavelmente comprado pelo capital estrangeiro, o que representa um grande perigo para os interesses e soberania nacionais.

«Avante!» - Fala do regresso ao capitalismo, o que quer dizer que a Checoslováquia ainda não é um país capitalista?

**P.K.** - Sim, evidentemente. O sistema ainda é praticamente o mesmo que vigorou quarenta anos no país, e apenas agora o começam a destruir. Neste sentido, devo dizer que o actual governo actual de forma irracional, porque parece querer tirar uma espécie de desforra do período socialista. Logo no primeiro grande aumento de preços, muitas famílias acusaram dificuldades em assegurar a sua subsistência, e trata-se apenas de um primeiro passo que precede outros aumentos, por exemplo da combustíveis, energia, habitação, etc. Em contrapartida, os salários não acompanham este agravamento dos preços, provocando um queda acentuada do nível de vida do povo, que se estima já em cerca de cinquenta por cento.

«Avante!» - Nessas condições, qual é o peso e a influência do Partido Comunista na sociedade checoslovaca?

**P.K.** - Presentemente estamos numa situação muito difícil e no decorrer desta visita a Portugal pude concluir que precisamos de continuar este tipo de contactos, porque embora os nossos partidos defrontem realidades diferentes, há muito em comum no entendimento da realidade e das formas de nela intervir e resolver os problemas. Os partidos comunistas da Europa Ocidental visitavam os países socialistas para conhecer a experiência dos partidos no poder, mas estou certo de que se estes últimos estudassem a experiência dos primeiros nunca teriam sido derrotados.

Já afirmei que perdemos o poder porque permitimos deformações no seu exercício. Já antes de 1989, o nosso partido era um organismo doente, como o demonstravam estudos então realizados que apontavam

existiram duas Europas. Uma depois de Yalta e outra depois de Malta, numa alusão aos acordos que determinaram o pós-guerra e ao encontro de Mikhail Gorbachov com George Bush na Ilha de Malta.

«Avante!» - O que pensa o PCCH do interesse, da viabilidade e dos inconvenientes das privatizações, tendo em conta, particularmente o papel do capital estrangeiro nesse processo?

**P.K.** - Pensamos que é preciso distinguir os sectores que podem ser privatizados dos que não devem ser. Muito antes da revolução de 1989, já se dizia que era preciso privatizar todo o sector de serviços, nacionalizado após 1948. Isto, porque em quarenta anos não se conseguiu que este sector fosse

«Os salários não acompanham o agravamento de preços, provocando uma queda acentuada do nível de vida do povo, que se estima já em cerca de cinquenta por cento.»

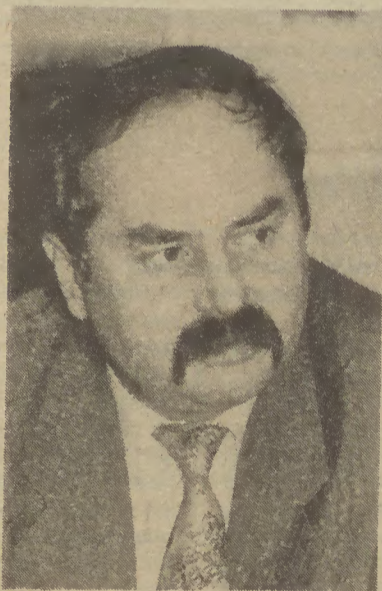
para graves problemas internos e para uma grande discordância de amplas massas de militantes com a política da direcção. Nessa altura, deveria-se ter lutado pela unidade e assim restabelecer a autoridade e o prestígio do partido na sociedade. Mas a direcção agiu como se tivesse vendas nos olhos e não conseguiu evitar que as contradições se agravassem. As orientações do partido quer no que se refere à vida do partido quer à sociedade eram criticadas por pessoas, mesmo comunistas, que mostravam que não existia qualquer unidade entre o partido e o povo. A tragédia foi que quando esta corrente de opinião venceu dentro do partido, em 1989, era já tarde de mais, as pessoas estavam cansadas e associavam-no a uma prisão.

As forças que se opunham ao partido e à sua política irromperam então e venceram. Devo dizer, contudo, que nós tínhamos um conhecimento mais profundo da situação e dos problemas do país do que estas forças que venceram, mas a direcção do país estava numa posição fechada e de isolamento.

É igualmente de considerar as alterações ocorridas no plano internacional, em particular o processo de unificação da Alemanha. Nós dizemos que

rentável e eficaz. Todos os anos era necessário destinar parte do orçamento do Estado para que pudesse funcionar. Portanto, não é verdade que o partido rejeitava toda e qualquer privatização.

Por outro lado, no que respeita à actual lei submetida à aprovação do parlamento, ela prevê a privatização de toda a economia em duas direcções: a restituição dos bens aos antigos proprietários e a venda da restante riqueza nacional, criada durante o período socialista. Uma vez que esta constitui de facto propriedade de todo o povo, todos os cidadãos com mais de 18 anos recebem cupões a preço simbólico, que podem investir em empresas sob a forma de acções. Aparentemente trata-se de uma distribuição democrática, mas o facto é que o conjunto deste cupões não representa sequer a maioria da riqueza nacional, e visa apenas criar a ilusão de que todos os cidadãos são proprietários. Por fim, sublinhe-se que as pessoas, ao receberem os cupões, não têm ideia da empresa onde será mais seguro e rentável investi-los, ao contrário do aparelho burocrático do Estado que conhece bem as empresas, a sua eficácia e produtividade. Assim, aqueles que trabalham nos ministérios terão possibilidade de



«Numa sondagem realizada em Dezembro de 1989 apenas três a quatro por cento da população se manifestou a favor de uma sociedade capitalista»

«Muito em breve deverá ser aprovada no parlamento a lei das privatizações, das quais apenas um por cento irá parar à mão dos checos, devido aos fracos recursos financeiros da população. O resto será inevitavelmente comprado pelo capital estrangeiro.»

# Agenda

1921 - 1991

**Avante!**

Ano 61 - Série VII  
N.º 897

28 de Fevereiro de 1991

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## Almada

Sexta, 1

Colóquio com **Eduardo Chitas**, Prof. de Filosofia da Faculdade de Letras de Lisboa, sobre **Marxismo-Leninismo**: às 21.30, no Teatro Municipal de Almada.

## Belas

Sábado, 2

Jantar-convívio comemorativo no restaurante «O Mirante», com a participação, entre outros, dos camaradas **Rogério Brito**, deputado, e **Lino Paulo**, vereador da CM de Sintra. Às 19.30.

## Queluz

Sábado, 2

Jantar-convívio comemorativo, a partir das 19.30, na Escola Primária nº 1/Monte Abraão, com a participação dos camaradas **Luis Sá**, da Comissão Política, e **Sérgio Soares**, presidente da JF de Queluz.

## Algueirão

Sábado, 2

Convívio-beberete no Centro de Trabalho de Algueirão-Mem Martins, a partir das 16.00, com a presença do camarada **Dias Lourenço**. Poesia e música ao vivo.

Inauguração da exposição de fotografias sobre a história do Partido, que estará patente ao público até dia 9, no CT e no Largo da estação.

Segunda, 6

Às 15.30, no Centro de Trabalho, início dos torneios de **Damas - Domingo - Sueca**, cujas eliminatórias serão disputadas às segundas e quintas-feiras.

## Cacém

Quarta, 6

Festa de aniversário, no Centro de Trabalho, a partir das 21.30, com a participação dos camaradas **Manuel Pedro** e **António Cordeiro**.

## S. Domingos de Rana

Domingo, 3

Almoço-convívio e debate com a participação do camarada **Vilaverde Cabral**. A partir das 13.00, no CT de Tires.

## Alcabideche

Domingo, 3

Almoço-convívio e debate com a participação do camarada **Carlos Grilo**. Às 13.00, no Centro de Trabalho.

## Samouco

Sábado, 2

Jantar comemorativo, às 20.00, com a participação do camarada **José Soeiro**.

70  
anos  
PCP

## Partido Comunista Português

partido necessário de futuro

## Serpa

Domingo, 3

Almoço-convívio.

## Castro Verde

Almoço-convívio com a participação do camarada **José Casanova**.

## Lisboa

Sábado, 2

Almoço-convívio no Centro de Trabalho de Alcântara. Participa o camarada **Carlos Rabaçal**.

Plenário de militantes da Freguesia dos **Olivais**, com a participação do camarada **António Abreu**, às 15.00, no CT **Vitória**.

Domingo, 3

Almoço-convívio no Centro de Trabalho de **Santo Condestável**.

Quarta, 6

**Sessão-convívio** promovida pela Organização da Cidade de Lisboa no CT **Vitória**, com a participação do camarada **Carlos Carvalhas**. Às 19.00.

Serviço de bar e música - para ouvir e para dançar.

**Plenário de Jovens** da Zona Oriental de Lisboa. No CT **Vitória**, às 21.00.

## Oeiras

Domingo, 3

Almoço-convívio da Organização Local de **Carnaxide**, no CT de Carnaxide, com a participação do camarada **Romeu do Rosário**.

Um cartaz, um folheto, uma mini-exposição, uma faixa e uma cassete de som alusivos ao 70.º Aniversário do Partido e um jornal abordando temas da actualidade política, são os materiais que as organizações do Partido difundirão durante a Semana de Propaganda a decorrer de 1 a 10 de Março.

Durante a Semana de Propaganda, integrada nas comemorações do 70.º Aniversário, a animação, a presença na rua e o contacto com as populações completam um programa onde se integram também muitas outras iniciativas promovidas pelas diversas organizações do Partido.

**Domingo** 3

## Inauguração do Centro de Trabalho de Charneca da Caparica

Com a presença do Secretário Geral do PCP

**Álvaro Cunhal**

12.00 — Inauguração do novo CT, na Rua do Sol — Palhais

No Pav. da Soc. Recreativa do Bairro da Bela Vista (Vale Fetal):

13.00 — Almoço-convívio

15.00 — Comício

16.00 — Espectáculo: **Luísa Basto**, **João Fernando**, **Mário Gramaço**

## Plenários

**Associações de Pais** - O Organismo para as Associações de Pais do PCP dirige-se aos pais (membros ou não de associações) que tenham filhos nas escolas preparatórias e secundárias do **Seixal**, convidando-os a participar numa reunião que se realiza hoje a partir das 21.30 no CT do Seixal, com o objectivo de trocar informações e opiniões sobre a situação do ensino no concelho e as associações de pais, com vista também à preparação de próximo encontro nacional.

**Célula da Setenave** - No próximo sábado, às 21.00, realiza-se no Centro de Trabalho de **Almada** (Largo do Pombal) uma reunião dos camaradas da célula da Setenave residentes no concelho.

**Colóquio em Setúbal - Domingos Lopes**, da Secção Internacional do CC, participa amanhã, às 21.00, no Círculo Cultural de Setúbal, num colóquio so-

bre o livro «Portugal Independente no Mundo em Mudança», onde estão reunidas as comunicações apresentadas ao Encontro do PCP sobre a Independência Nacional, realizado em Outubro passado.

**Plenários na Graça e Alfama** - O da freguesia da Graça é aberto a amigos e realiza-se amanhã às 21.30 no CT da Graça; o de Alfama, englobando as freguesias da Sé, Santo Estevão e S. Miguel, tem lugar no CT de Alfama no sábado às 15.00.

**Células de empresas de Cascais** - Camaradas que trabalham em empresas das freguesias de **S. Domingos de Rana** e **Carcavelos** e os que trabalham na **SIPE** reúnem-se no sábado, às 15.30, no CT de **Tires**, com o objectivo de debater questões relacionadas com a composição e funcionamento das células de empresa. Participa o camarada **Romeu do Rosário**.

## Visitas de deputados

No âmbito de um vasto programa de visitas e contactos que levarão deputados do PCP eleitos pelo círculo do Porto a todos os concelhos do distrito, os deputados **António Mota**, **Ilda Figueiredo** e **Júlio Antunes** estarão em **Matosinhos** nos próximos dias 2, 3 e 4 de Março.

Estes deputados do PCP procurarão documentar-se acerca de importantes problemas locais — segurança, transportes, poluição ambiental, saneamento básico e tratamento do lixo, habitação —, estando previstos encontros com estruturas sindicais e representantes dos traba-

lhadores, com comerciantes e pescadores, com responsáveis autárquicos.

Um outro grupo de deputados deslocar-se-á na sexta-feira e sábado próximos a **Leiria** para as **Jornadas Legislativas do PCP** no distrito.

**João Amaral**, **Lino de Carvalho**, **Lurdes Hespanhol**, **Álvaro Brasileiro**, **António Filipe** e **Júlio Antunes** participam em encontros e visitas a câmaras, escolas, sindicatos, associações empresariais, empresas, instituições de Saúde, cobrindo a generalidade dos concelhos do distrito. Participam ainda num encontro com a população, na sexta-feira, nas **Caldas da Rainha**.

## Jornada de Propaganda 1 a 10 de Março





# Cinema A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	Uma Chamada à Meia-Noite	—	★★★	—	—
<b>B</b>	Cyrano de Bergerac	★★★	★★★	★★★	★★★★★
<b>C</b>	Conto da Primavera	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
<b>D</b>	Palombella Rossa	★★★	★★★	★★★	★★★
<b>E</b>	Uma Questão de Mulheres	—	★★★★	—	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. David Hare - Quarteto/3 (14.45, 16.15, 18.15, 20.00, 22.00, 24.00) — Lisboa.
- B — Real. Jean-Paul Rappeneau — Forum Picoas (14.00, 16.30, 19.15, 21.45), King Triplex/1 (14.15, 16.30, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- C — Real. Eric Rohmer — King Triplex/3 (13.30, 15.30, 17.45, 19.45, 22.00) — Lisboa.
- D — Real. Nanni Moretti — Forum Picoas/1 (22.00) — Lisboa.
- E — Real. Claude Chabrol — Amoreiras/5 (14.15, 16.45, 19.15, 21.30, 24.00) Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.

# CONCERTO



**1 MARÇO**

**No Pavilhão CARLOS LOPES, às 21.00 H.**

Organização: COORDENADORA DA ACCÃO JUVENIL PELA PAZ E CONTRA A GUERRA

A guerra não é solução real para nenhum problema!  
A cada dia que passa, mais mortos, mais destruição, mais conflitos, mais ódio vêm somar-se aos do dia anterior, avolumando o rol das terríveis consequências económicas, ecológicas, sociais e humanas, desta guerra.

Concentram-se tantos esforços nesta guerra, que se fossem aplicados na busca de paz, certamente teriam contribuído para a resolução pacífica e negociada do conflito.

Apesar de já nada poder reparar as consequências que esta guerra gerou, ainda é possível para esta corrente, acabar com ela, e quanto mais cedo, melhor.

**APENAS A PAZ SERVE OS HOMENS.  
É AOS HOMENS QUE CABE LUTAR POR ELA.  
É PRECISO DAR UMA OPORTUNIDADE À PAZI**

JOÃO AFONSO,  
ANTÓNIO AFONSO,  
SÉRGIO MESTRE

JOSÉ MÁRIO BRANCO  
PAULO DE CARVALHO  
JANITA SALOMÉ  
OFF & SINA DE MÚSICA  
TITO E TELMA  
LÚCIFER FERRE  
ALMA CALMA

ATROFIADOS  
KOLESTROL  
CORROSO CAÓTICA  
CIRROSE  
TROPA MORTA  
EX-VOTOS  
Fernando Pereira  
PEACE MAKERS  
PEDRO BARROSO  
DINA

Apresentador:  
CÂNDIDO MOTA

## Tempo Fim de Semana



**Sábado** — Céu geralmente muito nublado, vento moderado de Sudoeste, rodando para Noroeste. Períodos de chuva, passando a aguaceiros.

**Domingo** — Precipitação durante a madrugada, com melhoria progressiva ao longo do dia

Previsão do INMG

# Exposições

## LISBOA

**Alberto Carneiro** - Escultura; desenho. EMI-Valentim de Carvalho, Palácio Alcáçovas, Rua da Cruz dos Poiais, 111. De 2ª a 6ª das 11 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 15 às 19 (até 2/3)

**António Bouça** - Pintura. Galeria Arte Bruta, Rua do Século, 104-114. De 2ª a 6ª das 10 às 13.30 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13.30 (até 15/3)

**António Carmo** - Pintura. Galeria de S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167 (até 23/2)

**António Dacosta, Botelho, Lurdes Castro** - Tapeçarias segundo cartões inéditos. Galeria de Tapeçarias de Portalegre, R. Academia das Ciências, 2-J (até fins de Fevereiro)

**Avelino Leite** - Cerâmica. Galeria da Coop. Gravura, Trav. do Sequeiro, 4, r/c. De 2ª a 6ª das 10.30 às 13.30 e das 15 às 19 (até 15/3)

**Boavida Amaro** - Pintura. Galeria DN, Rua António Maria Cardoso, 41. De 2ª a 6ª das 10 às 19, sáb. das 9 às 13 (até 6/3)

**Carlos Vidal** - Fotografia. Galeria Graça Fonseca, R. da Emenda, 26, c/v. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 28/2)

**Colecção Nacional de Fotografia - 1ª Mostra**. Galeria Almada Negreiros, Av. da República, 16. De 3ª a dom. das 10 às 20 (até 3/3)

**Desenhar a Revista** - Cenários e figurinos para o Teatro de Revista (de 1900 a 1960). Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17

**Eduardo Salavisa** - Desenhos. Soc. Nac. Belas Artes, R. Barata Salgueiro (até 10/3)

**Graça Morais** - Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13 (até 2/3)

**Guilherme Silva** - «Guarda-chuvas», fotografia. Fotogaleria 12A, Costa do Castelo, 12-A (até 1/3)

**Hein Semke** - Cerâmicas. Museu Nacional do Azulejo, R. Madre de Deus, 4. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17.

**Homenagem a Raul Lino**. Museu de Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo (até fins de Fevereiro)

**João Hogan** - Pintura. Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 15 às 19.

**João Hogan** - Gravuras. Galeria João Hogan, R. Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 14 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 3/3)

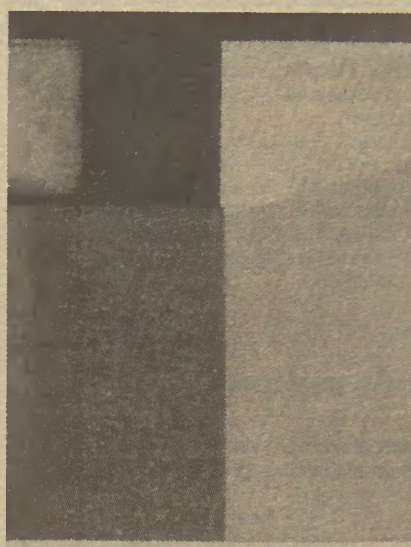
**João Moreira** - Pintura. Altamira, R. Filipe Folque, 48. De 2ª a sáb. das 10 às 19 (até 4/3)

**José Pedro Croft** - Escultura. Galeria Alda Cortez, Largo de Santos, 1 (das 15 às 20) e na Galeria Atlântica, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 92

**Luís Manuel Vasconcelos** - «Couteurs de Paris», foto-



Nuno San-Payo — pintura recente na Ygreco em Lisboa



Manuel San-Payo na Monumental

grafia. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. De 2ª a 6ª das 9 às 20 (até 28/2)

**Luís Soares** - Pintura e escultura. Galeria 2062, CC Amoreiras (até 10/3)

**Manuel Botelho** - Pintura. Galeria Módulo, Calçado dos Mestres, 34-A (até 2/3)

**Manuel San-Payo** - Pintura. Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3ª a dom. das 15 às 19.30 (até 12/3)

**Maria Beatriz** - Pintura. Galeria Triângulo 48. Av. Vasco da Gama, 48 (Restelo). De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 2/3)

**Miguel Branco** - Pintura. Galeria Alda Cortez, Lq. Santos, 1. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 13/3)

**Mozart - Vida e Obra** - Cartazes. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. De 2ª a 6ª das 9 às 20 (até 28/2)

**Nuno Calvet** - Fotografia. Galeria Diferença, R. Filipe Nery, 42. De 3ª a 6ª das 15 às 20, sáb. das 16 às 20 (até 2/3)

**Nuno San-Payo** - Pintura. Galeria Ygreco, Av. António Augusto de Aguiar, 13-C (até 28/2)

**A Revolução de 31 de Janeiro de 1891** - Biblio-iconográfica, comemorativa do 1º centenário. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2ª a 6ª das 9.30 às 19.30, sáb. das 9.30 às 17.30

**Rui Lobato** - Pintura. Galeria Novo Século, R. do Século, 23. De 3ª a sáb. das 14 às 20

**Rui Sanches** - Desenhos. Centro de Arte Moderna. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 28/2)

Pintura. Coop. Árvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1 (até 6/3)

**Nadir Afonso** - Pintura. Galeria Quadrado Azul, Rua de Costa Cabral, 777, lj. 8. De 2ª a sáb. das 10 às 12 e das 15 às 22 (até 2/3)

**Rocha Pinto** - Pintura. Galeria Zen, R. D. Manuel II, 246. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13 (até 9/3)

## OUTRAS LOCALIDADES

**Júlio Resende** - Pintura (exposição antológica). Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso, AMARANTE

**Rogério Silva** - «Homens, Barcos e Redes», fotografia. Galeria de Arte da Casa da Cultura dos Trabalhadores da Quimigal, BARREIRO.

**Roberto Chichorro** (Moçambique) - Pintura. Até 7/3, Galeria Beloleb, Av. Central, 191, BRAGA

**Manuel Gamboa** - Pintura. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B, COSTA DA CAPARICA

**Carlos Santos Marques** - «Tiahuanaco», pintura. Até 3/3, Casa do Adro/Museu Municipal de LOURES

**Alvaro Lapa** - Pintura. Até 25/2, Galeria de Arte, R. José Luís de Andrade, 139, SANTO TIROSO

**Pintura Portuguesa 1842-1979** (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17, QUELUS



Roberto Chichorro em Braga



## da Checoslováquia



# Pre es dignas de vida

comprar as empresas rentáveis, enquanto o povo será obrigado a optar por empresas que estão à beira da ruína. Este sistema, aparentemente democrático, acabará por lançar os fundamentos da diferenciação da sociedade.

Nesta primeira fase da privatização, só os cidadãos da Checoslováquia poderão participar. Todavia, qualquer checo poderá ceder a sua parte ao capital estrangeiro. Na segunda fase, serão admitidos directamente os investidores estrangeiros. Acontece, porém, que o capital estrangeiro tem interesse em que a economia entre em declínio para que o preço das empresas baixe e surja o desemprego em grande escala. Esta prática é conhecida de outros países. O nosso caso é, contudo, particular porque estamos inseridos num contexto geopolítico que

historicamente tem sido muito perigoso para os interesses e objectivos da nossa nação. O que os alemães não conseguiram através da armas, vão consegui-lo com o marco. Esta é uma frase frequente na Checoslováquia.

O nosso partido apresentou três projectos de lei sobre a privatização, que tinham como objectivo evitar a burocratização deste processo. Neste momento existem comissões de privatização, cujos membros serão recompensados com dez por cento do valor total privatizado, ou seja, de toda a riqueza nacional. Trata-se de um montante astronómico. É um processo de criação de uma nova burguesia que não tem qualquer precedente histórico.

Nós pretendíamos, nas leis que propusemos, que as empresas fossem transformadas em sociedades por acções,

cujos detentores fossem os próprios trabalhadores.

**«Avante!» - Como reage a população face à perda de regalias sociais que conquistaram durante o período socialista?**

**P.K.** - A revolução de 1989 foi antes de mais resultado de uma crise moral e política. Nas eleições de Junho desse ano obtivemos apenas 14,5 por cento dos votos. Havia um sentimento anticomunista generalizado na sociedade, que se empenhou em derrotar o partido. Hoje, nota-se já um certo desagrado e desgaste da população face à política do governo. Este não só aumentou os preços como enveredou pelo endividamento do país. Contraíram-se dois empréstimos ao FMI, o primeiro de cerca de mil milhões de dólares, e o segundo de 450 mil milhões, mas o facto é que permanecem em segredo as condições em que foi concedido o crédito, embora quem conheça a política do Fundo Monetário Internacional possa prever o que vai acontecer a curto prazo na Checoslováquia.

As pessoas começam agora a dar-se conta do rumo que o país está a seguir. A inflação cifra-se em cerca de 35 por cento e os bens e serviços aumentam de cada vez para o dobro e triplo. Ora, são fenómenos até aqui desconhecidos da população, que estão a provocar reacções diferentes das que até aqui se observavam, quer em relação ao presente quer em relação ao passado recente do socialismo. Gradualmente está a enfraquecer o sentimento generalizado anticomunista. Acreditamos que dentro de alguns meses ou um ano, haverá uma grande luta no país pelos ideais do socialismo. Enquanto o homem lutar por condições dignas de vida, a ideia socialista não é uma ideia morta. Haveremos de encontrar um ponto de equilíbrio entre o passado e o presente.

**«Avante!» - Como aprecia as relações entre os comunistas da Checoslováquia e de Portugal? Que significado tem para o PCCH esta visita ao nosso país?**

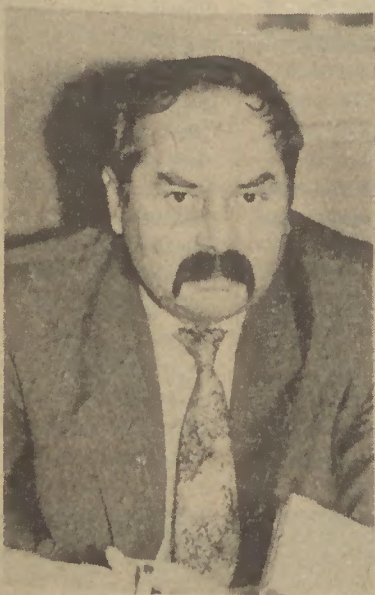
**P.K.** - Primeiro, queria dizer que sempre que me encontro entre comunistas da Europa Ocidental fico deleitado com o ambiente democrático que se vive. Nós estamos hoje numa situação extremamente difícil, próximos da morte jurídica. Este é um termo da

Idade Média que designava um indivíduo fisicamente vivo mas sem quaisquer direitos jurídicos, podendo ser assassinado por qualquer outro. Por vezes faço esta comparação porque as leis e direitos que vigoram no país não nos contemplam. Foi-nos confiscado praticamente todo o património do partido e algumas forças mais reacionárias tentaram mesmo impedir-nos de existir como força política. A lei da devolução do património do partido à sociedade obriga-nos a suportar uma dívida de 150 milhões de coronas. É neste cenário que conduzimos a nossa luta.

Estou muito satisfeito por estar no vosso país e ter assim oportunidade de trocar conhecimentos sobre a realidade de ambos os partidos. Gostava de realçar o encontro e as conversas

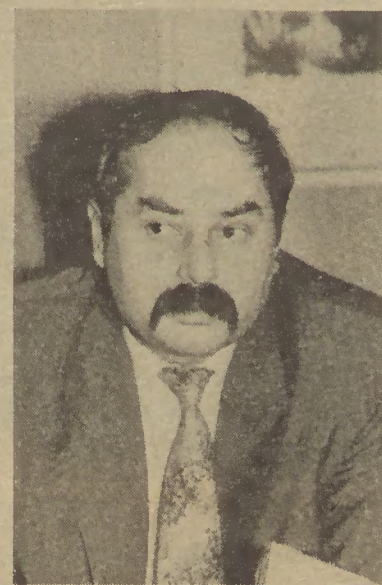
com o camarada Álvaro Cunhal, que é um legenda viva de todo o movimento comunista. Saliento ainda os contactos com autarcas comunistas portugueses, porque pensamos que também nós temos de desempenhar um papel importante nas autarquias. Da mesma forma que antes os partidos comunistas da Europa visitavam o campo socialista para colher ensinamentos, neste momento, somos nós que precisamos de aprender com eles como fazer uma política de oposição.

A visita tem decorrido num clima de compreensão mútua dos problemas e queria agradecer a solidariedade internacional manifestada pelos comunistas portugueses com a luta que travamos pelo restabelecimento do prestígio do nosso partido. ■



**«Os partidos comunistas da Europa ocidental visitavam os países socialistas para conhecer a experiência dos partidos no poder, mas estou certo de que se estes últimos estudassem a experiência dos primeiros nunca teríamos sido derrotados.»**

**«Nós dizemos que existiram duas Europas. Uma depois de Yalta e outra depois de Malta, numa alusão aos acordos que determinaram o pós-guerra e ao encontro de Mikhail Gorbachov com George Bush na ilha de Malta.»**



**«As pessoas começam agora a dar-se conta do rumo que o país está a seguir. A inflação cifra-se em cerca de 35 por cento e os bens e serviços aumentam de cada vez para o dobro e para o triplo»**

**«É lícito afirmar que a principal razão da derrota do Partido Comunista da Checoslováquia se liga com as deformações verificadas no exercício do poder pelo partido, em especial com o afastamento da direcção do partido e do Estado das massas populares.»**



# Manuel da Fonseca

## 50 anos de vida literária 80 de juventude

Vila Franca de Xira, no passado sábado. Um dia de sol a ajeitar-se também à homenagem que a Comissão instaladora do Museu do Neo-realismo promoveu a Manuel da Fonseca. É que nem este museu é de coisas mortas, nem o movimento que conta tantos anos de vida quantos Manuel da Fonseca tem de carreira se esgotou. Provou-o esta iniciativa que, trazendo o passado à memória — e quando tantos, ao longo dos anos, se desdisseram dos primeiros amores — fez ouvir a voz jovem do escritor que comemora também este ano o seu 80.º aniversário. Para quem não conhece a obra de Manuel da Fonseca, uma visita à exposição aguça-lhe o apetite pelas palavras e pelas ideias escritas tantos anos atrás e ainda ontem. Para quem a conhece, como os seus numerosos amigos que acorreram à homenagem, foi o momento da revisita. E de dar conta de como a arte verdadeira perdura, de como, em certos livros, só o papel envelhece. Foi de resto esse um dos temas da «lição» que Óscar Lopes

proferiu, num improviso, baseando-se em notas soltas que foi tomando, ao reler os oito volumes das principais obras de Manuel da Fonseca. Releitura que fez com mais gosto ainda

que pela primeira vez, como afirmou o orador. Chamando a atenção para o facto de que o movimento literário leva sempre um certo tempo a encontrar uma forma estabilizada, Óscar Lopes

sublinhou que o caso de Manuel da Fonseca é singular, pois que aparece já, em «Aldeia Nova», o seu primeiro volume de contos, que data de 1942, como «um escritor consumado, despido de ênfase, comovente, preciso no traço».

A propósito da homenagem que ali era prestada a um dos fundadores do neo-realismo, Óscar Lopes faria uma incursão no tempo, traçando o quadro em que esse movimento nasceu e se desenvolveu, afirmando que se trata de um movimento que ainda hoje tem força e está vivo. «É ridículo imaginar que se trata apenas de um movimento dos anos 30/40», disse. E lembrou que, se o neo-realismo começa com «Gaibéus», de Redol, em 1939, é já nos anos 50 e 60 que atinge a maturidade, prolongando-se até hoje. De novo Óscar Lopes salientou que o caso de Manuel da Fonseca é excepcional, já que a sua maturidade literária se manifesta em 40/43...

Manuel da Fonseca assistia atentamente ao decorrer da homenagem. E ficou-nos a fazer falta a sua intervenção também.

Porque a sua arte de escritor só é excedida, na opinião do repórter, pela sua arte de conversador. Foi, entretanto, visivelmente comovido, que agradeceu a medalha de cristal, uma recordação da homenagem, que Daniel Branco, presidente da Câmara de Vila Franca de Xira e membro da Comissão Instaladora do Museu, lhe entregou. Na mesa, além do homenageado e de Daniel Branco, encontravam-se ainda Óscar Lopes, Luís Augusto da Costa Dias e Arquimedes da Silva Santos. E na assistência, muitos amigos. Que visitaram depois a exposição. E que ficaram para o recital de poesia e contos, lidos por Eunice Muñoz e Rogério Paulo. À noite passou o filme «Cerro maior», de Luís Filipe Rocha. Na segunda-feira estava marcado encontro com a juventude, em que participaram Manuel da Fonseca, acompanhado de Baptista-Bastos e Júlio Graça. A exposição continua patente até 10 de Março. Ali mesmo no edifício da Patriarcal, em Vila Franca de Xira. ■



## SICCOM-FOBB informa em Portugal

# Trabalhar na Suíça com direitos

**A**umentam de ano para ano os trabalhadores portugueses na Suíça. O Sindicato Construção e Madeira (SICOM-FOBB), em que estão filiados cerca de 20 mil nossos compatriotas, tem tido um importante papel na organização e no apoio aos portugueses emigrados na Suíça (como se referiu nas reportagens sobre os problemas dos emigrantes portugueses publicadas no Verão de 1990 no «Avante!»).

Neste mês de Fevereiro aquele sindicato promove em Portugal, em colaboração com a Federação da Construção Civil, Madeiras e Mármore, uma campanha informativa sobre os direitos dos trabalhadores portugueses na Suíça. É que, como referia na nota que fez chegar à nossa redacção, o SICOM-FOBB entende que «apesar de em 1990 terem sido tomadas importantes medidas em benefício da emigração portuguesa neste país de acolhimento, ainda temos um difícil caminho a percorrer para obtermos uma igualdade de direitos».

Os emigrantes portugueses na Suíça representam hoje no contexto europeu o segundo grupo por importância da emigração portuguesa na Europa (o primeiro encontra-se em França). A progressão da presença portuguesa na Suíça tem sido considerável e, contrariamente à italiana e espanhola, não tem conhecido diminuição; muito ao inverso, continua a aumentar. No último ano, 17 787 portugueses legalizaram a sua permanência, elevando para 119 010 o número de portugueses neste país de acolhimento, segundo dados colhidos no Departamento Federal de Estrangeiros pelo SICOM-FOBB.

Os sazonais, que há poucos anos atrás constituíam uma grande parte dos emigrantes portugueses na Suíça, representam hoje cerca de 40% do contingente, o que quer dizer que a integração económica e social dos portugueses na Suíça continua a avançar e aproxima-se, ano após ano, das características das mais antigas emigrações no país, que são a italiana e a espanhola. A par avança também progressivamente a emigração jugoslava.

Os acordos bilaterais sobre a problemática da emigração, assinados em Abril de 1990 pelas delegações governamentais suíça e portuguesa, «contribuíram em muito para uma melhor integração dos nossos compatriotas na sociedade suíça» — entende o sindicato, referindo-se, em concreto, à autorização de residência após 5 anos de estadia (anteriormente 10 anos) e à possibilidade de os menores de 20 anos se juntarem aos seus pais (anteriormente até aos 18 anos).

Estas conquistas estão ligadas a várias questões de grande importância. A primeira delas é a integração da Suíça no espaço económico europeu. A segunda refere-se às reivindicações por uma maior igualdade de direitos, movida activamente pela nossa comunidade e liderada pelo movimento sindical e associativo. A

criação do espaço económico europeu terá, no futuro, importantes repercussões na política suíça de estrangeiros. As regras comunitárias de livre circulação de pessoas estão em total contradição com vários aspectos da política suíça na matéria.

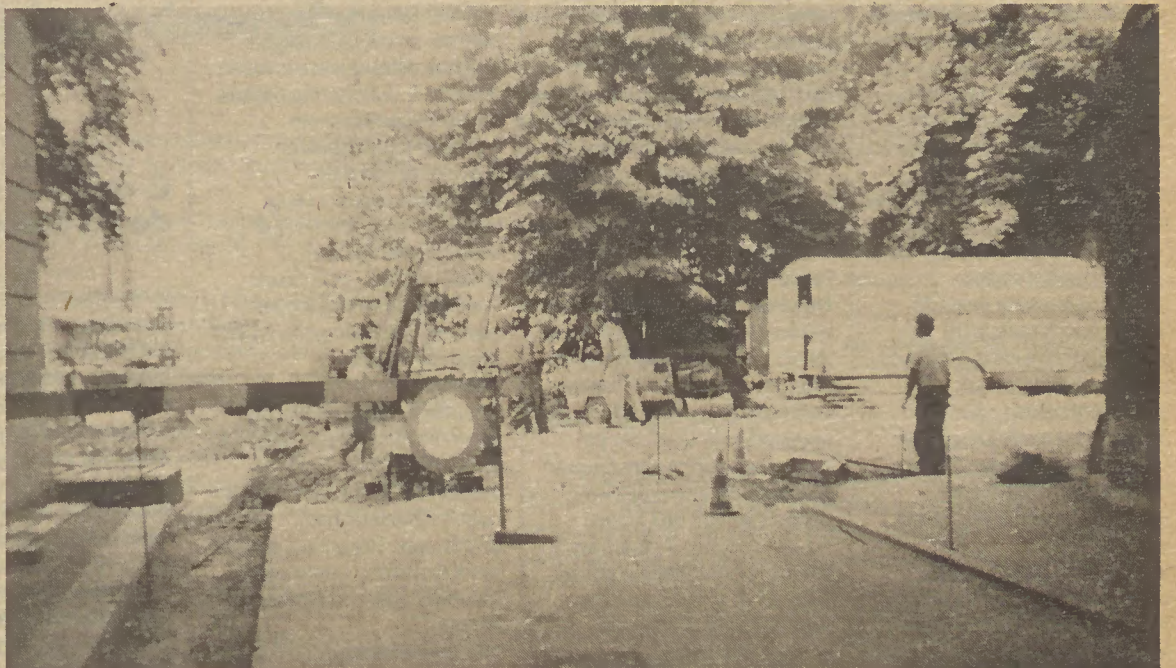
A nível sindical, o Sindicato Construção e Madeira, que mantém nas suas fileiras cerca de 20 mil filiados de origem portuguesa, não aceita que uma excepção seja feita à Suíça, mas espera que as entidades portuguesas e de outros países comunitários não cedam neste ponto de importância fundamental para o futuro dos trabalhadores emigrados. O SICOM-FOBB opõe-se totalmente à proposta de manutenção do estatuto do temporário, «mesmo que a ideia seja estendê-lo a trabalhadores dos países da Europa Central e do Leste, pois isto conduziria a uma simples substituição de nacionalidades, condenando outros trabalhadores à condição de temporários, que será sempre desumana. Por isto, exigimos a abolição total deste estatuto» — afirma o sindicato.

### Trabalhadores clandestinos

Calcula-se em 40 000 o número dos portugueses clandestinos no país, segundo um inquérito do SICOM-FOBB divulgado em Fevereiro de 1990. É urgente que as autoridades portuguesas e suíças busquem soluções conjuntas, a fim de evitar o trabalho clandestino. Na opinião dos sindicatos, deveria ser feita uma campanha de sensibilização em Portugal, a fim de alertar sobre os perigos e riscos que o trabalho clandestino implica. Este não só prejudica os próprios clandestinos, os quais são quase sempre explorados de forma desavergonhada, como tem igualmente consequências negativas no mercado de trabalho.



Suíça. Um «chantier» em actividade. Grande parte da mão-de-obra é portuguesa. Há trabalho. E os direitos?



### Medidas prioritárias

Com o crescente aumento do número de trabalhadores portugueses surgem também novos problemas. No campo social, o SICOM-FOBB considera de grande importância a **revisão dos acordos Suíça-Portugal**, assinados há quinze anos. Esta revisão, prevista para os próximos dias, poderá em muito beneficiar a nossa comunidade, caso sejam tomadas em consideração as alterações havidas neste período no campo da segurança social suíça e os anseios expressos durante anos pela comunidade portuguesa.

Perante a grave situação que têm de enfrentar os trabalhadores temporários portugueses no seu regresso a Portugal, sem a garantia de renovação do contrato de trabalho e podendo trabalhar na Suíça apenas entre 4 a 9 meses ao ano, é justo que seja concedido a estes trabalhadores um **subsídio de desemprego**. Num abaixo-assinado entregue ao ministro do Emprego em 1987, os portugueses filiados no SICOM-FOBB, os centros culturais e desportivos e inúmeras associações portuguesas na Suíça exigiam a concessão deste subsídio. O texto da petição diz que «para não sobrecarregar demasiado a economia nacional, mantida em

grande parte pelo envio de divisas dos portugueses emigrantes, o governo português deverá manter negociações com os órgãos suíços competentes, a fim de que uma parte deste subsídio seja coberto pelo seguro suíço de desemprego tal como já acontece com os trabalhadores fronteiriços de outras nacionalidades».

A questão do **ensino** é igualmente preocupante. Vinte mil 660 membros da população portuguesa na Suíça têm actualmente menos de 16 anos de idade. Impõe-se uma estrutura de ensino da língua e cultura portuguesas que possa corresponder a esta realidade. As associações de pais, associações portuguesas e o Sindicato Construção e Madeira apresentaram, em Abril do ano passado, sugestões para a melhoria do ensino, que consideram urgentes.

Do mesmo modo deverão ser reestruturados os **serviços consulares** portugueses, tendo em conta a nova realidade da emigração portuguesa na Suíça. O SICOM-FOBB, num documento apresentado na Primavera passada aos governos português e suíço, afirmava que «para muitos trabalhadores portugueses, na sua chegada à Suíça, durante a estadia e, mais tarde, no regresso, o vazio do abandono permanece. As dificuldades do dia-a-dia, agravadas por leis e costumes diversos, a burocracia e a confusão reinantes em alguns serviços, desmotivam o emigrante nas suas ligações com a sociedade e suas instituições. A resignação toma lugar à participação consciente do cidadão».

## Abolida a inspecção à entrada

Foram transcorridos anos de luta e de reivindicações para a mudança da inspecção médica à entrada na Suíça. Este ano, somente os trabalhadores que entram pela primeira vez na Suíça serão submetidos à inspecção médica na fronteira. Dentre eles, aqueles que sofrerem de tuberculose serão tratados na Suíça, não sendo mais mandados de volta ao país de origem, conforme era feito anteriormente. A partir do próximo ano, a inspecção médica na fronteira como é feita actualmente será abolida.

«Após anos de propostas continuadas e após a ameaça de agitação sindical nas fronteiras na Primavera próxima, alcançámos o objectivo que nos tínhamos proposto: a abolição da inspecção médica de entrada, na sua forma actual» — congratula-se o Sindicato da Construção e Madeira.

«Isto não significa que sejamos contrários à medicina preventiva», ressalva o SICOM-FOBB, que trabalha há anos «para que esta inspecção humilhante seja abolida (e isto foi o que obtivemos) e substituída por exames médicos regulares nas comunas para todos os trabalha-

dores das profissões de risco. Esta é uma medicina do trabalho séria, ao contrário daquela degradante, ineficaz e semelhante a uma taxa de entrada.»

### Perigosa e inútil

A inspecção médica nas fronteiras realizava-se com a finalidade principal do combate à tuberculose. Considerando que metade de todos os casos de tuberculose registados na Suíça se refere aos estrangeiros, os trabalhadores temporários foram até hoje submetidos inutilmente, todos os anos, às radiografias colectivas, acumulando radiações perigosas.

Com a abolição das inspecções médicas — reservadas este ano unicamente aos trabalhadores que entram pela primeira vez na Suíça — a luta conduzida pelo sindicato durante tantos anos foi coroada de êxito. ■



### Um presidente e o seu vicente

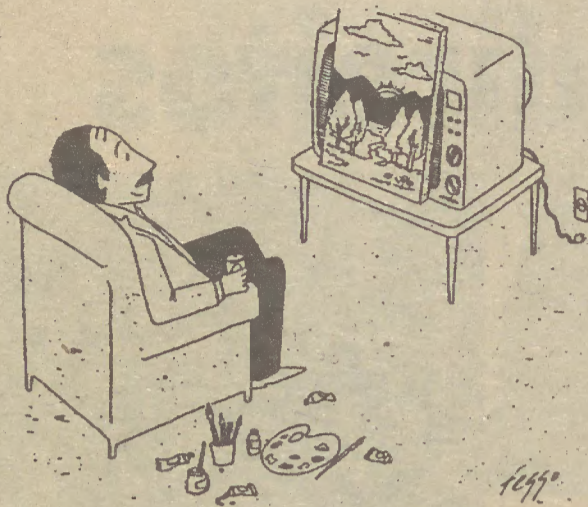
Em Moscovo, as autoridades afirmaram que prevaleceu, contra as possibilidades abertas de paz no Golfo, o «instinto da guerra». É bem verdade. A última semana foi pródiga em oportunidades de conseguir-se o cessar-fogo, de resolver o conflito a contento das resoluções da ONU e, sobretudo, a contento de muitos milhares de homens envolvidos na guerra e das suas famílias. A contento, pode bem dizer-se, da Humanidade em geral. Mas a cada proposta de paz, a cada plano, a cada passo e condição aceite, contrapôs-se a vontade de levar a guerra até ao fim, isto é, até à destruição de um país. Pelo menos. É que as razões da guerra, como pode ver-se, não se restringem à aplicação do tão celebrado «direito internacional». O imperialismo tem as suas próprias razões, que a razão desconhece. Os EUA parecem correr desvairadamente atrás da última oportunidade de continuarem a ser a polícia do mundo. Assim fala o Presidente Bush, citando abundantemente Deus, que deve ser americano. Como o reverso da medalha de Saddam, que cita Alá, que é iraquiano. Mas por cá, várias vozes fazem coro com as vozes de Bush. Múltiplos porta-vozes repetem-no. Dão-lhes as razões que lhe faltam. São como certos vicentes, aquelas

avezinhas carnívoras que, se não falam por si, sabem repetir. A cada presidente, o seu vicente. Há até os que escrevem...

### Um perdedor vitorioso

Que trunfos terá Marcelo Rebelo de Sousa nas mangas, para que, mesmo em queda de popularidade — já ninguém fala nele e não consta que, com este tempo, tenha vontade de dar mais uns mergulhos no Tejo — para que seja «repeçado» pelos seus correligionários e nomeado para comissário da «iniciativa Lisboa Capital Europeia da Cultura»? Só lembrava a um Governo como o de Cavaco Silva, nomear para tal lugar um vereador da oposição. Só lembraria a uma «cabeça» com a de Santana Lopes, ir buscar um perdedor para tal cargo. Não é só uma ingerência no presente. É uma ingerência no futuro, já que tal «iniciativa» se programa para 1994. Desde a vereação PS e PCP aos opositores do CDS, toda a gente está contra esta decisão que consideram afrontosa para a Câmara de Lisboa. No entanto, não é só aqui que a estrela de Marcelo sua para subir a um poleiro qualquer. Agora até «O Diabo» faz constar que esta personalidade multifacetada já conta com apoios para

# Pontos Cardeais



ascender à presidência da Federação Portuguesa de Futebol...

### Passagem à reforma...

Em Dezembro passado o ministro **Roberto Carneiro** afirmou-se esgotado pelas funções ministeriais e invocou o direito à sua reforma política para não participar em qualquer futuro governo. É evidente que esta declaração, a que não se seguiu a única atitude que seria normal nestas circunstâncias, a de deixar imediatamente as funções governativas, não pode deixar de suscitar muitas interrogações. E tantas mais interrogações quanto o ministro da Educação veio posteriormente a intensificar a sua intervenção política (declarações, entrevistas, visitas, e o próprio labor legislativo como agora estamos a ver com a gestão escolar). Nós não podemos naturalmente deixar de fazer votos para que a reforma

política do ministro da Educação se inicie quanto antes.

Não se trata da reforma em si da criatura, que é uma questão secundária, mas da passagem à reforma de uma política, que é a grande batalha política nacional que temos pela frente nos próximos meses.

(Edgar Correia no Encontro Nacional de Professores do PCP, 23/24/Fev.91, Lisboa)

### O regresso do sr. reitor...

O mesmo ministro que ameaçou reformar-se e não participar em mais nenhum Governo, foi à Gomes Teixeira defender com unhas e dentes o projecto do Governo e do Ministério para a gestão dos estabelecimentos de ensino. Em síntese, o que se pretende é pôr fim à gestão democrática e dar início a um processo autoritário, desligado das realidades e das necessidades do ensino. Cavaco e Carneiro, de braço dado, anunciam assim, ao País o regresso do sr. reitor, chame-se «director executivo» ou outra coisa qualquer... É caso para dizer: o ministro Roberto Carneiro, cuja grande e remota ambição era ser ministro do **Desporto Nacional**, termina da pior maneira a sua passagem pelo gabinete da 5 de Outubro. Longe vão os tempos do discurso sedutor...

# Gazetilha

por **Ignotus Sum**

### Obscenidades

Aquele filme. Vocês viram. Bem, o poeta acha também que foi errada a sua transmissão pela televisão. Mas que o Governo mande inquirir dá vontade de rir... Obscenidade? Mas há maior obscenidade, na verdade, que a pompa-mor do Marques Mendes? Do que o arzinho banha de cobra do Ferreira do Amaral? Do que a figura super do Valente de Oliveira? Do que a facilidade de expressão do Mira Amaral? Do que o cinzento Peneda? Do que a careta de plástico do Prof. Cavaco Silva?

(Usar de rima aqui não me apetece pois tanta obscenidade não merece...)

Diante de tanta, tanta obscenidade é que um moralista de verdade um moralista emérito devia abrir inquérito...

### A telenovela continua

Telenovelas de monta! Quando a Tieta acabar já outra logo está pronta pra lhe tomar o lugar.

Chama-se Drexel, que insiste. Mal ela apareça, a esmo, tão obscena e tão triste a Censura corta mesmo...

### Fitas

Pouco entende das cousas quem for rude eis da filosofia o mor problema. O aroma, a sintonia, a cor, o tema só bem encontra quem se esforce e estude.

Em Portugal a luz tem a virtude da transparência de preciosa gema. «Que bom seria aqui fazer cinema...» pensarem os «business men» de Hollywood.

Eles aí vêm com armas e bagagem. Sonham a rica história, a bela imagem, o belo cozinhado nas marmitas.

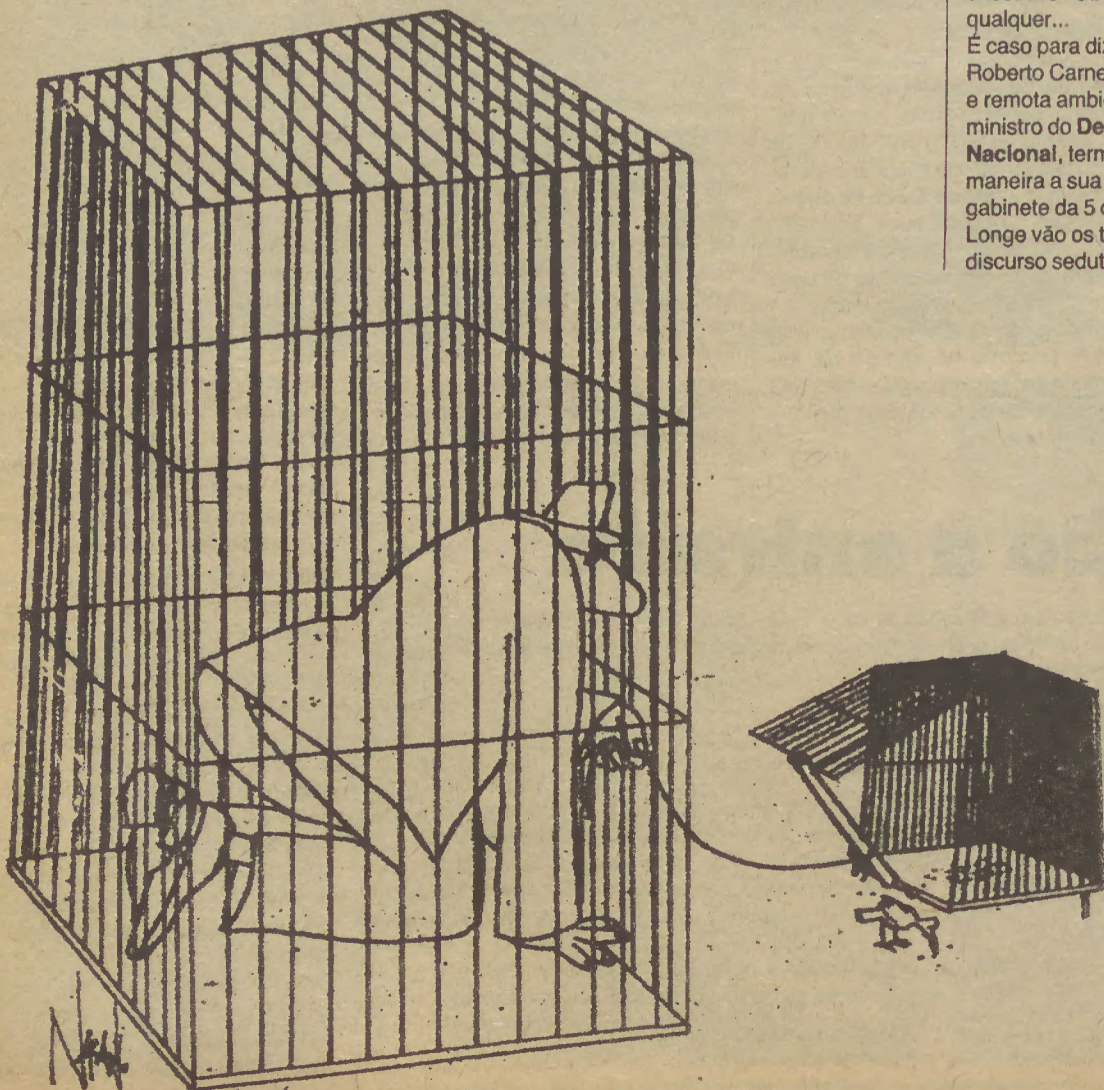
Olha que espanto? Isso já nós sabemos. Mostra o Telejornal como fazemos fitas, mais fitas, nada mais que fitas...

### Perigo nas curvas

Ferreira do Amaral. Diz que é o rei das estradas de Portugal. Eu cá não sei onde está a razão que se veja. Sobram as águas turvas. Ora sorri, ora gagueja. Estampa-se nas curvas. No paleio precisa de um bom trinco. É mau volante. Não lhe aconselho a IP-5 nem a Via do Infante.

Mas se o Governo de Cavaco lá der a sua voltinha carregue no pedal. Carregue, vá.

Aos portugueses, sim, até conzinha...





## Propostas objectivas

### para democratizar, modernizar e desenvolver a educação e o ensino

#### Democratizar a educação e o ensino significa:

- Garantir efectivamente a igualdade de oportunidades de acesso e de sucesso educativo a todos os portugueses, em todos os níveis da educação e do ensino;
- Combater a orientação ideológica do PSD que quer transformar a educação de um bem social num bem de consumo privado apenas acessível a quem o puder pagar;
- Pugnar pela gratuidade real da escolaridade obrigatória e pela gratuidade progressiva de todos os níveis da escolaridade não obrigatória e da educação não escolar;
- Combater o abandono escolar, eliminando as causas que o provocam, designadamente o trabalho infantil;
- Combater todas as formas de avaliação que mascarando o insucesso escolar, visam agudizar ainda mais a selectividade social que a escola faz, ao admitir-se dois tipos de alunos: os que frequentam a escola e os que aprendem na escola;
- Garantir a participação da comunidade na orientação do sistema educativo a todos os níveis — nacional, regional e local;
- Lutar pelo reforço da gestão democrática das escolas e contra as medidas legislativas que visam liquidá-la e substituí-la por formas de gestão autoritária.

#### Modernizar a educação e o ensino significa:

- Desenvolver um novo conceito de escola enquanto centro educativo que estimule, mediante espaços de aprendizagem formal e não

formal, e formas de interacção adequadas às potencialidades de todos os que nela estão incluídos;

- Reformar profundamente os currículos escolares e educativos (e não apenas os programas);
- Construir mais escolas e descongestionar as que estão superlotadas;
- Melhorar os equipamentos educativos das escolas em quantidade e em qualidade;
- Desenvolver os sistemas de formação de professores (inicial, em serviço e contínua) por forma a que respondam não só em quantidade como em qualidade às exigências que o ser educador e professor comporta num sistema educativo modernizado.

#### Desenvolver a educação e o ensino significa:

- Aumentar os recursos financeiros disponibilizados pelo O.E.;
- Articular o ensino com as necessidades do desenvolvimento social, económico e cultural do país alargando e melhorando as formações profissionalizantes de nível médio e de nível superior;
- Atribuir às autarquias locais os meios adequados ao cumprimento das competências que lhes cabem na gestão do sistema educativo;
- Utilizar, de forma ajustada e transparente, os recursos financeiros, por forma a aproximar o sistema educativo português dos índices de eficácia médios obtidos pelos sistemas educativos dos países da CEE.
- Reforçar as competências legislativas e fiscalizadoras da Assembleia da República, contra a sua subalternização face ao Governo.

#### Encontro de opiniões

Concebemos este Encontro não como uma iniciativa terminal, conclusiva, da apreciação das questões da política educativa, dos problemas dos professores e da intervenção do PCP, mas sobretudo como um ponto de encontro de opiniões e de debate.

Ponto de encontro, porque aqui estamos, cada um com sua experiência e olhar próprios, mas abertos a outras experiências e opiniões, com a consciência de que esta é a via para o próprio conhecimento das coisas, a actualização das análises, o aprofundamento das propostas e a renovação das ideias e das perspectivas que o tempo exige.

Debate, o princípio de um debate, que começou aqui neste Encontro do PCP, mas que queremos alargar nos próximos meses através de múltiplas iniciativas e contactos e abrir ao conjunto dos professores, dos pais, dos estudantes, das instituições, de toda a sociedade portuguesa.

*Da intervenção de Edgar Correia no encerramento do Encontro*

#### Mesa do Encontro

O Encontro Nacional de Professores do PCP decorreu em plenário durante todo o seu período de funcionamento: durante o dia de sábado e na parte da manhã de domingo. Os trabalhos foram dirigidos por uma Mesa onde se encontravam: Albertina Palma, Marina de Almeida, Lucinda Sobral Henriques, Maria Otília Faro, Fernando Sequeira, Manuela Silva, João Carvalho, António Teodoro, Mário David Soares, Paulo Sucena, Rogério Fernandes, Manuela Esteves, Vítor Costa e Edgar Correia.

#### Participantes e temas

As questões da política educativa, da acção reivindicativa dos professores e do reforço da intervenção do Partido foram abordadas no Encontro Nacional de Professores do Partido em intervenções de âmbito geral e em apontamentos relatando experiências concretas, nos diversos graus de ensino. A iniciativa contou com cerca de 250 participantes, oriundos de 14 distritos do continente e ainda da Região Autónoma da Madeira.

## Taxa de escolarização

### No fim da tabela...

O número de alunos matriculados cresceu 13%, entre 1972 e 1987, ou seja, muito mais que o crescimento da população portuguesa no mesmo período. Todavia o único grau de ensino de acesso universal continua a ser o 1.º ciclo do ensino básico (ex-ensino primário). Os primeiros seis anos de escolaridade (a sociedade obrigatória desde 1968) só são frequentados actualmente por 90% das crianças em idade de o fazer.

Por outro lado, em 1986 a taxa de escolarização do 7.º ano ao 12.º anos em Portugal de apenas 40% e a do ensino superior de 11%.

Tais números colocam Portugal irrecusavelmente no fim da tabela dos países que pertencem à CEE. As crianças que em 1987 se matriculam pela primeira vez estão já sujeitas ao regime da escolaridade obrigatória de 9 anos.

Seguramente que em 1996 nem todas terão concluído o 9.º ano, porque se sabe que o abandono escolar é sucessivo e progressivo de ciclo para ciclo da escolaridade e que nada se faz para o impedir.

(Do documento de conclusões aprovado no Encontro Nac. de Professores do PCP, Lisboa, 23/24 Fev. 91)

mação em exercício degradou-se e a formação contínua é inexistente.

O modelo de gestão das escolas preconizado pelo Governo e unanimemente contestado pelos professores visa afastá-los da participação na orientação das escolas em conjunto com os alunos e os funcionários auxiliares e administrativos.

#### Estatuto

O Estatuto da Carreira Docente publicado em 1990 não reflecte em questões essen-

ciais a vontade e as legítimas reivindicações dos professores. Alguns projectos relativos a aspectos desse estatuto ainda por regulamentar revelam a intenção de dificultar a progressão na carreira e o pleno desenvolvimento profissional dos professores, acentuando os mecanismos de controlo hierárquico sobre a profissão.

Neste quadro, o PCP sublinha a importância que os professores continuam a sua acção e a sua luta para fazerem valer os seus direitos à participação na definição da política educativa e à negociação das

suas condições de vida e de trabalho.

A regulamentação dos múltiplos aspectos da carreira docente que estão por clarificar não pode, em caso algum, ter lugar sem uma negociação séria com as organizações sindicais representativas nem contra a vontade da maioria dos professores.

A renegociação dos aspectos claramente gravosos do Estatuto continua a ser um dos objectivos de luta dos professores que o PCP apoia firmemente e a que os comunistas no movimento sindical devem dar o melhor do seu esforço.

ica

e do ensino no âmbito de uma efectiva e coerente «Reforma Educativa», são também contempladas no apontamento de conclusões (ver outra peça) do Encontro Nacional, que refere: «A reforma da educação e do ensino propagandeada por Roberto Carneiro não resolveu nem começou a resolver a séria crise que marcou e marca o sistema educativo português. Em alguns casos, até a agravou; em outros, manteve-a. Mas sempre a mascarou sob o efeito da palavra fácil e demagógica, enganando, de início, muitos, só enganando hoje quem quer ser enganado ou quem ignora o que, de facto, acontece nas escolas.

«O PCP continuará a bater-se por uma reforma educativa democrática que concretize os princípios e os valores que a Constituição da República e a Lei de Bases do Sistema Educativo consagraram para a educação, o ensino e a cultura.»

ção  
nistas

as questões da educação e em defesa do desenvolvimento da qualidade de vida de Portugal como país independente de cooperação internacional e valores, num mundo em

na esfera educativa tem sido princípios consagrados na nível das instituições políticas locais, autarquias locais, Consequências (Parlamento Europeu e sociais.

comunistas têm dado e pro-para a unidade e organização activa, combativa e constante. Os professores comunistas escolas, em diálogo com activamente com os pais, os populações, em defesa de uma qualidade.

pc. Nac. de Professores do PCP,

res?

esmagadora maioria desconhece sequer os textos dos novos programas de ensino e aqueles que foram chamados a realizar a denominada «experiência» tem sido recusado o necessário apoio ao seu trabalho e ao trabalho dos seus alunos, tanto em formação como em recursos educativos.

As condições de trabalho nas escolas continuam a ser muito precárias — faltam os espaços e os meios educativos que permitam o desenvolvimento de projectos educativos mais estimulantes.

A formação inicial dos professores é insuficiente, a for-

PCP

## Edgar Correia, no encerramento do Encontro Nacional de Professores do PCP

# Uma nova maioria parlamentar democrática, é possível em Portugal

Para além das questões temáticas do Encontro, o camarada **Edgar Correia**, membro da Comissão Política do Partido, na intervenção de encerramento, abordou questões fundamentais da vida nacional. As eleições legislativas deste ano e a caracterização da política de direita foram duas das questões analisadas por Edgar Correia de que aqui deixamos alguns extractos significativos.

As causas fundamentais da manutenção e até do agravamento do atraso educativo do país não podem deixar de ser atribuídas à política do Governo.

É oportuno recordar, a este respeito, que o PSD ocupa a pasta da Educação, quase ininterruptamente, há cerca de 12 anos, primeiro nos governos da AD, depois no bloco central com o PS e sozinho após 1985.

São políticas, também, as vias e as decisões necessárias no que respeita às prioridades, meios e recursos, que permitam ultrapassar os estrangulamentos estruturais que impedem a reforma democrática da Educação, cujos princípios estão estabelecidos na Constituição e na Lei de Bases do Sistema Educativo.

É ainda da esfera política que depende a criação de condições favoráveis e de ambiente para potenciar os efeitos da participação e da intervenção activa e criadora dos próprios professores e também dos pais, estudantes e da opinião pública em geral, na realização dessa reforma fundamental de que o país carece.

Sabemos como a acção reivindicativa, designadamente dos professores, tem desempenhado (e é indispensável que continue a desempenhar) um papel essencial na luta por uma escola melhor.

Mas a poucos meses das eleições legislativas, compreende-se que prestemos à sua realização uma atenção muito particular.

A importância das próximas

eleições decorre da possibilidade real que elas abrem, e que é essencial que não seja desperdiçada, para o afastamento da direita do Governo e para a concretização de uma solução governativa democrática que empreenda uma política democrática.

Temos, o PCP, sublinhado que o resultado eleitoral básico e indispensável para tornar possível esta alternativa, é a colocação do PSD e do CDS em minoria na futura Assembleia da República e a verificação aí de uma maioria de deputados pertencentes aos partidos democráticos.

Esta condição eleitoral básica não pode ser iludida.

Não vai certamente por bom caminho o PS quando, num desvio tipicamente sectário, se preocupa mais com estabelecer a sua hegemonia no campo democrático (à custa sobretudo do drástico enfraquecimento eleitoral do PCP), que com a concentração de energias no objectivo, esse sim decisivo, de deslocação para o voto nas forças democráticas de uma parte significativa do eleitorado que deu ao PSD a maioria absoluta em 1987.

Não vai também por bom caminho o PS quando, para fugir à clarificação da sua política de alianças e ocultar a sua eventual disponibilidade para reeditar acordos à direita, seja com o PSD num novo bloco central, seja com o CDS, aponta para a ilusória pretensão, em que nem os próprios acreditam, de poder alcançar sozinho a maioria absoluta.

Não, não é este o quadro político nacional.

Uma nova maioria parlamentar democrática é possível em Portugal, mas só pode ser alcançada pelos partidos democráticos em conjunto, designadamente pelo PS mais o PCP.

Não o reconhecer abertamente, não reforça e antes pelo contrário debilita a perspectiva, a possibilidade e a credibilidade política de uma alternativa democrática à direita.

Mas se a existência de uma maioria parlamentar democrática é uma condição necessária para tal alternativa, ela não é por si só suficiente, como sabemos.

É indispensável nestas condições que se verifique a convergência e o entendimento à esquerda do PSD, designadamente entre socialistas e comunistas, quanto à nova solução governativa e quanto às linhas da política democrática a realizar.

Em nome de que argumentos poderão os dirigentes do PS continuar a bloquear a perspectiva — na realidade a única perspectiva — susceptível de afastar a direita do poder e de alcançar uma viragem democrática da situação nacional?

Pela parte do PCP temos afirmado e continuamos a afirmar o nosso interesse e inteira disponibilidade para considerar todas as possibilidades que conduzam a uma tal convergência e a um tal entendimento.

Insistimos e insistiremos neste caminho da convergência.

Sublinhamos mesmo o interesse que teria, para a mobilização de votos para a vitória democrática, o aprofundamento do diálogo entre o PS e o PCP antes das eleições, um diálogo que testemunhasse a vontade de aproximação de posições em relação à política necessária e que pudesse, eventualmente, conduzir à de-

claração de empenho comum na cooperação pós-eleitoral dos dois partidos.

É porque defendemos esta política, que legitimamente podemos afirmar que a representação parlamentar do PCP e o seu reforço, para além da sua importância e valor em termos do que significa só por si para a defesa dos interesses populares e de uma política democrática de desenvolvimento nacional, é também o factor que mais pode contribuir para a formação de um governo democrático e para a concretização da alternativa.

### A política da direita não serve ao País

Poderíamos passar aqui em revista os principais tópicos da situação política, económica e social e da acção do Governo do PSD, que o veredicto final não seria certamente muito diverso em todos eles: esta política, a política da direita, não serve, o País está a ser conduzido no sentido oposto ao caminho necessário.

A reconstrução e a restauração do capitalismo monopolista a que estamos a assistir traz no bojo o agravamento das desigualdades, anda associada à presença e domínio crescentes do capital estrangeiro e constitui o terreno fértil para o tráfico de influências e a corrupção que vão minando de uma forma cada vez mais profunda a vida pública nacional.

O País está a ser afastado do quadro de economia mista consagrado na Constituição, quadro que nas actuais circunstâncias representa a principal condição objectiva para um desenvolvimento nacional feito de acordo com as necessidades reais da sociedade portuguesa, a prevalência de objectivos sociais no desenvolvimento (com destaque para os objectivos educativos), o respeito pelos direitos e pelo exercício de liberdades fundamentais, a defesa de elementos fundamentais integrantes da nossa democracia política.

Comentando esta semana o propósito do Governo de retoma para breve das privatizações (suspensas por razões decorrentes da debilidade do mercado de capitais nacional e das incertezas geradas pelo conflito do Golfo), o PCP chamou em particular a atenção dos portugueses para que este processo de privatizações das empresas públicas mais rentáveis e pertencentes a sectores-chave e o crescente domínio pelo capital estrangeiro em centros nevrálgicos do desenvolvimento económico do País, «são hoje o principal obstáculo a uma estratégia nacional de modernização da economia portuguesa, de alteração do perfil de especialização produtiva e da inserção activa na divisão internacional (do trabalho) de acordo com os interesses nacionais».

Não, não se trata da cassetete de que nos acusam.

É este o processo real, objectivo, e bom seria que se

aprofundasse a nível dos trabalhadores, dos democratas, do nosso povo, a consciência desta realidade e a disposição e a determinação de desenvolver a resistência à política e à ideologia do grande capital neste ponto decisivo.

A limitação e até a liquidação de direitos e liberdades fundamentais dos trabalhadores estão cada vez mais patentes; em primeiro lugar no plano da própria vida — e o que se conhece, em concreto, a este respeito do conjunto do País é motivo para justo alarme e protesto; mas também com a preparação de inquietantes dispositivos legais, como é o caso do novo pacote laboral, contra o qual se começa a erguer a voz e a vontade dos trabalhadores.

Esta realidade, do agravamento da exploração dos trabalhadores, da contenção e até da repressão da sua própria organização e intervenção social e política, é bom que se compreenda que é outra face da reconstrução e restauração do capitalismo monopolista e do fortalecimento do seu poder em todas as esferas da sociedade.

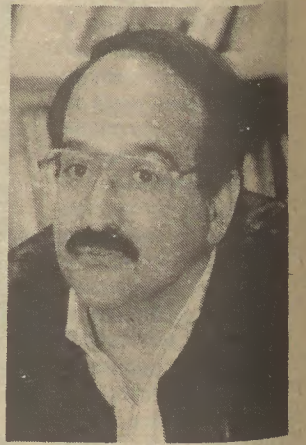
Também ela deve estar presente no nosso empenho na batalha das próximas eleições legislativas e para o amplo trabalho de esclarecimento que precisamos de realizar.

Um outro aspecto fundamental da política de direita que vem sendo realizada e que importa igualmente denunciar de uma forma activa, diz respeito às distorções e perversões que vêm sendo introduzidas no próprio regime democrático.

É indiscutível que vivemos numa democracia, mas constituiria um erro grave não compreender que por mais importante que seja — e é! — a consagração constitucional e legal desse regime, é na vida que devemos procurar conhecer como ele funciona e que forças e em que sentido exercem a sua influência.

E que vemos nós?

Vemos um processo cada vez mais acentuado de governamentalização e de partidari-



zação de todo o Estado por parte do PSD.

Vemos o PSD e Cavaco Silva monopolizarem os órgãos do sector público da comunicação social (com destaque para a RTP) e transferirem para apoiantes seus jornais e frequências que pertenciam ao domínio público.

Vemos o Governo transformado em activa comissão eleitoral do PSD e o desencadeamento, à custa dos recursos públicos, de uma vasta operação eleitoralista para que Cavaco Silva ganhe as próximas eleições. — Que democracia é esta?, é legítimo perguntar.

Vemos a invasão pelo Governo de áreas de competência de outros órgãos de soberania e instituições e uma ingerência cada vez maior na vida das autarquias.

Vemos o bloqueamento da regionalização democrática a par do desenvolvimento de estruturas regionais do poder central, para centralização e comando da vida local.

Vemos novas leis eleitorais no horizonte, através das quais o PSD pretende encontrar formas e artifícios para se perpetuar no poder contra a vontade do povo português.

Vemos que a integração europeia — questão que atinge e envolve profundamente todos os sectores e aspectos da vida nacional — é tratada pelo Governo como uma coutada sua, sem informação e sem debate, quer a nível das instituições, quer das organizações políticas e sociais, quer da própria opinião pública.



**32** camaradas integram o novo organismo de direcção da Organização dos Bancários de Lisboa do PCP, cuja sétima Assembleia decorreu recentemente no Vitória. Marcada por uma discussão muito viva, a Assembleia pronunciou-se, no essencial, sobre a necessidade de reforçar o PCP, para melhor lutar por um forte Sector Empresarial do Estado e pelos direitos dos bancários

## Braga Iniciativas em preparação

Reunida recentemente, a Direcção da OR de Braga do PCP apreciou e debateu as principais questões da situação política nacional e internacional, analisou os problemas sociais e laborais no distrito e aprovou as linhas gerais do plano de actividades para os próximos meses.

Entre as iniciativas distritais aprovadas, contam-se a comemoração do 70.º aniversário do PCP, que irá ser assinalado durante o mês de Março em diversos concelhos, um encontro sobre as desigualdades e injustiças sociais no distrito, em Abril; um debate do PCP com outros democratas sobre a alternativa democrática, seu significado, forma e conteúdo; e um encontro ou conferência distrital preparatória das eleições legislativas, em Maio ou Junho próximo.



PCP

# PCP comenta Os atrasos do Governo nas questões do ambiente

Comentando «a inexistência do Plano Nacional do Ambiente e a política do Governo nesta área», o gabinete de Imprensa do PCP divulgava a seguinte nota no passado dia 21:

As preocupações crescentes da população com a defesa do Ambiente o Governo, através do Primeiro-Ministro ou dos responsáveis governamentais da área, limita-se a multiplicar anúncios de criação de grupos de trabalho para estudo, para reflexão e para elaboração de documentos.

Está ainda na memória de todos a declaração ao País do Primeiro-Ministro em meados do ano passado sobre a elaboração dum Plano Nacional do Ambiente. Hoje, está claro que tal declaração não passou de mais uma mistificação dos reais problemas do ambiente e da necessidade de respostas integradas numa política global de desenvolvimento do País.

Segundo declarações prestadas pelo ministro do Ambiente e Recursos Naturais à Subcomissão do Ambiente da Assembleia da República no dia 20 de Fevereiro, ainda nem sequer existe uma primeira versão pronta para debate público, ao contrário do que por diversas vezes chegou a ser anunciado durante o ano passado. O que estão ainda a elaborar é um documento de trabalho básico que nem sequer foi considerado com a dignidade suficiente para poder ser apreciado pelos deputados que compõem a respectiva comissão parlamentar.

Quanto aos documentos definidores de uma política de ambiente previstos na Lei de Bases do Ambiente e que o Governo é obrigado a elaborar

e a enviar à Assembleia da República para debate e votação, de que o exemplo mais significativo é a «Estratégia Nacional de Conservação da Natureza», o Governo não só é relapso (há três anos que o documento devia ter sido aprovado) como não dá quaisquer garantias do seu envio a curto prazo à Assembleia da República.

Igualmente sintomático da falta de uma política de ambiente integrada no desenvolvimento do País é o desinteresse pela elaboração e divulgação de uma base de dados do ambiente e a avaliação e balanço dos resultados da aplicação dos vários instrumentos económicos e fundos comunitários ligados ao ambiente, nomeadamente o PEDIP e o FEDER.

O PCP reclama uma política de ambiente como dimensão intrínseca de desenvolvimento em que assuma particular im-

portância a participação das populações designadamente das Associações de Defesa do Ambiente, das escolas e universidades, dos agentes económicos, das autarquias locais.

Vão nesse sentido as iniciativas legislativas recentemente entregues na Assembleia da República, designadamente o projecto de lei que define «As bases de um plano de Educação Ambiental» e o projecto de lei «Alterações à Lei das Associações de Defesa do Ambiente».

Vai no mesmo sentido o convite dirigido pelo Grupo Parlamentar do PCP às Associações de Defesa do Ambiente para uma reunião a realizar em 13 de Março na Assembleia da República com o objectivo de trocar opiniões sobre os problemas com que se defronta o movimento associativo e as soluções que propõe na defesa do Ambiente.

## Emigração Mais um «golpe» ao jeito do PSD...

No início desta semana, a Comissão do PCP para o trabalho entre a Emigração, em nota de Imprensa, alertava a Comunidade Portuguesa para a recente publicação da Portaria 39/91 que vem regulamentar o processo de eleição ou de designação dos **conselhos de país** conforme o Decreto-Lei 101/90, que criou as novas «estruturas representativas das comunidades».

Com efeito, — acrescenta aquele organismo do PCP — tal Portaria é bem a prova de que ao Governo PSD não interessa a existência de estruturas representativas das comunidades, mas tão-só a criação de um instrumento que dê continuidade à sua política de emigração.

Dando provas de incapacidade de diálogo com as organizações das comunidades, o secretário de Estado Correia de Jesus boicotou e posteriormente liquidou o Conselho das Comunidades Portuguesas. Logo de seguida o Governo aprovou o Decreto-Lei 101/90 que recebeu a condenação generalizada das comunidades portuguesas, pois era natural o risco dos conselhos de país, agora criados, passarem a ser um instrumento directo da política governamental.

A Portaria 39/91, agora publicada, não só confirma este risco, como nalguns casos o agrava: utiliza a lei do funil no processo de formação dos colégios eleitorais, cabendo aos chefes das missões diplomáticas a última decisão que poderá ir ao ponto de nomear quem bem entender.

De referir que a Portaria estipula um prazo de 60 dias (com início a partir de 31/1/91) para a Comunidade Portuguesa e as suas organizações se candidatarem, mas a sua divulgação só agora surge, e de forma restrita e selectiva.

A comunidade portuguesa através das suas organizações não deixará certamente de intervir para que sejam considerados os seus direitos de representação de modo a criar condições para a eleição de pessoas identificadas com os reais problemas das comunidades — conclui a Comissão do PCP para o Trabalho entre a Emigração.

## Setúbal Presidente da AMDS recebe mulheres comunistas

No seguimento do Seminário Nacional sobre «A Mulher e a Comunidade Local», realizado pelo Partido Comunista Português em Outubro do ano passado, em Lisboa, uma delegação da Organização de Mulheres Comunistas foi recebida por José Luís Lopes Pereira, presidente da Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal (AMDS).

Da delegação, que fez o pedido de recepção, faziam parte

Helena Bastos, do Comité Central do PCP, Regina Marques, da Direcção da Organização Regional, e Helena Gordo, da Comissão Concelhia de Setúbal do PCP.

O objectivo do encontro, que se verifica, aliás, após outros realizados em Câmaras Municipais, designadamente na do Montijo, foi o de dar a conhecer as conclusões fun-

damentais do Seminário já citado, e em particular apresentar um conjunto de propostas das quais se destacam:

- Criação de Museus da Mulher;
- Criação de Centros de Estudo sobre a Mulher;
- Reconhecimento do estatuto de parcelo social às organizações femininas.

A reunião, na óptica dos elementos do PCP, foi mar-

cada por um clima de cordialidade e concordância quanto à necessidade de implementação de estruturas e iniciativas de apoio às mulheres. Neste âmbito foi abordada a questão da formação profissional deste importante sector social.

A AMDS, através do seu presidente, manifestou disponibilidade para estudar os vários projectos e sugestões oriundos do Seminário Nacional do PCP.

### Camadas Falecidos

#### Eugénio Mercês

Com 64 anos faleceu no Rio de Janeiro o nosso camarada **Eugénio da Conceição das Mercês**. Membro do PCP desde jovem, perseguido pela polícia política, emigrou em 1952 para o Brasil onde desenvolveu, com outros democratas, actividades contra o regime de Salazar e Caetano. Após o 25 de Abril continuou a desenvolver junto da comunidade portuguesa uma intensa actividade democrática: foi dirigente do CIP (Centro de Imigrantes Portugueses) e do Conselho Deliberativo do Real Gabinete Português de Leitura. Foi candidato da então APU (1985) às eleições para a AR pelo círculo de Fora da Europa.

e incansável lutador pela depoluição do rio Alviela, tendo sido fundador da CLAPA — Comissão de Luta Antipoluição do Alviela e presidente da Direcção à altura da sua morte.

Teve igualmente papel destacado na organização do Partido na freguesia e no funcionamento do Centro de Trabalho, sendo um grande dinamizador e mobilizador para as iniciativas regionais e nacionais do Partido com particular destaque para a Festa do «Avante!».

No funeral incorporaram-se muitos camaradas, amigos, população de Pernes e freguesias vizinhas, que vieram no «Diabo» um exemplo de dedicação e perseverança na defesa dos interesses da sua terra e em particular do rio Alviela.

#### Joaquim Duarte («Diabo»)

Vítima de doença, faleceu recentemente em Pernes, o camarada Joaquim Jorge Duarte («Diabo»), de 59 anos, membro do Partido desde 1975. Camarada muito dedicado e popular na região, foi pioneiro

\*\*

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

## Almada PS e PSD contra o trabalho a favor da população

A sintonia de posições de eleitos do PS e do PSD nos órgãos autárquicos do Município de Almada e na Assembleia da República, com o objectivo de impedir ou tentar impedir a acção dos comunistas em prol do desenvolvimento do concelho, é objecto da denúncia da Comissão Concelhia de Almada do Partido Comunista Português, num documento recentemente divulgado («Em Almada, com o PCP, Construir o futuro da população»).

Reportando-se à aprovação em plena Assembleia Municipal de Almada de um Plano e Orçamento da Câmara, na ordem de 10,3 milhões de contos e considerado o maior de sempre, que não contou com os votos do PS e do PSD que antes optaram pela abstenção, os comunistas almadenses

apelidam tal atitude de «coerente» com a dos mesmos partidos na Assembleia da República, ao impedirem, no quadro do Orçamento do Estado para 1991, «a disponibilização de cerca de 1 milhão de contos para o concelho».

«Concretamente — prossegue o documento —, inviabilizaram as propostas do PCP para um reforço de verbas no quadro da comparticipação do Poder Central em obras com a Via L3 (principal alternativa à 377 na Charneca), a construção da nova Escola Preparatória e Secundária da Charneca da Caparica, o apoio ao Pombalense, à SFUAP, à Academia Almadense e à sede da URPICA no Altinho, à reconversão dos clandestinos».

Após dar a conhecer a série de sectores fundamentais da vida do concelho que o Plano

de Actividades da Câmara Municipal de Almada contempla, a Comissão Concelhia de Almada faz o «presta contas» da actividade dos seus eleitos autárquicos, onde sobressaem projectos e obras de apoio aos reformados, pensionistas e idosos, à habitação social, o reforço e melhoria dos transportes e comunicações, equipamentos desportivos, infra-estruturas para a juventude, aqui com especial ênfase dado ao acabamento da Casa da Juventude.

O documento termina aludindo a «um dos quebra-cabeças da população do concelho, que é o dos acessos a Lisboa». Os comunistas propõem a instalação na Ponte 25 de Abril de um transporte rápido de passageiros, tipo Metro, a criação de dois corredores «Bus» para transportes

colectivos de passageiros e pesados (um em cada sentido), e uma nova ponte sobre o Tejo na zona de Montijo/Alcochete, perspectivada para implementação de um sistema rápido de passageiros sobre carril, em anel, do qual a própria Ponte 25 de Abril seria um elemento.

## 9 de Março Assembleia em C. Branco

«Dinamizar o trabalho político e de organização com vista à batalha das eleições legislativas deste ano» é um dos objectivos da 2.ª Assembleia da Organização Regional de Castelo Branco (ORCB) do PCP, marcada para 9 de Março próximo, no ginásio da Escola Secundária Amato Lusitano, na capital albacastrense. Inserida nas comemorações do 70.º aniversá-

rio do PCP, a Assembleia, cuja preparação está a decorrer nas organizações em todo o distrito, elegerá a nova Direcção Regional do PCP e apresentará propostas concretas para o desenvolvimento da Beira Baixa.

A eleição dos delegados tem lugar em assembleias plenárias, na proporção de 1 por 20 militantes.

## Nacional

# MDM anuncia próximas iniciativas

Vindas de vários pontos do País, as mulheres do Conselho Nacional reuniram-se a 16 de Fevereiro, tendo reflectido sobre a situação nacional e internacional. Nesta reunião foi avaliada a intervenção do MDM em 1990 e apontadas iniciativas para os próximos meses.

## Discriminações directas e indirectas

A assimilação do direito à igualdade como direito humano básico, os exemplos de participação das mulheres em áreas que tradicionalmente lhes estavam vedadas não devem levar à minimização das discriminações directas e indirectas sobre grande número de mulheres.

O Conselho Nacional manifestou preocupações face ao agravamento do estatuto socioprofissional das trabalhadoras de diversos sectores de actividade e avaliou negativamente as propostas do Governo na área laboral. Estas propostas, se forem aprovadas pela abertura que dão à precarização das relações de trabalho, aos despedimentos por inadaptação, e ao aumento dos horários de trabalho, entre outros aspectos, terão um impacto negativo no estatuto da trabalhadora.

O Conselho Nacional considerou, ainda, que a diminuição da qualidade de vida afectando particularmente mulheres de camadas mais vulneráveis à precariedade e à degradação salarial, tem vindo a alargar-se a camadas médias.

## Com as mulheres do Mundo Pela Paz Contra a Guerra

A situação de guerra no Golfo, as vidas perdidas dos

soldados, das populações, em que as crianças são as principais vítimas, aspectos que a comunicação social, nomeadamente a RTP, não realça, foram motivo de preocupação de todas as Conselheiras. O Conselho Nacional a este propósito aprovou uma mensagem sobre a situação no Golfo.

A participação do MDM no próximo Congresso da Federação Democrática Internacional de Mulheres, que terá lugar no final do mês de Março, foi tema de debate nesta reunião.

A Paz, o bem-estar, a construção de novos caminhos de participação das mulheres serão as mensagens principais do MDM nas Comemorações do 8 de Março deste ano — um vasto conjunto de acções estão a ser programadas por todo o País; iniciativas de carácter reivindicativo, culturais e desportivas, destacando-se, desde já, a iniciativa da Cidade de Lisboa sobre o lema «8 de Março — Igualdade — Uma Nova Dimensão Para o Desporto» e que consistirá num sarau de Ginástica na Voz do Operário e numa «Corrida pela Igualdade», onde os prémios serão atribuídos por pares.

No dia 8 de Março, o MDM apresentará Carta Aberta aos órgãos de soberania e dinamizará a recolha de assinaturas de mulheres pela Paz, em todas as acções que irão ter lugar.

# Com impugnação do PCP «Santa aliança» liberaliza comércio no Porto

PS, PSD e CDS aprovam liberalização completa dos horários do comércio, pondo em causa o apoio às grandes superfícies comerciais a instalar no Porto em detrimento dos comerciantes e trabalhadores.

A Assembleia Municipal do Porto decidiu, no passado dia 19 de Fevereiro, a liberalização completa dos horários do comércio, permitindo o trabalho ao sábado e inclusive ao domingo, antecipando-se às negociações entre Associações patronais e Sindicatos que iriam decorrer passadas escassas horas.

A discussão travada em torno deste problema, devido às sucessivas intervenções e perguntas da CDU, veio demonstrar com toda a clareza que a proposta nada tinha a ver com propósitos duma maior animação da cidade ou de promover a igualdade de oportunidades ou maior emprego, mas apenas o propósito de favorecer as grandes superfícies comerciais instaladas e em particular as que vão ser em breve instaladas no Porto, ligadas a grandes grupos económicos nacionais e estrangeiros.

A maioria PS/PSD/CDS na Assembleia Municipal fez tábua rasa das opiniões dos trabalhadores e dos próprios comerciantes do Porto que não querem a abertura ao domingo e negociavam o carácter voluntário do trabalho ao sábado de tarde e as respectivas compensações. Não é por acaso que a decisão da Assembleia apenas contava com o apoio da Associação Nacional dos Supermercados. Os comerciantes do Porto e os trabalhadores têm consciência que a Câmara e a Assembleia Municipal do Porto optaram pela concorrência mais des-

leal, favoreceram a prazo o encerramento e maiores dificuldades para muitas pequenas e médias empresas e contribuíram para o aumento da exploração e da precariedade do trabalho. Acresce ainda que, tendo em conta a estrutura do comércio da cidade (em média 1,5 trabalhadores por estabelecimento), o aumento do período de abertura dos estabelecimentos está intimamente ligado com a duração do dia de trabalho.

No decorrer da Assembleia Municipal, a CDU apresentou um vasto conjunto de propostas — a Assembleia devia aguardar uma semana pelo fim das negociações, não deveria

ser permitido o trabalho ao domingo e o trabalho ao sábado devia ser objecto de negociações entre as partes. Nada fez contudo travar a decisão do PS e PSD, que cada vez estão mais unidos nas decisões fundamentais da Câmara e Assembleia Municipal do Porto.

Ao tornar pública a sua posição sobre este grave problema, a Direcção da Organização da Cidade do Porto do PCP alertou a população «para a gravidade das decisões tomadas e para os seus efeitos negativos no plano económico e social» e denunciou «a demagogia daqueles que para propagar a ideia que estas medidas visam permitir uma maior capacidade de compra da população». «São os mesmos que nos últimos

anos têm sido responsáveis pela diminuição do poder de compra da população e por legislação laboral e outra, contrária à defesa dos interesses dos trabalhadores», lembra aquele organismo do PCP.

A Direcção da Organização da Cidade do Porto do PCP, tendo em conta a gravidade do aprovado e o conjunto de ilegalidades de que este processo está cheio (que vão desde a apresentação da proposta à não audição das entidades que a lei obriga, da existência duma proposta da Câmara que nunca chegou à Assembleia e ao facto de a Assembleia não ter aprovado alterações à proposta da Câmara mas sim uma proposta nova), decidiu proceder à impugnação judicial da deliberação.

## Rádio Comercial ao serviço do PSD

Alguns órgãos de comunicação social foram convocados, no início da passada semana, para uma conferência de imprensa da Comissão Política Distrital do Porto do PSD. É um facto normal e corrente na vida política nacional. Anormal e extraordinário é que tal convocatória tenha sido enviada através do «fax» da Rádio Comercial Norte...

Esta situação, relatada por alguns órgãos de informação, não foi até à data alvo de qualquer desmentido ou esclarecimento por parte quer da RDP, quer do PSD ou mesmo da jornalista da Rádio Comercial Norte a quem é atribuída a autoria da referida convocatória.

Trata-se de uma situação exemplar do uso e abuso por parte do PSD de meios e serviços públicos para a prossecução de actividades partidárias, na continuidade, aliás, da sua política de clara e descarada partidização do aparelho de Estado e, em particular, do sector público da informação.

Tão ostensivo comportamento é característico de quem se julga dispensado de respeitar a legalidade e as regras de um estado democrático. O PSD julga-se impune.

Em comunicado distribuído à comunicação social, o PCP exprimiu o seu protesto por mais este abuso praticado pelo PSD e reclamou o completo esclarecimento e apuramento de responsabilidades, para que tais situações não voltem a repetir-se no futuro. Neste sentido, um Requerimento foi já entregue na Mesa da Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do PCP, no passado dia 21 de Fevereiro.



## Homenagem a Moniz Pereira

A figura do desportista, treinador de atletismo, Moniz Pereira, foi objecto de um jantar de homenagem promovido pela Federação Portuguesa de Atletismo no passado dia 20, dia em que o Presidente da República o condecorara com a Ordem do Infante D. Henrique. Para além de Mário Soares, de membros do Governo, personalidades da vida política e desportiva, estiveram também presentes nesse jantar de homenagem muitos membros do PCP que assim

quiseram associar-se a esta iniciativa. Entre outros, estiveram presentes o presidente do grupo Parlamentar do PCP, Carlos Brito, o responsável do pelouro de Desporto e Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, Rego Mendes e ainda Carlos Rabaçal, responsável da política desportiva do PCP. Na foto o momento em que Blanqui Teixeira, do Secretariado do Comité Central, apresentava cumprimentos ao homenageado.



## Relembrar o Tarrafal

Uma romagem ao mausoléu do Cemitério do Alto de São João para recordar os mortos do Campo de Concentração do Tarrafal reunlu no passado sábado várias dezenas de pessoas, numa homenagem promovida pela Comissão de Ex-Presos daquele terrível Campo de Concentração do fascismo.

## Parlamento Europeu

# Acordos de Shengen geram polémicas

Os acordos de Shengen, que por diversas vezes foram alvo de severas críticas do Parlamento Europeu, voltaram a semana passada a gerar polémica em Estrasburgo, na sequência da recente adesão da Itália e, como observadores, de Portugal e da Espanha. Como afirmaram no plenário alguns oradores, parece que os países da Comunidade Económica se encontram apostados em impedir uma política comunitária de imigração, optando por acordos bilaterais à revelia das instituições comunitárias e dos próprios parlamentos nacionais.

Foi em Junho de 1985 que representantes dos governos luxemburguês, francês, belga, holandês e alemão se reuniram em Shengen, no Luxemburgo, para debater a abolição das respectivas fronteiras internas até 1 de Janeiro de 1990. O prazo não chegou a ser cumprido e o acordo só viria a ser de facto assinado em Junho de 1990, mas a verdade é que de então para cá os avanços foram significativos, sendo de registar o interesse crescente de outros Estados membros, como é o caso da Itália que veio a aderir ao acordo em Novembro do ano passado, e de Portugal e da Espanha que pediram o estatuto de observadores com vista a uma possível adesão.

A primeira vista, e nas suas linhas gerais, o acordo de Shengen até parece positivo: abolição das fronteiras internas entre os países signatários, reforço da cooperação em áreas como o tráfico de droga e de armas, direito de asilo e de extradição, reconhecimento mútuo de vistos, etc.

Se se pensar, no entanto, que a Comunidade tem como um dos seus principais objectivos a construção do mercado interno, com a consequente livre circulação de pessoas e bens, não pode deixar de parecer um contrasenso a existência de tais acordos que, na prática, inviabilizam uma política comunitária de imigração definida pelos órgãos da CEE, arredados de todo este processo, bem como os parlamentos nacionais.

Para o deputado comunista Barros Moura, a questão não é apenas de ordem institucional, já que considera que a «escolha do método é uma decorrência do conteúdo dis-

criminatório e repressivo que se pretendeu atribuir aos acordos». Por força deles, segundo disse na intervenção sobre o tema na sessão plenária do PE na semana passada, «os cidadãos dos Estados membros passam a não ser iguais quanto à liberdade de circulação», enquanto os originários de países terceiros «passam a ser alvo de severas medidas restritivas, no que concerne ao acesso, ao direito de residência e de trabalho, ao direito de asilo». A gravidade da situação é tal que já levou à manifestação pública de apreensões por parte do Alto Comissário da ONU para os refugiados, o mesmo sucedendo em relação à Amnistia Internacional.

Na verdade, com os acordos de Shengen, vive-se o absurdo de uma Comunidade que, constituída sob a égide da livre circulação, se vê limitada no interior, quanto às pessoas e às ideias, pelos acordos firmados por alguns Estados membros. No respeitante aos reflexos para o exterior a situação não se apresenta melhor. Com efeito, como fez notar o deputado Barros Moura, está-se perante a tentativa de converter a Comunidade «numa autêntica fortaleza erguida contra as populações do Sul do Mediterrâneo, da África, do Terceiro Mundo em geral e, agora, da Europa de Leste (com excepção dos alemães de leste que entraram pela porta grande)».

Para aquele deputado, esta é a Europa «que tolera no seu interior as manifestações de intolerância, de racismo e xenofobia e que - desde o início da crise do Golfo - passou a discriminar abertamente os árabes», apesar de continuar a explorar o traba-

ho precário e clandestino dos imigrados originários de países terceiros.

## Críticas de todo o lado

Contra este estado de coisas se indignam muitos eurodeputados. O Grupo EUE, por exemplo, colocou aos ministros dos Negócios Estrangeiros a questão da necessidade de as iniciativas dos Estados membros se basearem no direito comunitário, de forma a abrangerem todo o território da Comunidade, ao mesmo tempo que questionou a Comissão sobre a necessidade de se adoptarem propostas que acelerem, também no âmbito do direito comunitário, o processo de regulamentação referente à livre circulação de pessoas no espaço comunitário.

Por seu turno, o Grupo Socialista manifestou as suas preocupações relativamente à harmonização das políticas de acesso aos territórios dos Estados membros da Comunidade.

Enquanto os Verdes defenderam a necessidade de associar profundamente o Parlamento Europeu à elaboração das decisões respeitantes à livre circulação de pessoas, os deputados do PPE exprimiram a sua preocupação de que os acordos de Shengen venham criar uma Europa a duas velocidades nesta matéria; os democratas-cristãos interrogaram-se igualmente sobre as razões que levam os Estados membros a procurar soluções neste domínio fora do âmbito comunitário e sem a participação do Parlamento Europeu.

Já o Grupo Coligação de Esquerda, em que se inserem os comunistas portugueses, apresentaram perguntas visando saber qual a participação - se é que a houve - dos Parlamentos nacionais e das organizações não governamentais competentes e das organizações dos trabalhadores imigrados, dos estudantes não comunitários, entre outros, no desenrolar das actividades dos vários grupos intergovernamentais criados para o tratamento da matéria

em causa, bem como se os Estados membros tencionam consultar o PE e os seus parlamentos nacionais sobre o trabalho desses grupos.

Não deixa de ser curioso registar que apenas os deputados do Grupo das Direitas Europeias manifestaram preocupações de sinal contrário. Para estes, a principal questão é a de saber que medidas estão a ser tomadas para a preparação de uma política de refluxo da imigração, indispensável, na sua opinião, para a livre circulação no interior da Comunidade; ao mesmo tempo, pretendem que a Comissão reconheça que esta matéria está fora das competências comunitárias e manifestam-se preocupados com o eventual afluxo de europeus de Leste.

Como se pode verificar, sobejam razões para preocupações. O que torna ainda mais premente, como defendeu Barros Moura, o respeito pelas regras democráticas e humanitárias respeitantes ao direito de asilo e a definição urgente de uma política comum no domínio da imigração, baseada nos princípios da livre circulação. O que não significa, como de resto deixou claro o deputado do PCP na sua intervenção, que não devam ser tomadas medidas «para estancar os fluxos migratórios provenientes dos países pobres», designadamente através de uma séria política de cooperação e apoio ao desenvolvimento que evite que homens e mulheres tenham de fugir à fome e à miséria nos seus próprios países.

Consciente desta realidade, o Grupo Coligação de Esquerda apresentou no PE uma proposta de resolução em que, para além das posições assumidas no debate e já acima referidas, se exprime a «indignação pela ausência total de controlo democrático parlamentar, quer a nível europeu quer a nível nacional, na elaboração e aplicação das convenções (de Shengen) e pede aos Estados membros para que se abstenham de assinar uma tal Convenção nestas condições».

## Debate sobre o GATT

Explicar ao plenário do PE a posição da Comissão em relação às negociações do GATT foi a tarefa que coube ao vice-presidente da Comissão, Franciscus Andriessen. Após o fracasso das negociações, em Dezembro último, devido ao desacordo registado entre a CEE e os EUA no dossier agrícola, a situação que se vive é de impasse, embora novas tentativas estejam a ser feitas para se chegar a um compromisso satisfatório.

Não se pode dizer que as explicações tenham sido suficientes para acalmar os receios dos deputados. Com efeito, como afirmou Joaquim Miranda ao intervir no debate, é necessário ser particularmente cauteloso no que se reporta ao sector agrícola, que esteve na base do fracasso de Dezembro. Como recordou, a sensível diminuição nas ajudas à agricultura, anunciada pela CEE, se não foi suficiente para evitar o fracasso das negociações, foi no entanto bastante para que muitos agricultores vissem ensombrado o seu futuro. É por isso imprescindível, segundo Joaquim Miranda, ter em conta e acautelar devidamente este sector, o que pressupõe a manutenção do princípio da globalidade das negociações.

## Indústria do calçado

Mais pacífico foi o debate do relatório sobre a situação da indústria comunitária do calçado, cuja exposição esteve a cargo do deputado do PSD, Manuel Porto, enquanto cabia a Sérgio Ribeiro, do PCP, a apresentação do parecer da Comissão dos Assuntos Económicos sobre a matéria, em substituição do ex-deputado Carlos Carvalhas.

Após referir a importância do sector do calçado na Comunidade, Manuel Porto defendeu a necessidade de acções de apoio comunitárias, no campo da inovação tecnológica e da investigação, entre outras, bem como medidas que ponham cobro às práticas de dumping social e a imposição de regras que sigam as normas mínimas da OIT em matéria de protecção dos trabalhadores. Sérgio Ribeiro, que apoiou a análise e conclusões do relator, congratulou-se em particular com a atenção prestada aos problemas sociais do sector e com a proposta de afectação de fundos específicos para a promoção das exportações comunitárias, a investigação e as acções de formação comunitária.

## Assembleia Paritária ACP/CEE

Termina hoje em Kampala (Uganda) a Assembleia Parlamentar entre a CEE e os 69 países de África, Caraíbas e Pacífico signatários da Convenção de Lomé.

A Assembleia, a decorrer desde a passada terça-feira, contou com um convidado ilustre: Nelson Mandela. O dirigente negro sul-africano foi convidado a participar num debate sobre a situação na África do Sul e na África Austral. Para além deste tema, a Assembleia Paritária debateu ainda questões relacionadas com as perspectivas de aplicação da nova Convenção de Lomé (Lomé IV); as consequências da crise do Golfo para os países ACP; a política de ajustamento estrutural; o impacto do mercado único de 93 para os países de África, Caraíbas e Pacífico.

Membro da Assembleia Paritária e do Grupo de Trabalho sobre a política de ajustamento estrutural, o eurodeputado Barros Moura participou nos trabalhos, apresentando várias propostas de resolução.

## Resolução sobre o Golfo

Ao fim de inúmeros debates, acertos e cedências, o Parlamento Europeu conseguiu aprovar, por cento e oitenta e quatro votos a favor e três abstenções, uma proposta de resolução comum sobre a situação no Golfo. Subscrita por diversos deputados, em nome dos Grupos Socialista; do Partido Popular Europeu; Liberal, Democrático e Reformista; dos Democratas Europeus; da Esquerda Unitária Europeia; Arco Íris e Coligação de Esquerda (que se empenhou particularmente em todo o processo), a resolução adoptada considera que se «devem envidar todos os esforços para encontrar uma solução pacífica para a guerra, respeitando as resoluções da ONU». Valorizando a iniciativa diplomática soviética, o texto insiste «na urgência de uma resposta imediata e inequívoca e em absoluta conformidade com as resoluções do Conselho de Segurança por parte do Governo iraquiano» e deseja que as Nações Unidas desempenhem o papel que lhes compete no estabelecimento da paz.

## Tráfico de droga PE cria comissão de inquérito

Em representação do Grupo Coligação de Esquerda, o deputado do PCP José Barros Moura foi designado pelo Parlamento Europeu membro efectivo da Comissão de Inquérito sobre a proliferação, nos países da Comunidade, do crime organizado ligado ao tráfico da droga.

Esta Comissão é formada por deputados do Parlamento Europeu - 15 membros efectivos e 11 suplentes - na proporção dos respectivos Grupos políticos, e foi constituída a requerimento de 142 deputados para, nos termos do Regimento, apresentar num prazo não superior a nove meses um relatório sobre este gravíssimo problema e questões conexas (Mafia, branqueamento de dinheiro, etc.).

A Comissão é presidida por um deputado trabalhista inglês. No decurso dos seus trabalhos, a Comissão de Inquérito ouvirá autoridades nacionais e comunitárias, peritos e outras entidades, públicas ou privadas, ligadas ao tema.

## Um futuro democrático para a Irlanda do Norte

Construir um futuro democrático foi o tema que presidiu à 3ª Conferência anual da Região da Irlanda do Norte do Worker's Party, realizada no passado dia 16, em Belfast.

A reunião, que contou com cerca de duzentos participantes, esteve presente o eurodeputado Sérgio Ribeiro, em representação do Grupo Coligação de Esquerda do Parlamento Europeu.

A Conferência, que tinha como lema geral «Building a democratic future», debateu cinco temas principais, correspondendo a outros tantos objectivos do Worker's Party: WP - um partido dos direitos humanos; WP - um partido anti-sectário; WP - um partido de governo democrático; WP - um partido da classe operária; WP - um partido voltado para a Europa.

Cada tema foi introduzido por uma intervenção de fundo, seguida de debate, destacando-se neste contexto as intervenções de Seamus Lynch, eleito do WP em Belfast, e de De Rossa, presidente do Partido.

Os debates analisaram a questão dos direitos humanos, focando sobretudo o problema do terrorismo e da luta contra ele; o sectarismo, na perspectiva da sociedade, com particular ênfase para as questões da religião e da educação integrada; os vários níveis da intervenção política do partido e o trabalho dos eleitos; os problemas relacionados com o emprego e o desemprego. A

intervenção final coube ao presidente do WP, De Rossa, que abordou as várias temáticas analisadas numa perspectiva política de fundo.

No decorrer dos trabalhos, o WP reafirmou a sua posição de partido nacional, defensor da luta política, de uma carta dos direitos humanos, contra o terrorismo, a favor de uma sociedade liberta de sectarismos de natureza fundamentalmente religiosa. Uma mensagem do maior interesse para a população da Irlanda do Norte, que através da televisão pôde acompanhar esta Conferência.

Ainda no decorrer da reunião foram feitas duas intervenções sobre a guerra do Golfo, tendo sido salientada a posição do WP contra a guerra e a favor de uma solução pacífica do conflito. O problema de Timor-Leste não foi esquecido.

De salientar ainda a manifesta simpatia em relação ao PCP e a satisfação dos camaradas do WP pelos resultados alcançados pelo nosso Partido nas eleições presidenciais. Na ocasião, o camarada Sérgio Ribeiro leu uma saudação à Conferência em que salientou a amizade e solidariedade entre os dois partidos - que uma próxima visita do WP a Portugal certamente reforçará - e o apoio do PCP à luta do WP pela unificação do povo irlandês.

## Guerra no Golfo

Notas  
do Secretariado do PCPLutar por um  
cessar-fogo  
imediatamente

A perspectiva surgida, na semana passada, da viabilidade de uma solução política que afastasse a escalada da guerra e, seguidamente, a ofensiva dos EUA e seus aliados, que recusaram as condições da proposta de paz da URSS, aceites pelo Iraque, foi comentada imediatamente pelo Secretariado do CC do PCP, que emitiu na altura as seguintes notas:

1. O acordo dado pelo Iraque à proposta de paz da URSS é um acontecimento de enorme importância que cria uma situação qualitativamente nova no desenrolar da guerra do Golfo.  
É irrecusável estarem reunidas condições para um cessar-fogo imediato que ponha termo à dramática liquidação de vidas humanas e bens materiais e impeça desenvolvimentos e consequências ainda mais catastróficos. Seria particularmente grave desaproveitar esta oportunidade de pôr fim à guerra e de enveredar finalmente pelo caminho de negociações que conduzam à solução dos graves problemas acumulados na região. É indispensável que a ONU assuma prontamente as suas responsabilidades no processo que conduza à paz.
2. Salientando a importância da iniciativa de paz soviética, o PCP alerta os trabalhadores e o povo português para as tentativas dos EUA de a contrariar e desvalorizar o grande significado da resposta positiva que lhe foi dada pelo Iraque e que inclui o seu compromisso de retirar do Kuwait.  
O PCP denuncia os propósitos, confirmados pelas declarações de Bush no dia de hoje de, ultrapassando e abusando das próprias resoluções da ONU, os EUA prosseguirem a guerra para atingir os seus objectivos hegemónicos, sob o pretexto de que é necessário destruir o potencial político-militar do Iraque e «derrubar Saddam Hussein».
3. O PCP exige do Governo português uma clara e inequívoca posição e iniciativas autónomas em favor do imediato termo de operações militares e reclama que o plenário da Assembleia da República debata com toda a urgência as novas iniciativas a favor da paz e a atitude de Portugal em face da guerra do Golfo.
4. O PCP apela uma vez mais aos trabalhadores, aos democratas e ao povo português para prosseguirem a luta pelo fim da guerra e por uma paz justa e duradoura no Médio Oriente.

22.02.91

O Secretariado do Comité Central  
do Partido Comunista Português

## Ofensiva condenável

1. O PCP condena firmemente a ofensiva militar desencadeada na madrugada de hoje pelos EUA e seus aliados quando estavam finalmente reunidas condições para um cessar-fogo e prosseguiram negociações para a retirada das tropas iraquianas do Kuwait.
2. Tal ofensiva torna os EUA claramente responsáveis pelo prosseguimento da guerra e suas catastróficas consequências.  
Com a recusa da iniciativa de paz soviética, as pressões exercidas sobre os seus aliados e o ultimato unilateralmente dirigido ao Iraque, a Administração norte-americana inviabilizou deliberadamente a possibilidade de uma solução negociada.  
Os EUA confirmaram querer a guerra e não paz e que o seu objectivo não é «libertar o Kuwait» mas destruir o Iraque e impor a sua hegemonia na região e no mundo.
3. Denunciando uma vez mais tais objectivos, o PCP continua empenhado na luta por um cessar-fogo imediato que ponha termo à dramática liquidação de vidas humanas e bens materiais e por negociações que conduzam a uma paz justa e duradoura no Médio Oriente.

24.02.91

O Secretariado do Comité Central  
do Partido Comunista Português

## Diário da guerra

Quarta-feira,  
20 de Fevereiro

- Ofensivas aliadas contra a cidade santa de Kerbala, a sul de Bagdad, causam 52 mortos e 250 feridos, anuncia o ministro iraquiano dos Assuntos Religiosos.
- A URSS não considera como negativa a resposta do presidente George Bush à iniciativa de paz de Gorbachov, anuncia o porta-voz da presidência soviética.
- Quinhentos soldados iraquianos são feitos prisioneiros durante combates ao Norte da fronteira saudita.
- O ministro iraniano dos Negócios Estrangeiros declara em Paris que é preciso dar tempo ao Iraque para responder ao plano soviético. Simultaneamente o ministro iraquiano da Informação afirma que o Exército tem capacidade para dissuadir e esmagar qualquer agressor.
- O Canadá anuncia que os 26 caças CXF18 Hornet enviados para o Golfo vão participar nos raids ar terra na eventualidade de um ataque terrestre das tropas aliadas.
- São lançadas granadas contra as embaixadas da Itália, Grã-Bretanha e da Turquia em Teerão, sem causarem qualquer vítima. Foram também atingidas as embaixadas da URSS e da Alemanha.
- O dirigente líbio Mouamar Khadafi anuncia que as forças revolucionárias islâmicas e árabes atacam todos os interesses americanos se a guerra do Golfo se transformar num caso de vingança e agressão contra o Iraque.
- Reúne o Conselho de Comando da Revolução, sob a presidência de Saddam Hussein, para decidir a resposta à iniciativa de paz soviética.

Quinta-feira,  
21

- A Amnistia Internacional manifesta grande inquietação pelos casos de violação dos direitos humanos decorrentes da guerra no Golfo, receando que sejam tolerados e sistematizados durante e após o conflito.
- Sete dirigentes da sociedade italiana Valsella, que forneceu ilegalmente nove milhões de minas ao Iraque, entre 1982 e 1985, avaliadas em mais de 23 milhões de contos, foram condenados pelo tribunal da Bréscia a penas de prisão entre seis meses e um ano.
- O presidente dos EUA pede ao seu homólogo soviético para incluir mais três pontos da proposta de Moscovo para a paz no Golfo.
- A organização de fundamentalistas muçulmanos Jihad Islâmica reivindica os atentados com explosivos perpetrados em Teerão contra as embaixadas do Reino Unido, da Itália e da Turquia.
- O Iraque lança um novo apelo aos soldados árabes da força multinacional para se juntarem às suas fileiras e apontarem as armas contra o invasor infiel, antes da batalha terrestre iminente.

- O chefe da diplomacia chinesa, Quian Quichen, apela aos Estados Unidos para que não rejeitem o plano de paz soviético para o Golfo.
- Saddam Hussein declara num discurso radiofónico que o Iraque continuará a luta e não se renderá, criticando o presidente George Bush por ter rejeitado as suas iniciativas de paz.
- Um porta-voz militar americano confirma em Riade que unidades da coligação anti-iraquiana atravessam regularmente a fronteira saudita para operações em território controlado pelo Iraque.
- O Parlamento Europeu deplora o discurso do presidente Saddam Hussein e manifesta total apoio à iniciativa de paz soviética.
- Têm início as conversações em Moscovo entre o presidente Mikhail Gorbachov e Tareq Aziz, após as quais o porta-voz do Kremlin, Vitali Ignatenko, anuncia que o Iraque apresenta uma resposta positiva ao plano de paz soviético ao aceitar a retirada das tropas do Kuwait no dia seguinte ao fim das hostilidades.

Sexta-feira,  
22

- O Conselho permanente da Organização da Conferência Islâmica apela, no Cairo, para a retirada imediata, total e incondicional das tropas iraquianas no Kuwait.
- A batalha terrestre começa com um ataque das forças multinacionais contra as forças iraquianas no sector da brigada Al-Mansur, afirma a rádio Bagdad.
- O secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, pronuncia-se favoravelmente às propostas soviéticas.
- George Bush declara que os países que integram a força multinacional estacionada na Arábia Saudita não podem aceitar condições para a retirada do Iraque do Kuwait.
- O porta-voz da Casa Branca, Marlin Fitzwater, declara que o Iraque deverá retirar totalmente as suas forças do Kuwait no prazo máximo de uma semana. As forças iraquianas deverão deixar a cidade do Kuwait e permitir o regresso das autoridades legítimas durante as 48 horas seguintes, após o ultimato estabelecido pelos países da força multinacional.
- Cerca de uma centena de operações militares foram dirigidas nas últimas horas, contra as posições da Guarda Republicana iraquiana.
- As negociações em Moscovo, entre Tareq Aziz e os responsáveis soviéticos, levam a uma nova formulação do plano de paz, prevendo nomeadamente a retirada das tropas iraquianas durante um período de 21 dias.
- O Iraque qualifica de vergonhoso o ultimato lançado pela coligação para a retirada iraquiana do Kuwait, enquanto se eleva a 150 o número de poços de petróleo incendiados pelas tropas iraquianas no emirato, causando uma nuvem de fumo que se estende já a Riade, na Arábia Saudita, segundo divulga o Pentágono.

Sábado,  
23

- O presidente George Bush pede ao Congresso norte-americano 8,2 mil milhões de dólares para fazer frente aos custos da guerra.
- Saddam Hussein preside a uma reunião conjunta de Conselho do Comando da Revolução e de dirigentes do partido Baas.
- Os membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas reúnem-se à porta fechada para ouvir o embaixador soviético sobre a resposta do Iraque à iniciativa de paz da URSS.
- A rádio Bagdad qualifica de ridículo o ultimato americano e refere que o Iraque está pronto para a confrontação e que vencerá os agressores. Termina prazo concedido pelos Estados Unidos ao Iraque.
- Um comunicado da Casa Branca indica que os Estados Unidos e os seus aliados não têm outra alternativa senão continuar a guerra contra o Iraque para libertar o Kuwait, revelando que nenhum sinal de esperança saiu da reunião do Conselho de Segurança da ONU.
- Mikhail Gorbachov propõe a George Bush que adie por um ou dois dias a aplicação do ultimato da coligação para dar tempo ao à ONU para fundir os planos soviético e aliado.
- Um porta-voz militar soviético acusa o Iraque de continuar a destruir sistematicamente as instalações petrolíferas no Kuwait, precisando que cem poços de petróleo foram sabotados, incendiados e destruídos.

Domingo,  
24

- A cadeia de televisão CBS anuncia que tropas americanas entraram no Iraque e no Kuwait.
- O presidente Bush revela que foi dado início à ofensiva terrestre para expulsar as forças iraquianas do Kuwait.
- O oitavo corpo americano inicia um vasto movimento em direcção ao Noroeste do Iraque.
- O governo soviético lamenta a ofensiva terrestre, afirmando que havia ainda uma possibilidade de uma solução pacífica e o Papa João Paulo II faz um apelo aos responsáveis das nações para que a guerra acabe o mais cedo possível.
- Os ministros dos Negócios Estrangeiros de Cuba, Índia, Irão e Jugoslávia reúnem-se em Teerão para estudar soluções para a crise.
- Dick Cheney, em entrevista à CBS, declara-se agradavelmente surpreendido pelo andamento da ofensiva terrestre, afirmando que uma das principais dificuldades até ao momento é gerir os prisioneiros.

Segunda-feira,  
25

- As sirenes de alerta começam a tocar em Israel na previsão de um possível ata-

que aéreo de mísseis SCUD iraquianos.

- Um porta-voz da segunda divisão de marines afirma que os elementos mais avançados daquela frente de ataque já se encontram às portas da cidade do Kuwait e consolidam as posições conquistadas.
- O Ministério chinês dos Negócios Estrangeiros lamenta a escalada de guerra no Golfo, mas manifesta-se ainda esperançado numa solução pacífica da crise.
- Cerca de vinte mil soldados iraquianos foram feitos prisioneiros desde o começo da ofensiva terrestre, anuncia o alto comando das forças árabes, enquanto um porta-voz militar do EUA revela que foram destruídos 270 tanques no segundo dia da ofensiva.
- Desenrola-se uma feroz batalha de tanques ao Sul da cidade do Kuwait, com aparente êxito das forças aliadas.
- Os destroços de um míssil iraquiano caem sobre uma edificação para abrigo das tropas norte-americanas, em Dahrhan.
- O Iraque anuncia que as suas tropas resistem em todas as frentes às ofensivas desencadeadas desde a manhã pelas forças aliadas, acarretando-lhes pesadas baixas.
- Reúne o Conselho de Segurança da ONU para consultar a pedido da URSS, que segundo noticia a Agência TASS, apresentou novas propostas para pôr fim ao conflito do Golfo. Concretamente a URSS propõe a fixação de uma data para o início da retirada das tropas iraquianas do Kuwait e de um prazo curto para a retirada total.
- A rádio Bagdad, citando fonte oficial anuncia que as tropas iraquianas se devem retirar e retomar as posições que ocupavam a 1 de Agosto último.

Terça-feira,  
26

- A rádio Bagdad captada em Londres pela BBC, anuncia que o ministro dos Negócios Estrangeiros Tareq Aziz revelara ao embaixador soviético no Iraque a decisão deste país retirar do Kuwait.
- Perez de Cuellar afirma que o próximo papel da ONU em relação ao conflito do Golfo consiste em pôr em prática um dispositivo de manutenção da paz na região.
- O Conselho de Segurança volta a reunir à porta fechada, a pedido da URSS na sequência da apresentação de um novo plano para a retirada iraquiana.
- O embaixador do Iraque na ONU declara que justifica a sua presença no Conselho de Segurança com o anúncio que pretende fazer do compromisso do seu país retirar do Kuwait.
- O embaixador soviético na ONU afirma que Saddam Hussein enviou uma mensagem a Gorbachov em que diz ter já ordenado a retirada de todas as suas forças do Kuwait e que essa retirada já começou. Este anúncio é feito depois por Hussein através da rádio Bagdad.

Internacional

COLOMBIA

# Um país em transformação

De par da violência, que faz ainda parte do quotidiano do país, a Colômbia vive hoje um importante processo de transformações políticas, que poderá abrir finalmente ao seu povo os caminhos da paz e da democracia. No centro de todas as preocupações, a paz, a defesa dos mais elementares direitos humanos, o próprio direito à vida.

Nesse sentido vão, quer os apelos avançados na abertura da Assembleia Nacional Constituinte, no passado dia 5 de Fevereiro, quer a Jornada de Solidariedade, marcada para o próximo dia 7 de Março, em defesa dos camponeses vítimas da violência.

## Apelo à paz na Assembleia Constituinte

A paz foi sem dúvida a maior preocupação expressa na inauguração dos trabalhos da Assembleia Constituinte da Colômbia.

Na sua intervenção inaugural, como presidente da mesa, Aida Abella, deputada e dirigente operária e popular, após salientar o carácter histórico desta Assembleia, «uma legítima aspiração do nosso povo, que anseia por abrir de

par em par as portas do progresso, da paz e das liberdades», sublinhou a urgente necessidade de paz.

«Digamos que a mais palpante expectativa que aqui nos reúne é a paz» — disse a deputada. «Uma paz entre o Estado e todas as forças que permanecem marginalizadas. A paz entre o governo e a guerrilha, a quem daqui dirigimos uma mensagem, a mesma que dirigimos às Forças Armadas, apelando a todos a um diálogo urgente, a um cessar-fogo bilateral e negociações sem condições prévias, para que na Colômbia seja possível a convivência entre irmãos, que todos desejamos.»

Uma «paz democrática», que passa também pela afirmação da justiça social.

Como «filha da classe operária», Aida Abella sublinha «o que sonham e desejam os trabalhadores: uma vida menos dura, menos injusta,

menos angustiante; uma legislação laboral democrática e não mesquinha em relação ao salário operário.

«Uma economia justa, que não resolva a crise aprofundando mais ainda a injustiça social a que nos habituaram todos os governos que temos conhecido; numa palavra: democracia.»

## Carta da Coordenadora guerrilheira

«Chegar a este momento da vida política colombiana é o resultado da tenaz luta do nosso povo pela soberania e um futuro digno e de paz», afirma-se na Carta da Coordenadora guerrilheira Simón Bolívar à Assembleia Constituinte, em que muito concretamente se pede a elaboração de um tratado de paz.

A Coordenadora guerrilheira faz cinco propostas para uma saída negociada do conflito que hoje se vive no país.

A primeira vai no sentido da desmistificação, pela redução dos efectivos das Forças Armadas em 50%, a que se se-

guiriam outras reduções. Limitação do orçamento militar a um máximo de 10% do orçamento nacional.

A segunda proposta preconiza «uma democracia baseada na soberania popular, o fim do estado de sítio, a proibição do monopólio da informação, «uma política de Direitos Humanos e de defesa da vida».

Defende-se, simultaneamente, uma «política económica que projecte a função social da propriedade, que desenvolva as forças produtivas e melhore significativamente as condições de vida da população. Que defina uma verdadeira reforma agrária e urbana».

Preconiza-se ainda uma política externa independente, nomeadamente no que se refere aos recursos naturais do país, e em que se avance para uma integração latino-americana.

Por último, a Carta da Coordenadora guerrilheira considera fundamental a «integração das minorias étnicas na vida democrática do país, respeitando profundamente os seus bens, formas de organização e cultura».

## Solidariedade com os camponeses

«Na Colômbia sempre foi uma constante que os camponeses e populações indígenas sejam vítimas da violência tanto dos latifundiários e seus homens-de-mão como das forças da «ordem».

Estes os termos em que se inicia o Apelo, inserido nas páginas da «Voz», jornal dos comunistas colombianos, para a participação numa jornada de



Aida Abella, presidindo à mesa na abertura dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Um momento histórico na vida política colombiana

solidariedade com os camponeses vítimas da violência, que deverá realizar-se dia 7 de Março.

«A luta dos camponeses pela conquista da terra, para subsistir ou para melhorar o seu nível de vida, pela educação dos seus filhos, por vias de comunicação que permitam levar os seus produtos ao mercado, tal como a luta dos indígenas pela recuperação das suas terras usurpadas pelos latifundiários ou pelo respeito da sua língua e costumes — continuam a ter como resposta a «violência» — denuncia a «Voz», que sublinha que «com a guerra suja, os camponeses e os indígenas têm sido as maiores vítimas».

Uma realidade ainda agravada com a escalada da «confrontação entre o Exército e a guerrilha». «O campesinato e os indígenas têm vindo a ser duramente golpeados, sujeitos a bombardeamentos indiscriminados, as suas casas incendiadas, o gado disperso ou morto, enquanto camponeses, que depois se diz serem guerrilheiros, são detidos, torturados e encarcerados».

Um quadro de dificuldades, lutas e esperanças, que tem a ver com realidades em geral ignoradas pela «alta política», quando é a vida e o destino dos povos, de cada pessoa, o elemento-base de qualquer política.

NICARAGUA

## Situação económica degrada-se

O PNB da Nicarágua, em 1990, reduziu-se em 4,8 por cento, enquanto o défice comercial subia aos 420,5 milhões de dólares e a inflação atingiu o incrível valor de 12 000 por cento, revelaram peritos ligados à Associação empresarial daquele país latino-americano.

A dívida externa nicaraguense cresceu para 13 mil milhões de dólares, o desemprego atinge 10 por cento da população e 40 por cento encontra-se em situação de ocupação parcial. O salário real no país caiu em 60 por cento.

MEXICO

## Mortes na fronteira

Quanto mal pode fazer a espingarda de um agente que patrulha a fronteira dos Estados Unidos com o México? Muito, de facto. Pelas vidas inocentes que ceifa. E também pelos consequentes efeitos sobre as relações entre os dois países.

O caso do adolescente mexicano Eduardo Garcia Zamora, internado num hospital de Mexicali, com perfurações de balas em vários órgãos vitais, traz a primeiro plano o agravamento da situação ao longo da fronteira entre os Estados Unidos e o México.

O jovem mexicano foi atacado a tiro nas proximidades de Calexico, quando na madrugada de 18 de Novembro pensava estar prestes a realizar o seu sonho quimérico de

pôr os pés no enganador «paraíso americano».

Este é mais um caso, entre muitos outros. Só no período compreendido entre 1 de Janeiro e 30 de Novembro do ano passado, 31 emigrantes ilegais — segundo dados divulgados pelo senador mexicano Eliseo Rangel, do Partido Revolucionário Institucional (PRI) — foram assassinados a tiro na fronteira do México com os EUA.

Muitos emigrantes clandestinos morrem afogados nas rá-

pidas águas do rio Bravo ou asfixiados no interior de um vagão de algum comboio, que de repente se pode tornar mortalmente quente. Dados dos tribunais de Nuevo Laredo dão notícia de 58 afogados, só no ano de 90.

Esta situação fronteiriça, que tem vindo a agravar-se, resulta da aprovação, pelo governo Reagan, da lei de emigração Simpson-Rodino, posteriormente apoiada pela actual administração norte-americana.

O próprio Serviço de Imigração e Naturalização (SIN) dos Estados Unidos, reconhece que no ano transacto aumentou o número de mexicanos presos, em cerca de 65%. Segundo dados da agência Xinhua, está em causa um total de 1 400 000 pessoas, muitas das quais são deportadas, encarceradas ou submetidas a uma série de atropelos «legais», a que não escapam nem mulheres nem crianças.

As reclamações judiciais ficam adormecidas pelas gavetas dos tribunais norte-americanos. O pessoal consular mexicano, organizações dos direitos humanos e religiosas norte-americanas, trabalham arduamente na busca de esclarecimentos, abrem processos judiciais, mas tudo se transforma num grito no deserto.

Na verdade, o que está em causa é o próprio conjunto das relações entre Washington e vários países da América Latina.

Em paralelo com falta de iniciativas nesse domínio, temos o macabro balanço das vítimas das armas dos agentes de patrulha nas fronteiras.

## Cólera, doença dos pobres

A cólera, doença dos pobres, da falta de água potável e de higiene já matou dezenas de pessoas no Peru, e a Organização Mundial de Saúde (OMS) calcula que, nos próximos 40 dias, umas 300 mil pessoas poderão estar contaminadas.

De par das consequências humanas imediatas, a epidemia está a afectar profundamente a economia do país, pois o grosso das suas possíveis exportações, em particular agrícolas e pesca, são recusadas pelos outros países, por temor de uma previsível expansão da doença pelas zonas limítrofes. Equador, Colômbia, Brasil, Bolívia tomaram severas medidas preventivas. Alguns países admitem mesmo o encerramento das fronteiras.

No plano interno, o governo tenta controlar a epidemia, nomeadamente divulgando informação sobre medidas de higiene. A ajuda internacional, em particular da parte da UNICEF, é um facto. Mas a verdade é que mesmo as vacinas faltam — não há reservas de vacinas, nem nas cidades peruanas, nem nas zonas fronteiriças. E sobretudo faltam as condições mínimas de vida para que verdadeiros cuidados

de higiene possam vir a ser tomados.

As maiores dificuldades para pôr cobro à epidemia têm as mesmas raízes nas condições que a geraram.

A cólera é uma doença dos pobres, das águas contaminadas, das condições miseráveis de vida. E não foi naturalmente por acaso que surgiu no Peru.

Basta referir alguns dados.

De toda a América Latina, o Peru é o país que detém o mais alto índice de contaminação por tuberculose. A taxa de mortalidade infantil atinge os 210 mil mortos por cada mil nascidos-vivos. A média de ingestão de calorias, segundo a OMS, é de 1900, quando o mínimo considerado razoável é de 2800 calorias diárias. 70 por cento dos 15 milhões de peruanos vivem em estado de pobreza.

Uma situação que tem a ver com a própria realidade da América Latina, em que por força da ordem (ou desordem)

económica internacional, geradora de uma monstruosa dívida externa, e dos ditames do FMI e Banco Mundial, com as suas políticas económicas de «reajustamento», se está a assistir a uma inversão do desenvolvimento e uma profunda deterioração das condições de vida das populações.

Para os povos da América Latina, os anos 80, já considerados a «década perdida», foram anos de retrocesso nas condições de saúde, habitação e educação. Os custos estão à vista.

Entretanto, neste momento a doença está a atingir também a Zâmbia, onde terão morrido centenas de pessoas.

África é hoje considerada, aliás, o «berço ecológico» da cólera. «Berço» onde a expansão da doença é bem alimentada pela extrema miséria, a falta de água, os inumeráveis problemas de higiene. Desde os anos 70 que a cólera está a matar sistematicamente no continente africano — no Mali, nos campos da Somália e de Moçambique. Uma outra das consequências do subdesenvolvimento.



Internacional

GOLFO

# Quem quer a guerra?

«A guerra continua», foi o primeiro comentário da Casa Branca à ordem de Saddam Hussein, divulgada pela rádio Bagdad, de retirada das forças iraquianas do Kuwait. Uma sintética afirmação que bem traduz a inequívoca posição belicista assumida pelo governo norte-americano.

Na verdade, e independentemente da evolução que se irá seguir quanto à devastadora guerra que já tantas vidas (fundamentalmente de civis)

ceifou, uma coisa ficou bem clara nestes dias — Washington quer levar a guerra para a frente, e os seus objectivos nada têm a ver com uma pretensa «libertação do Kuwait».

Posição claramente partilhada por países como Israel e a Turquia. No fundo, contando também com o apoio da ambígua posição dos países da CEE. Em aberto contraste com a ofensiva diplomática de Moscovo, que agora de forma inequívoca se bateu por uma saída política, imediata, desta guerra.

Quando do início da ofensiva terrestre, o embaixador iemenita no Conselho de Segurança da ONU comentou que «ninguém saberá por que razão no planeta milhares têm de morrer só porque subsiste, quanto à retirada, um desacordo que se resume a uma questão de tempo — dois dias (a mais ou a menos)».

Um comentário bem pertinente.

Na verdade, entretanto, o desacordo é mais profundo. Os dias a mais ou a menos não passam de pretexto. Quando do primeiro plano Gorbachov para um cessar-fogo e o início de processo de paz, com a retirada das forças do Iraque do Kuwait, o porta-voz da Casa Branca, Marlin Fitzwater, meteu os pontos nos «i», afirmando: «Todas as nossas esperanças de forçar o Iraque a sair do Kuwait residem de momento na ofensiva por ar, terra e mar. **O nosso interesse está em continuar o conflito.** Continuamos nesta via (...) Não ouvimos nada que nos leve a uma mudança».

Os reais objectivos dos Estados Unidos, neste momento, são ainda mais claramente ex-

pressos pelos seus aliados na zona. No próprio momento em que a União Soviética multiplicava iniciativas diplomáticas no sentido de obter a paz, o ministro israelita da Defesa, Moshe Arens, afirmava: «O problema número um nesta crise é Saddam Hussein. O perigo para a região subsistirá tanto tempo quanto o que o tirano de Bagdad permanecer no poder». E acrescentava — «os Estados Unidos não se vão contentar com a aplicação da Resolução 660 do Conselho de Segurança da ONU, mas empenhar-se-ão em eliminar a ameaça iraquiana». Curiosa concepção das relações internacionais, que naturalmente escamoteia a própria política repressiva de Israel e os muitos tiranos com que Washington coexiste pacificamente e até explicitamente apoia.

«A lógica militar derrotou o senso comum», foi o comentário em Moscovo ao início da ofensiva terrestre. O governo soviético, que pediu ao Conselho de Segurança das Nações Unidas o «exame imediato da nova situação», sublinhou, entretanto, em comunicado: «O acordo do Iraque para retirar as suas tropas do Kuwait, em sintonia com a Resolução 660 (...), criou uma nova situação qualitativa e abriu o caminho a uma saída política do conflito no Golfo Pérsico».

«As divergências entre as formulações que o Iraque aceita e as propostas de uma série de outros Estados não eram grandes e poderiam evoluir, no prazo de um ou dois dias, para um acordo no quadro do CSNU. Não era ainda tarde (de mais) para o fazer», conclui o documento.

«Uma enorme vaga de repressão com milhares de prisões, assassinatos e monstruosas torturas abate-se sobre o povo irmão do Brasil. Sob a acusação de «terroristas», milhares de democratas têm sido selvaticamente torturados, muitos deles até à morte ou à loucura. Nas prisões políticas cerca de 15 mil democratas estão sujeitos às maiores brutalidades policiais.

Os «gorilas» brasileiros, ao serviço das forças mais negras da reacção, do imperialismo e da CIA, não recuam perante nenhum crime. Com o fim de forçarem as vítimas a falarem, chegam a torturar crianças de meses na presença dos pais. O revolucionário Carlos Mariighela foi cobardemente fuzilado pelas costas e não, como a imprensa diária noticiou, numa troca de tiros com as forças policiais.

Que todos os homens e mulheres de coração protestem junto da Embaixada do Brasil em Lisboa contra o infundável cortejo de crimes de que está sendo vítima o povo brasileiro!

(«Vaga de repressão no Brasil» - «Avante!», VI Série, nº 412, Fevereiro de 1970)



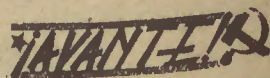
«Com os mais ferozes métodos de repressão que culminaram com o massacre de Londonderry, mostrando a sua odiosa face de opressor, o imperialismo britânico, através do governo conservador de Heath, procura sufocar os profundos anseios de liberdade do povo irlandês.

Para condenar esta violência criminosa, o povo irlandês, tanto no norte como no sul, levantou-se em bloco. A Embaixada inglesa em Dublin foi incendiada. Grandes manifestações tiveram lugar simultaneamente em várias cidades da Irlanda do Norte e da República da Irlanda. A manifestação marcada para 6 de Fevereiro em Newry (Irlanda do Norte), ao apelo da Associação para os Direitos Cívicos, apesar de proibida e da presença ameaçadora de 15 mil soldados ingleses, teve lugar, imposta por mais de 50 mil manifestantes, na mais poderosa demonstração de massas de que há memória há dezenas de anos.

O Comité Nacional do Partido Comunista da Irlanda afirmava numa declaração recente: «Não se pode fazer cessar o terror instaurado pelo Estado por meio de actos isolados de contra-violência», e ainda: «Os únicos meios que permitirão defender os interesses do povo e infligir uma derrota aos governos britânico e unionista são os que se fundam na unidade do povo e na participação das massas num largo movimento de resistência».

As potentes acções de massas contra o decreto de internamento de Agosto passado, à sombra do qual mais de 2500 patriotas irlandeses foram levados para campos de concentração onde têm sido submetidos a selváticas torturas, indicam que a apreclação e as palavras de ordem contidas nesta declaração encontraram o bom acolhimento das massas populares.»

(«O povo irlandês em luta contra o opressor britânico» - «Avante!», VI Série, nº 438, Fevereiro de 1972)



«A luta dos trabalhadores espanhóis registou grande afluxo nos últimos meses de 1973. (...) O julgamento de Marcelino Camacho e de mais nove dirigentes das «Comissões Obreras» - condenados alguns a penas de 10 anos - provocou em Espanha uma onda de solidariedade em muitos casos com paragens de trabalho. Ao mesmo tempo, 113 pessoas de diferentes políticas arriscam-se a severas penas pela sua participação na Assembleia da Catalunha. A pena de morte foi aplicada a um jovem basco. Penas desconformes são aplicadas a muitos anti-franquistas.

Os portugueses sentem bem o significado da luta do povo espanhol, o que é o fascismo e a repressão.

(«Solidários com o povo espanhol» - «Avante!», VI Série, nº 462, Fevereiro de 1974)



## Contra a guerra Declaração-Apelo

O Movimento pela Paz e contra a guerra no Golfo divulgou uma Declaração-Apelo, sobre as iniciativas de paz avançadas pela União Soviética, em que simultaneamente anunciou a realização de uma concentração, que decorreu ontem, quarta-feira, frente à embaixada dos Estados Unidos.

Na Declaração, em que é denunciada, em particular, a posição assumida pelos Estados Unidos, afirma-se:

A guerra no Golfo é já uma grande tragédia para a humanidade, mas muito particularmente para os povos da região.

É difícil avaliar a real dimensão das consequências desta guerra. As forças militares multinacionais efectuaram mais de cem mil operações aéreas e lançaram milhares de toneladas de bombas sobre os territórios do Iraque e do Kuwait.

Estimam-se em muitas centenas de milhar o número de vítimas e são incalculáveis os prejuízos económicos, sociais e ecológicos.

No momento em que o Iraque aceita retirar do Kuwait, com base na iniciativa de paz da União Soviética, nada pode justificar a continuação da guerra.

É chegado o momento de se pôr fim às hostilidades, estabelecer o imediato cessar fogo, dar início a negociações, exigir das Nações Unidas o reassumir das suas responsabilidades e tomarem-se todas as medidas conducentes à urgente convocação de uma Conferência Internacional sobre o Médio Oriente.

O movimento da paz e a opinião pública em geral não podem aceitar que os Estados Unidos e as forças multinacionais inviabilizem esta oportunidade de paz ou ultrapassem ou se substituam às Nações Unidas.

# Natureza e Humanidade vítimas da guerra

Não haverá vencedores na guerra do Golfo Pérsico, independentemente do seu evoluir. O que se pode dizer desde já é que a Natureza e a Humanidade serão as grandes afectadas.

A afirmação é de dois cientistas finlandeses, os profs. Pekka Nuorteva e Seppo Vuori, segundo os quais se todos os poços petrolíferos do Kuwait forem destruídos pelo Iraque, como foi ameaçado, e há quem defenda que todos eles estarão minados, as consequências para o meio ambiente serão catastróficas. Refira-se que no Kuwait existem cerca de 400 poços no total, estando alguns deles já a arder junto à fronteira saudita.

Cálculos realizados pelos cientistas finlandeses, durante a guerra irano-iraquiana, indicam que os incêndios verificados nos poços petrolíferos naquela região provocaram nuvens de fumo e fuligem tais que, embora localmente, tiveram efeitos consideráveis sobre o clima. E, isto porque os incêndios não se deram todos ao mesmo tempo e puderam ser extintos rapidamente.

Quanto ao Golfo Pérsico, os incêndios poderão surgir quase em simultâneo, dizem os cientistas, sendo por isso as suas consequências atemoriz-

das que se poderão precipitar, inclusive a grandes distâncias, poderão ser lançadas para a atmosfera enormes massas de fuligem e cinzas, que cobrirão enormes territórios, impedindo a passagem dos raios solares.

Ou seja, mesmo excluindo a hipótese de utilização de armas nucleares durante este conflito, os efeitos dos incêndios nos poços petrolíferos poderão, só por si, ser comparados às consequências de uma tal guerra.

Esta hipótese é partilhada entre outros por Carl Sagan, conhecido cientista americano. Também Richard Turco, um dos pioneiros da teoria do In-

verno Nuclear, calcula que a verificar-se o incêndio generalizado dos poços, seriam lançados para a atmosfera três milhões de toneladas de fumo, o qual formaria uma nuvem tal que cobriria uma quinta parte da superfície terrestre. Na opinião da Associação Greenpeace, cerca de três milhões de barris de petróleo arderiam diariamente antes que se pudesse apagar os incêndios.

Outros cientistas embora menos pessimistas reconheceram, no entanto, que os fumos produziram uma contaminação maciça de forte impacto regional. Os incêndios que poderiam durar até seis meses afectariam os vários países da região e a contaminação das águas atingiria a fauna e a flora marinha, danificando nomeadamente as centrais de dessalinização, fonte de água potável da maior parte da população da área.

## O perigo nuclear

A grande probabilidade de um desastre nuclear parece centrar-se na possibilidade de

uso pelas forças norte-americanas, francesas ou britânicas dos seus mísseis term nucleares ou de uma eventual represália israelita. Ou seja, a existência de mais de 400 ogivas nucleares a bordo dos navios das forças aliadas na região do Golfo e de cerca de 300 ogivas nucleares americanas na Turquia, para além das que possui Israel.

Um documento divulgado pela Associação Internacional dos Médicos para a Prevenção da Guerra Nuclear (AIMPGN), ainda durante o mês de Dezembro, aquando da partida para a região do Golfo de uma delegação de médicos daquela organização, alerta para os efeitos desastrosos que teria a utilização de armas de destruição maciça naquela zona.

Segundo os cálculos da Associação, à qual foi atribuído o Prémio Nobel da Paz de 1985, mesmo que a guerra se limite ao uso exclusivo de armas convencionais o número dos sinistrados entre as tropas de ambos os lados poderá atingir os 314 mil, 63 mil dos quais mortos. Entre os civis, menos

protegidos que as forças militares, o número de vítimas poderá atingir o milhão, incluindo cerca de cem mil mortos.

Caso Bagdad fosse atingida por uma bomba nuclear de cerca de mil quilotoneladas, indica, por seu turno, a AMPGN norte-americana, então mais de 20 por cento da sua população morreria automaticamente, cerca de 30 por cento ficaria gravemente ferida e várias dezenas de milhares de pessoas sofreriam queimaduras graves. Isto sem falar dos efeitos a médio e longo prazo que atingiriam os sobreviventes, indica a organização que baseia os seus estudos nos efeitos produzidos pela bomba atómica que atingiu Hiroshima.

Tendo ainda em conta as grandes dificuldades sanitárias e hospitalares da região e nomeadamente do Iraque, devido ao embargo comercial que precedeu a guerra, as consequências já de si aterradoras de uma eventual explosão nuclear seriam ainda mais agravadas, alerta a Associação.